



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

NADIRLENE PEREIRA GOMES

TRILHANDO CAMINHOS
PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

SALVADOR
2009

NADIRLENE PEREIRA GOMES

TRILHANDO CAMINHOS

PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutora em Enfermagem, Área de Concentração Gênero, Cuidado e Administração em Saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Normélia Maria Freire Diniz

SALVADOR
2009

NADIRLENE PEREIRA GOMES

TRILHANDO CAMINHOS

PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Enfermagem, Área de Concentração: Gênero, Cuidado e Administração em Saúde, Linha de Pesquisa: Mulher, Gênero e Saúde.

Aprovada em 28 de agosto de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Normélia Maria Freire Diniz *Normélia Maria Freire Diniz*
Doutora em Enfermagem, professora da Universidade Federal da Bahia

Maria de Fátima de Souza Santos *Fátima Santos*
Doutora em Psicologia, professora da Universidade Federal de Pernambuco

Ceci Vilar Noronha *Ceci Vilar Noronha*
Doutora em Saúde Pública, professora da Universidade Federal da Bahia

Climene Laura de Camargo *Cl Camargo*
Doutora em Enfermagem, professora da Universidade Federal da Bahia

Maria do Rosário Menezes *M. Rosário Menezes*
Doutora em Enfermagem, professora da Universidade Federal da Bahia

Mirian Santos Paiva *Mirian Santos Paiva*
Doutora em Enfermagem, professora da Universidade Federal da Bahia

Solange Maria dos Anjos Gesteira *S. Gesteira*
Doutora em Enfermagem, professora da Universidade Federal da Bahia

DEDICO ESTE ESTUDO

À minha doce **vó Pureza**, pelos sorrisos, abraços, comidinhas gostosas e pelas orações diárias para que eu não fraquejasse devido aos riscos da estrada e ao cansaço por conciliar trabalho, estudo e filho. Também a **tio Ioiô** e a **Seu Amado**. Acredito, realmente, na força de seus pensamentos, quer cá de baixo ou lá de cima, que me mantém protegida e me presenteia com tudo que é bom.

À **Nilma Gomes e Deusdete Gomes**, pelo fato de ser mãe e pai presentes, carinhosos, responsáveis; pelos esforços e pelo olhar atento no meu futuro. Este casal, que quando criança me ajudou nos primeiros passos, continua me apoiando em cada passo desta minha caminhada.

A meu filho, **Diego Gabriel**, hoje seis meses mais velho que esta tese, pela pureza e alegria que me revigorava dando-me ânimo para vencer os obstáculos físicos e emocionais. Que Deus me dê sabedoria para saber integrar nossas vidas de modo que minha trajetória profissional continue sendo, APENAS, uma extensão de nossa felicidade.

À minha AMIGA e orientadora, **Profª. Dra. Normélia Maria Freire Diniz**, por me ajudar a despertar para importância da pesquisa e da necessidade desta promover um retorno para a sociedade, pela disponibilidade de me apoiar frente às necessidades surgidas, pelo olhar e escuta cuidadosa às pessoas em situação de violência e, sobretudo, pelos importantes momentos de reflexão compartilhados neste caminhar de construção do saber.

VOCÊS SÃO MUITO IMPORTANTES EM MINHA VIDA...

AGRADECIMENTOS

Este estudo possui vários co-responsáveis, sem os quais o sucesso das atividades não brilharia na mesma intensidade:

À **Deus** – mãe, pai e amigo – por me ajudar a equilibrar as áreas de minha vida, pela pessoa que me tornei e pela energia que me faz nunca, jamais, desistir de ser feliz;

À Universidade Federal da Bahia, em especial à Pós-Graduação da Escola de Enfermagem, pela valorização da integração entre universidade, serviço e comunidade e por entender a importância da pesquisa enquanto instrumento que contribui para a melhoria na qualidade de vida das pessoas;

Às professoras Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, Dra. Climene Laura de Camargo e Dra. Maria do Rosário Menezes pela dedicação competente e carinhosa, pelas novas e provocantes problematizações, pelas valiosas contribuições enriquecendo o estudo e, sobretudo, por potencializar minha capacidade de expressão;

Às professoras Dra. Ceci Vilar Noronha, Dra. Mirian Paiva e Dra. Solange Gesteira pela disponibilidade em colaborar, com seu olhar apurado e sensível, no sentido de melhor qualificar o estudo;

À *Deusa*, parceira singular no processo de aproximação com o saber popular, exemplo concreto de que é possível o aprendizado interdisciplinar a partir da valorização do contexto familiar e social.

Às mulheres e homens, sujeitos do estudo, por possibilitar este estudo a partir do momento que aceitaram disponibilizar seu tempo para nós pesquisadoras e revelar-me suas histórias conjugais;

À Heloniza Oliveira Gonçalves Costa e à Ana Luiza Queiroz Vilasbôas que me presentearam com a oportunidade de conhecer e trabalhar com Ângela de Oliveira Carneiro, com a qual aprendi o poder da articulação, intersetorial e política, para se viabilizar o processo de enfrentamento da violência. Te admiro, amiga, pela competência, compromisso, honestidade e dignidade que sempre conduziu o CUIDADO para com as pessoas, sobretudo as usuárias do SUS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo reconhecimento da importância da pesquisa no processo de formação profissional, a partir do apoio financeiro, inclusive por ter viabilizado Estágio de Doutorado no exterior – Aveiro-Pt, a partir do qual aprendi a valorizar ainda mais meu Brasil e me sinto mais comprometida em contribuir para seu crescimento;

As colegas do DEMCAE que concordaram com o meu afastamento temporário para o Estágio de Doutoramento em Aveiro-Portugal;

Ao Prof. Dr. Luís António Pardal, que ao aceitar ser meu orientador estrangeiro, me oportunizou a rica experiência de, durante o doutoramento, estudar no exterior, vivência inesquecível em todos os aspectos;

À Renata Lira e Francisley Nery que me apoiaram no uso dos softwares para o processamento dos dados, o que muito contribuiu para orientar-me na análise;

Às amigas e aos amigos que conquistei em Portugal, pelo carinho, aconchego, palavras de conforto, cumplicidade, que muito me ajudou a permanecer, naquela etapa de minha vida, distante de todas(os) que amo;

À Cláudio Claudino, Jéssyca Santos, Milca Ramaiane e Aline Jerônimo, meus “amores da UNIVASF”, pelo entusiasmo no desenvolvimento deste trabalho;

Às amigas Telmara Couto, Marieve Silva, Simone Souza, Virgínia Ramos e Janaína Fernandes pela amizade e cumplicidade;

Ao meu irmão, irmãs, amigas e amigos, primas, tias, tios e a meu vovô Simão, pela companhia nos momentos festivos e de alegria e por me apoiarem nos momentos difíceis. Nunca esquecerei o empenho em me motivar. Não vou citar nomes porque Deus me presenteou com muitos;

À Vovô Jú, Vovó Teté e Vovô Livan pelo amor incondicional a meu bebê, apoiando-me na sua criação, em especial durante os quatro meses, quando ainda investindo nos estudos, necessitei ausentar-me (também) fisicamente.

MUITO OBRIGADA!!!!

...a vida é uma roda gigante, às vezes a gente está em cima, outras vezes em baixo ou até no meio... Se não tomar uma posição para sair disso, a gente vai continuar sempre em baixo. E a gente não deve nem ficar em cima nem em baixo... A gente tem que ficar no meio. (M-PERSÉFONE, 2007)

...a gente pega um quilo de arroz joga no chão... a gente pode catar o arroz, mas quando põe na balança não tem mais um quilo... (M-ATENA, 2007)

Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso, aprendemos sempre.

(PAULO FREIRE)

GOMES, Nadirlene Pereira. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. 2009. 178f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem. Salvador.

RESUMO

Pelo seu caráter multifacetado, a violência conjugal consiste em um problema social, político, econômico e de saúde que requer a interdisciplinaridade e a intersetorialidade para sua compreensão e seu enfrentamento. Estudo exploratório, descritivo, com utilização de multimétodos, envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos, fundamentado na Teoria das Representações Sociais. O objeto de estudo consiste no processo de enfrentamento da violência conjugal. Objetivou-se analisar o processo de enfrentamento da violência conjugal. Foram considerados os aspectos éticos baseados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Santo Antônio sob nº 31/07. Os sujeitos foram constituídos por 50 mulheres e 50 homens que vivem, ou já vivenciaram, relações conjugais em união estável. A coleta de dados se deu através do Teste de Associação Livre de Palavras, com os 100 sujeitos, e da entrevista, realizada apenas com 11 mulheres e 11 homens com história de violência conjugal. Os dados quantitativos foram processados através do software EVOC 2005. Os dados qualitativos foram organizados com o apoio do NVIVO7 e baseou-se na Análise de Conteúdo de Bardin, especificamente a Análise Temática. Os sujeitos do estudo caracterizam-se por ser mulheres e homens auto-declarados negros, que vivem em união estável cujas relações conjugais são permeadas pela violência. As mulheres com história de violência (80%) apresentam grandes dificuldades financeiras, sobretudo pelo alto índice de dependência econômica (94%), pelo desemprego (40%) e pelo baixo nível de escolaridade (76% ainda não entraram no segundo grau). O estudo mostrou que a violência se expressa na relação conjugal desde os primeiros meses de relacionamento, permanecendo também durante o ciclo gestacional e trazendo sérias complicações para a saúde. O processo de enfrentamento do fenômeno requer: uma rede de apoio social; a compreensão da construção da desigualdade de gênero; a capacidade de resolução de conflitos de forma pacífica e respeitosa; mudança na representação da delegacia da mulher e a criação de espaço para mediação de conflitos; eficácia do sistema jurídico-policial; e uma articulação intersetorial com as políticas públicas. Nesta perspectiva, defendo a tese de que o processo de enfrentamento da violência conjugal é lento, perpassa pela compreensão da complexidade do fenômeno, pelo saber interdisciplinar, pelo fazer intersetorial, pelas conquistas políticas e pela oportunidade de refletir os valores sociais e encontrar estratégias pacíficas para a resolução de conflitos sob novos moldes de relações interpessoais na família, na escola, no trabalho, na sociedade. O estudo contribui, acadêmica e socialmente, para o desenvolvimento do conhecimento teórico acerca da violência conjugal e do seu processo de enfrentamento; orienta ações para o rompimento da relação de violência conjugal; e oferece subsídios valiosos para se repensar à formação dos cuidadores e o processo de cuidar. Na enfermagem, esse cuidado deve ser refletido na identificação precoce das situações de violência e no encaminhamento para os serviços da *rede* de atenção a pessoas em situação de violência a fim de evitar maiores agravos à saúde, inclusive à morte.

Palavras-chaves: **Violência conjugal. Enfermagem. Interdisciplinaridade. Representações sociais. Políticas públicas.**

GOMES, Nadirlene Pereira. *Finding ways to face conjugal violence*. 2009. 178f. Thesis (Doctorate). Federal University of Bahia. School of Nursing. Salvador.

ABSTRACT

Due to its multifaceted character, conjugal violence is a social, political, economical and health problem, that requires interdisciplinarity and intersectoriality to be understood and faced. It's an exploratory and descriptive study, to which many methods were used, involving quantitative and qualitative aspects, based on Social Representations Theory. The object of this study is the process of facing conjugal violence. Its aim was to analyze the process of facing conjugal violence. We considered the ethic aspects based on the 196/96 Resolution of Health National Council (BRASIL, 1996), approved by the Ethic Committee on Research of Santo Antonio Hospital under nº 31/07. 50 women and 50 men constituted our study population. Those women and men lives or had lived a stable union. We interviewed those people (through semi-structured interview) in order to know social and economical characteristics as well as conjugal violence occurrences. We also did Words Free Association Test to apprehend the structure and content of social representations on conjugal violence. 11 women and 11 men who had lived conjugal violence were interviewed in a qualitative approach. Quantitative data were processed through EVOC 2005. Qualitative data were organized through NVIVO7 based on Bardin content analysis, specifically Thematic Analysis. Our population was composed by women and men who, themselves, declared to be Niger, living a stable union and whose conjugal relations are permeated by violence. Women whose story is permeated by violence (80%) has serious financial problems, mainly caused by the high economic dependence rate (94%), by the unemployment rate (40%) and also by low scholarship (76% are not still in high school). This study showed that violence is manifested in conjugal relation since the early moments of relationship, being present also during pregnancy and seriously complicating health. The process of facing the phenomenon requires a web of social help; understanding the construction of gender inequality; the ability of solving conflicts peacefully and respectfully; changing the representation of women's police station and create a space of conflicts mediation; efficiency of police and juridical departments; and an articulation with public policies. In that perspective, I defend that the process of facing conjugal violence is slow and passes by an understanding of phenomenon complexity, an interdisciplinary knowledge, an intersectorial action, political conquests and also the opportunity of think about social values and find peaceful strategies to solve conflicts under new models of relationships in the family, in the school, at work, in society. The study contributes, academically and socially, to the development of theoretical knowledge on conjugal violence and its process of facing; leads actions in the sense of breaking conjugal violence relation; and gives valuable subsidies to rethink the formation of caretakers and the process of caretaking. In Nursing, this care must be reflected on the early identification of violence situations when forwarding people victims of violence to the web attention services in order to avoid more serious damages to health, even death.

Key-words: Conjugal violence. Nursing. Interdisciplinarity. Social representations. Public policies.

GOMES, Nadirlene Pereira. *Trillando caminos para el enfrentamiento de la violencia conyugal*. 2009. 178f. Tesis (Doctorado). Universidad Federal de Bahia. Escuela de Enfermería. Salvador.

RESUMEN

Debido a su carácter multifacético, la violencia conyugal es un problema social, político, económico y de salud que requiere la interdisciplinariedad y la intersectorialidad para ser comprendida y enfrentada. Es un estudio exploratorio, descriptivo, que utilizó muchos métodos, envolviendo aspectos cuantitativos e cualitativos, basado en la Teoría de las Representaciones Sociales. El objeto de estudio es el proceso de enfrentamiento de la violencia conyugal. Nuestro objetivo fue el de analizar el proceso de enfrentamiento de la violencia conyugal. Fueran considerados los aspectos éticos basados en la Resolución 196/96 del Consejo Nacional de Salud (BRASIL, 1996), aprobado por el Comité de Ética en Pesquisa del Hospital Santo Antonio con el nº 31/07. Nuestra población se constituyó de 50 mujeres y 50 hombres que viven o ya vivenciaran uniones estables. Con estos 100 sujetos realizamos entrevistas medio-estructuradas con el objetivo de conocer las características socioeconómicas y de vivencia de la violencia conyugal. Además, realizamos también el Teste de la Libre Asociación de Palabras con el objetivo de aprehender la estructura y el contenido de las representaciones sociales acerca de la violencia conyugal. Entre los sujetos, 11 mujeres y 11 hombres con historia de violencia conyugal realizaron entrevista de cuño cualitativo. Los datos cuantitativos fueran procesados por medio del software EVOC 2005. Los datos cualitativos fueran organizados con la ayuda del NVIVO7 y se basó en la Análisis de Contenido de Bardin, específicamente la Análisis Temática. Los sujetos del estudio fueran mujeres y hombres que se declararon negros, viviendo en unión estable y cuyas relaciones conyugales son permeadas por la violencia. Las mujeres con histórico de violencia (80%) presentan grandes dificultades financieras, sobre todo por el alto índice de dependencia económica (94%), por el desempleo (40%) e por causa del bajo nivel de escolaridad (76% aún non tienen el secundo grado). El estudio mostró que la violencia se manifiesta en la relación conyugal desde los primeros meses de relacionamiento y ocurren también durante el ciclo de gestación, carreando serias complicaciones por la salud. El proceso de enfrentamiento del fenómeno requiere una red de apoyo social; comprender la construcción de la desigualdad de género; la capacidad de resolver conflictos de forma pacífica e respetosa; cambiar la representación que uno tiene del comisariado de la mujer y la creación de un espacio por la mediación de conflictos; eficacia del sistema jurídico-policial; y una articulación intersectorial con las políticas públicas. En esta perspectiva, yo definiendo la tesis que el proceso de enfrentamiento de la violencia conyugal es lento, pasa por la comprensión de la complejidad del fenómeno, por el saber interdisciplinar, por la acción intersectorial, por las conquistas políticas y por la oportunidad de reflexionar sobre los valores sociales y encontrar estrategias pacíficas para la resolución de conflictos bajo nuevos moldes de relaciones interpersonales en la familia, en la escuela, en el trabajo, en la sociedad. El estudio contribuye, académica y socialmente, por el desarrollo del conocimiento teórico acerca de la violencia conyugal y de su proceso de enfrentamiento; orienta acciones por el rompimiento de la relación de violencia conyugal; y ofrece subsidios valiosos para repensar la formación de los cuidadores e el proceso de cuidar. En la enfermería, ese cuidado debe ser reflectado en la identificación temprana de las situaciones de violencia para el encaminamiento a los servicios de la *red* de atención a personas en situación de violencia a fin de evitar mayores agravios a la salud, incluso la muerte.

Descriptorios: Violencia conyugal. Enfermería. Interdisciplinaridad. Representaciones sociales. Políticas públicas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONJUGAL	28
2.1 COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL A PARTIR DAS CATEGORIAS GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO	28
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DA INVISIBILIDADE DOMÉSTICA AOS AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	35
2.3 VISÃO INTERDISCIPLINAR E AÇÃO INTERSETORIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL	46
3 ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA	50
3.1 TIPO DE ESTUDO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	50
3.2 CENÁRIO E SUJEITOS	54
3.3 PROCESSO DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	56
4 APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
4.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS SUJEITOS DO ESTUDO	65
4.2 VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	72
4.2.1 Manifestação e repercussão da violência conjugal	72
4.3 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL	82
4.3.1 Rede de apoio social	82
4.3.2 Compreensão da construção social da desigualdade de gênero	89
4.3.3 Capacidade de resolução de conflitos de forma pacífica e respeitosa	102
4.3.4 Representação da delegacia da mulher e a criação de espaço para mediação de conflitos	110
4.3.5 Eficácia do sistema jurídico-policia	115
4.3.6 Articulação intersetorial com as políticas públicas	122
4.3.7 Formação profissional com um olhar para a complexidade da violência conjugal	130
5 ENCONTRANDO A TESE	137
6 CONSIDERAÇÕES	142
REFERÊNCIAS	145

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	157
APÊNDICE B – Formulário - Entrevista I	158
APÊNDICE C – Formulário - TALP	159
APÊNDICE D – Formulário - Entrevista II	160
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	161
ANEXO B – Dicionário de termos evocados por mulheres e homens EVOC 2005	162
ANEXO C – Distribuição das palavras evocadas por mulheres e homens por frequência e ordem média EVOC 2005	164
ANEXO D – Distribuição das palavras evocadas por mulheres por frequência e ordem média EVOC 2005	169
ANEXO E – Distribuição das palavras evocadas por homens por frequência e ordem média EVOC 2005	172
ANEXO F – Lista das palavras comuns evocadas por mulheres e homens EVOC 2005	175
ANEXO G – Distribuição dos termos evocados por mulheres segundo quadrantes do quadro de quatro casas EVOC 2005	177
ANEXO H – Distribuição dos termos evocados por homens segundo quadrantes do quadro de quatro casas EVOC 2005	178

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
BA	Bahia
BDI	<i>Beck Depression Inventory</i>
B.O.	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEJIL	Centro para a Justiça e o Direito Internacional
CEM	Coordenadoria Especial da Mulher
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGT	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CHAME	Centro Humanitário de Apoio à Mulher
CIAM	Centro Integrado de Atendimento à Mulher
CICAN	Centro de Referência em Oncologia do Estado da Bahia
CIM	Comissão Interamericana de mulheres
CLADEM	Comitê Latino-Americano de Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMC	Coletivo de Mulheres do Calafate
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COE	Coordenação de Operações Especiais da Polícia Civil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social

CREAIDS	Centro de Referência Estadual de AIDS
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRIA	Centro de Referência Integral do Adolescente
CRLV	Centro de Referência Loreta Valadares
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
DOU	Diário Oficial da União
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EEUFBA	Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
ESF	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
EVOC	<i>Software</i> para análise de dados quantitativos
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FCCV	Fórum Comunitário de Combate à Violência
FCV	Fórum de Combate à Violência
GEDEM	Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher
GEM	Grupo de Estudo sobre Saúde da Mulher
GM	Gabinete do Ministro
HGE	Hospital Geral do Estado
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i> (Vírus da Imunodeficiência Humana)
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
I.P.	Inquérito Policial
IPERBA	Instituto de Perinatologia da Bahia
IMLNR	Instituto Médico Legal Nina Rodrigues
ITS Brasil	Instituto de Tecnologia Social do Brasil
JECrim	Juizado Especial Criminal
MS	Ministério da Saúde

NVIVO	<i>Software</i> destinado à investigação qualitativa
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SAJU	Serviço de Assistência Judiciária
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SOAJE	Serviço de Orientação e Assistência Jurídica
S.O.S.	<i>Save our Souls</i> (Salve Nossas Vidas)
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPM	Superintendência Especial de Políticas para Mulheres
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde

TALP	<i>Test of Free Association of Words</i> (Teste de Associação Livre de Palavras)
TRS	Teoria das Representações Sociais
UCSal	Universidade Católica de Salvador
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o processo de enfrentamento da violência conjugal e como objetivo geral analisar o processo de enfrentamento da violência conjugal. O estudo foi estruturado em cinco capítulos.

No Capítulo I descrevo minha aproximação com a temática e a experiência vivenciada nos espaços acadêmico e profissional que fizeram inquietar-me com a problemática e vislumbrar a situação-problema. Esta foi embasada a partir de elementos que sustentam a justificativa e relevância do estudo. Aqui também delimito o objeto de estudo, os pressupostos teóricos e os objetivos.

A fim de contextualizar a violência conjugal, construí um arcabouço teórico que revela o caráter multifacetado do fenômeno, que está dividido em três sub-capítulos inseridos no Capítulo II. No primeiro, toma-se o núcleo familiar, permeado pela visão patriarcal, como espaço de construção da violência de gênero e da violência intergeracional. É onde também se contextualiza a dupla discriminação vivenciada pela mulher a partir da interseção das categorias gênero e raça. O segundo apresenta um breve histórico acerca da evolução das políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de violência doméstica e sexual. No terceiro se defende a importância do olhar interdisciplinar e da atitude intersetorial no enfrentamento da violência conjugal.

No Capítulo III, descrevem-se minuciosamente as etapas seguidas para o desenvolvimento da tese, delineando a abordagem teórico-metodológica utilizada para a identificação, sistematização, discussão e análise das informações, bem como os diversos aspectos éticos que nortearam o desenvolvimento do estudo.

No Capítulo IV, em três sub-capítulos, se apresentam e se analisam os resultados da tese: as características dos sujeitos do estudo quanto aos aspectos sociais e econômicos bem como a vivência de violência na relação conjugal; as manifestações do fenômeno e as suas repercussões para a saúde, além de elementos que favorecem o processo de enfrentamento da violência conjugal.

O Capítulo V traz uma síntese do estudo e a tese defendida.

Nas considerações, Capítulo V, estabelecemos uma reflexão acerca da dificuldade de rompimento das relações conjugais violentas e o enfrentamento desse fenômeno a partir de novos moldes de relações interpessoais e de conquistas políticas, por parte dos governantes, da academia, dos profissionais, das mulheres organizadas e das associações.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência é o

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (BRASIL, 2005a).

Quando perpetrado contra as mulheres, a violência guarda relação com as desigualdades entre masculino e feminino, podendo ser mais bem entendido tomando-se por base a categoria gênero. Foi nessa perspectiva que a Declaração para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres define esse fenômeno como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Quando a violência contra a mulher se dá no âmbito doméstico, compreendido como espaço de convívio permanente de pessoas, independente de vínculo familiar, é chamada de violência doméstica. Essas pessoas, convivendo nesse espaço, compreendem tanto a família quanto os agregados, tais como, por exemplo, as empregadas domésticas. Inserida na violência doméstica está a violência familiar, envolvendo apenas os indivíduos que são ou que se consideram parentes, seja por laços naturais, de afinidade ou simplesmente por vontade expressa. Nesse tipo de violência, as crianças, as mulheres, os idosos e os deficientes físicos são os mais atingidos. Já quando acontece na relação entre os cônjuges, é chamada violência conjugal, justamente a que constitui o foco de interesse dessa tese.

No que concerne aos números de violência contra as mulheres, podemos observar na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001), com um universo de 61, 5 milhões de brasileiras, que pelo menos 6,8 milhões delas já foram espancadas alguma vez na vida. O estudo ainda pressupôs que só no ano de 2001 cerca de 2,1 milhões de mulheres foram vítimas de violência.

Todavia, a problemática da violência não se restringe ao Brasil. Estudos realizados na Holanda, Estados Unidos, Canadá, Nicarágua e Índia mostraram que os índices de violência contra a mulher correspondem, respectivamente, a 21, 25, 29, 52 e 75% dos casos registrados (HEISE, PITANGUY, GERMANI, 1994). Em Portugal, 60 mulheres

morrem por ano em decorrência da violência doméstica (PORTUGAL, 2008). Estima-se que entre 12 e 15% das mulheres europeias vivem em situação de violência de gênero (PORTUGAL, 2007).

Nacionais ou não, os estudos revelam que o número de casos de violência vem crescendo no âmbito doméstico e que os agressores são homens com quem a mulher mantém, ou manteve, relação afetiva (SALVADOR, 2009; PORTUGAL, 2008; PORTUGAL, 2007; SCHRAIBER, 2007; COSTA, 2005; JACOBUCCI; CABRAL, 2004; DINIZ et al., 2002).

Estudo realizado com 906 laudos médico-legais de pessoas com queixa de violência também mostrou que as vítimas mais freqüentes são as mulheres em situação de violência conjugal. Em todos os casos, estas apresentaram ferimento de boca ou na região mandibular (FARIA, 2006). A face, juntamente com a região da cabeça e do pescoço, corresponde a uma das áreas mais atingidas (DINIZ; SANTOS; LOPES, 2007; GARBIN et al., 2006; GOMES; DINIZ, 2005).

A violência atinge a saúde das mulheres de formas diversas: desde problemas físicos, tais como fraturas, contusões, queimaduras, dores abdominais e musculares, cefaléias, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, aborto provocado, ou parto prematuro até problemas psicológicos, tais como dificuldades de adaptação, isolamento social, insônia, ansiedade, palpitações, nervosismo, insegurança, baixa auto-estima, depressão, estresse pós-traumático, tentativa de suicídio e morte (DINIZ; MONTEIRO, 2003; BRASIL, 2001; BRASIL, 2005a; BALLONE, 2003; TAVARES, 2000; ELLSBERG; HEISE, 2005).

Neste sentido, a vivência de tal fenômeno vai de encontro ao próprio conceito de saúde, antes limitado à visão epidemiológica, passando a contemplar fatores sociais, ambientais, econômicos e educacionais, tanto quanto aos direitos sociais básicos previstos na Constituição de Federal Brasileira através do art. 126, que percebe a saúde enquanto “direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). A Lei n. 11340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que preconiza que a todas as mulheres devem ser “asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência...” (BRASIL, 2006a) também é violada.

Além das repercussões diretas para a mulher, o alto índice de violência na relação conjugal chega juntamente com o comprometimento sobre a produtividade econômica do país, não somente no que se refere aos custos com o sistema de saúde, mas também com a

polícia, o Poder Judiciário, os órgãos de apoio à mulher, com o absenteísmo da mulher no trabalho. Na América Latina, 25 a 50% das mulheres sofrem violência doméstica, resultando em 14,2% de diminuição do Produto Interno Bruto (PIB). Estudos revelam que a cada quatro minutos uma mulher é agredida, o que representa uma perda de 10,5% do PIB brasileiro (HEISE, 1994; TAVARES, 2000; JACOBUCCI, 2004; BRASIL, 2005a).

Diante da complexidade do fenômeno, a violência doméstica se configura uma questão de saúde pública. Estudo desenvolvido por Arnold et al. (2007) revelou que as causas externas, onde se insere a violência, ocuparam o terceiro lugar entre as razões de óbitos de mulheres em idade fértil, ficando atrás apenas das neoplasias e das doenças do aparelho circulatório. Entretanto, ao analisar as mortes em mulheres com menos de 30 anos, a violência passa a ocupar o primeiro lugar. Situação similar foi encontrada pelo Instituto Patrícia Galvão quando entrevistou 2.002 indivíduos sobre os três problemas que mais preocupam a mulher brasileira: mais uma vez, a violência doméstica ocupou o primeiro lugar, à frente de doenças como o câncer de mama, câncer de útero e AIDS (IBOPE, 2006). Para Adeodato et al. (2005), este fato se deve às conseqüências da violência doméstica serem mais terríveis se comparadas a todos os tipos de câncer. A esse respeito, Minayo (2005) declara que a violência resulta no aumento dos gastos para o sistema de saúde, pois a assistência é muito mais onerosa que a maioria dos procedimentos médicos convencionais.

Entretanto, há dificuldades em se calcular, precisamente, o gasto que a violência acarreta sobre os sistemas de saúde e sobre a produtividade econômica, uma vez que as instituições que prestam serviços à mulheres em situação de violência, seja na área jurídica policial, na saúde ou na área da educação, ainda não contam com registros apropriados (BRASIL, 2001). Neste sentido, a violência conjugal no Brasil ainda é mascarada, refletindo apenas a pequena parcela de mulheres que resolveram denunciar a violação sofrida.

Essa realidade e mais o fato de a violência conjugal ser vista como problema de âmbito privado, contribui para a invisibilidade do fenômeno. Abreu (2006) defende que as raízes da violência contra a mulher, ancoradas na cultura patriarcal, tornam a mulher ainda mais propensa a naturalizar o fenômeno, ou seja, a aceitá-lo como inerente ao feminino.

Vale assinalar que, em decorrência dos agravos causados, as mulheres buscam o serviço de saúde, que se revela espaço privilegiado para a identificação dos casos de violência conjugal. Estudo realizado por Meneghel et al. (2000) com 110 mulheres, que

estiveram albergadas na Casa de Apoio Viva Maria em Porto Alegre-RS, mostrou que 10% dos casos foram encaminhados pelos serviços de saúde, confirmando a importância deste setor no enfrentamento da violência conjugal.

Todavia, sabe-se que os profissionais, seja da atenção básica ou das unidades de emergência, pouco relacionam os problemas que levam as mulheres aos serviços de saúde com a situação de violência e, quando o fazem, não reconhecem a violência como objeto da saúde. A isso se soma o fato de que nem sempre as mulheres se percebem em situação de violência conjugal. Daí a importância de o profissional de saúde saber estabelecer uma relação de confiança com a mulher para a abordagem do tema e que aprendam a reconhecer a violência como elemento que precipita problemas de saúde e, assim, contemplá-lo no processo de assistência.

Em estudo realizado por Minayo e Souza (1999), no qual descreveram propostas e experiências de prevenção da violência no Brasil e em outros países, defendeu-se o papel fundamental e estratégico do setor saúde, não apenas para atuar na atenção e recuperação das vítimas, mas também, e principalmente, para encabeçar ações específicas de promoção à saúde em seu sentido mais amplo.

Para Batista (2005), a violência se torna um problema que nos diz respeito, enquanto técnicos, prestadores de assistência à saúde ou estudiosos. Em qualquer dessas atuações, um olhar cuidadoso para os sujeitos e a reflexão constante do exercício ético-político de nossas práticas profissionais são elementos fundamentais para a construção de novos conhecimentos acerca do complexo fenômeno da violência conjugal, bem como para a busca de estratégias de enfrentamento.

Na Bahia, há 25 grupos de pesquisas cadastrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de violência. Destes, apenas quatro apresentaram estudos sobre a temática violência contra a mulher nas áreas de enfermagem (70,6%), saúde coletiva (26,4%) e psicologia (3%), sendo responsáveis pela publicação de 18 artigos e 16 dissertações de mestrado, cuja quase totalidade das publicações foi desenvolvida pela Universidade Federal da Bahia e aborda a violência doméstica, dentro da qual se insere a violência conjugal (RIBEIRO; FREITAS, 2006).

Pesquisas, conferências, fóruns de debates, colóquios e livros também divulgam notícias sobre violência doméstica, todos preocupados em dar maior visibilidade e melhor compreender este fenômeno (LISBOA et al., 2002). Costa (2005) defende que, apesar de a

violência conjugal ser abordada em diversas perspectivas teóricas como problema de estudo, continua sendo um tema recente nas preocupações sociais.

Em Salvador, os índices de violência contra a mulher são crescentes e alarmantes. Nesta perspectiva, considerando a magnitude e complexidade da violência conjugal e estando comprometidas com a realidade social no sentido de preencher lacunas, nós nos propomos a desenvolver esse estudo, a partir do qual desejamos contribuir para a construção de novas fontes de conhecimento acerca da temática e oferecer elementos que orientem ações estratégicas para o enfrentamento do fenômeno.

Minha aproximação com a temática violência conjugal se dá quando de meu ingresso no Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC), quando, em 1999, fui selecionada para integrar o projeto intitulado Violência Conjugal e suas implicações na prevenção de DST/HIV: o discurso masculino¹. Este estudo foi realizado em um bairro periférico da cidade de Salvador (BA).

Devido ao alto índice de violência doméstica, em 1992, um grupo de mulheres dessa comunidade criou uma associação para discutir a violência e apoiar outras mulheres na mesma situação. No sentido de proteger a comunidade do risco de exposição, visto que o estudo revela o desenvolvimento de atividades ilícitas por familiares dos entrevistados, vamos chamá-la de *Deusa*². A fala³ a seguir retrata a construção desse espaço:

[...] eu recordei o *Deusa*, sua história, tudo que passamos quando fundamos, tudo que passamos para criá-lo [...] Não me recordo que nome ele tinha logo quando fundamos. Só sei que a gente queria escancarar para comunidade que podíamos falar [...] todas sofreram violência, então podíamos falar. Construímos o poder de falar. (HERA, 2007)

Minha relação com o *Deusa* não se limitou ao desenvolvimento de pesquisas. Engajei-me, além disso, em projetos de extensão contínuos e esporadicamente participei de oficinas e palestras, quando assim o solicitavam as coordenadoras.

¹ Relatório de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica - PIBIC/CNPq - que teve como objeto de estudo a violência conjugal e suas implicações para prevenção de DST/HIV e o objetivo de analisar as implicações da violência na relação conjugal na prevenção das DST/HIV. Esta pesquisa, orientada pela Prof.^a Dr.^a Normélia Maria Freire Diniz, faz parte da Linha de Pesquisa Mulher, Saúde e Violência do Grupo de Estudo sobre Saúde da Mulher da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – GEM/EEUFBA. Este estudo está publicado sob a forma de resumo no Livro Resumos do I Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação e XIX Seminário Estudantil de Pesquisa e sob a forma de artigo na Revista da Escola de Enfermagem da USP. (Ver GOMES, 2000; DINIZ et al, 2003b).

² Esse nome fictício atende a Resolução 196/96, conforme protocolo de pesquisa.

³ Discurso de uma integrante do *Deusa*, fundadora e ex-coordenadora, durante oficina realizada em novembro de 2006, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Normélia Maria Freire Diniz.

A participação em oficinas com homens foi uma das estratégias utilizadas para a aproximação com os sujeitos do referido estudo, permitindo-me adentrar no mundo subjetivo do grupo e identificar suas experiências de violência na relação com suas companheiras, viabilizando, assim, a coleta de dados.

A citada pesquisa mostrou que as relações desiguais entre homens e mulheres influem na adesão às medidas preventivas de DST/HIV. A categoria de análise gênero permitiu compreender que os limites na relação são estabelecidos pelo masculino. É o homem quem decide sobre o uso ou não de preservativo, expondo-se e ao mesmo tempo expondo a mulher à contaminação por DST/HIV: isto pode ser considerado violência conjugal, uma vez que, em assim agindo, a mulher se anula enquanto sujeito, submetendo-se à vontade do outro, no caso, o cônjuge (GOMES, 2000).

Esta experiência como um todo me despertou para o seguinte questionamento: ‘Por que os homens se comportam de forma autoritária na relação conjugal?’, o que aguçou em mim o desejo de me aprofundar no conhecimento da temática violência conjugal, possível graças a meu ingresso no mestrado⁴, em 2001, logo após a graduação.

Nos espaços da pós-graduação e junto à minha orientadora tornou-se possível recortar melhor o objeto de estudo: a identidade de homens em condição de violência conjugal. A dissertação teve como objetivo geral compreender elementos que influenciam a construção da identidade de homens em situação de violência conjugal.

Este estudo mostrou que a identidade de homens (e mulheres) é construída no espaço familiar com base nos papéis e atributos que eles aprenderam a reconhecer como pertencentes a cada gênero, tendo como modelos o pai, a partir dos papéis de provedor e chefe de família, e a mãe, a partir do tripé dona-de-casa, esposa e submissa. Mostrou também que os homens tiveram uma infância marcada por situações de violência: que presenciaram a violência nos seus lares entre seus pais; que sofreram violência por parte de pais ou figuras paternas; e que vieram de lares em que prevaleciam a falta de diálogo, o autoritarismo paterno e a submissão materna (GOMES; DINIZ, 2005).

Tal análise remete ao fato de que a violência tem caráter intergeracional, não sendo inerente ao homem, mas percebida, de forma natural, como elemento constituinte da

⁴ Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração “Gênero, Cuidado e Administração em Saúde” e na linha de pesquisa “Mulher, Gênero e Saúde”, sob a orientação de Prof.^a Dr.^a Normélia Maria Freire Diniz.

identidade masculina e socialmente reproduzida, inclusive nas relações com suas companheiras.

O título de mestra me possibilitou a abertura de espaços para a realização de capacitações e palestras sobre a temática violência conjugal em Salvador (BA). O público-alvo, constituído majoritariamente por funcionárias e funcionários de diversas categorias dos serviços de saúde (enfermeira, auxiliares e técnicos de enfermagem, psicólogos, médicos, assistentes sociais, Agentes Comunitários de Saúde (ACS)) expressavam dificuldades para identificar os casos de violência. Eram comuns relatos de profissionais que não percebiam a violência enquanto objeto da saúde: isso estava ligado à ausência de espaço de discussão da temática durante a formação deles. Notamos também que eles desconheciam os serviços para os quais encaminhariam essas pacientes, de modo que não sabiam dizer que serviços eram oferecidos, quais eram os horários e dias de atendimento, a localização, etc.

Buscando um espaço de aprofundamento na temática em questão, procurei o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV)⁵ na pessoa de sua coordenadora⁶. Enquanto aluna do Mestrado colaborei com a elaboração do Guia de Serviços de Atenção a Pessoas em Situação de Violência⁷, sob a coordenação do Grupo de Trabalho Rede de Atenção/FCCV. Nas reuniões sistemáticas para elaboração do Guia, tive a oportunidade de presenciar discussões em torno da identificação, caracterização, notificação, intervenção, tratamento e prevenção de situações de violência, bem como a necessidade de articulação dos serviços sociais, jurídicos, policiais e de saúde.

Um mês depois, fui convidada pela Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro⁸ para assumir a coordenação do Fórum de Combate à Violência (FCV), criado desde junho

⁵ O Fórum Comunitário de Combate à Violência, criado em 1996, a partir da constatação de que a violência é um problema prioritário de saúde, é uma instância permanente de articulação de vontades, esforços e recursos (públicos e privados). O Fórum conta com a participação de projetos, grupos e instituições que trabalham direta ou indiretamente com esse problema. Tem como objetivo propor e acompanhar políticas e ações destinadas a controlar e combater a violência em Salvador (Ver FCCV, 1996).

⁶ Profa. Dra. Heloniza Costa da EEUFBA. Integrante do grupo gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência.

⁷ O Guia de Serviços de Atenção a Pessoas em Situação de Violência tem por objetivo facilitar a identificação e localização de serviços de atenção a pessoas em situação de violência na cidade de Salvador (BA) (Ver AGUIAR, 2002). Minha participação na construção de textos para o Guia fazia parte das atividades que integravam a disciplina Violência e Saúde oferecida no curso do Mestrado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia sob a coordenação das professoras Dra. Normélia Diniz, Dra. Clímene Camargo e Dra. Rosário Menezes.

⁸ A Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro (BA) encontrava-se sob a administração da gestora Ângela de Oliveira Carneiro.

de 2002 com o objetivo de promover estratégias de redução e prevenção dos índices de violência no município (CARNEIRO; GOMES, 2004).

Entre as ações do FCV, destacam-se reuniões sistemáticas com representantes de entidades governamentais e não-governamentais do município; identificação de dados de violência; e implantação do Programa Paz nas Escolas⁹, da UNESCO, justificada pelo aumento no índice de violência contra as crianças, adolescentes e mulheres.

As ações do FCV, bem como do Programa Paz nas Escolas, também se articulavam com as demais ações da Prefeitura, como por exemplo, o Programa Saúde da Família. Era nítida a desconexão entre violência e saúde na percepção dos integrantes do Saúde da Família. Este, por sua vez, foi apontado como um nó crítico a ser trabalhado por meio de sensibilizações realizadas com todas e todos as(os) profissionais, a introdução da discussão da temática violência doméstica nos espaços da saúde configurando um desafio.

Esta situação gerou a demanda de um processo educativo introdutório no que diz respeito à percepção da violência enquanto problema de saúde e à responsabilidade dos profissionais na identificação, orientação, assistência e notificação dos casos. Entretanto, não havia um projeto institucional para a implantação de ações no que se refere ao atendimento a pessoas em situação de violência doméstica.

Como já era esperado, percebi também que a violência no município era pouco notificada, embora a lei de notificação já tivesse sido regularizada em todo o território nacional desde 24 de novembro de 2003, através da Lei nº 10778 (BRASIL, 2003), que afirma:

[...] Art. 1º Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde, públicos e privados.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica.

⁹ O Programa Paz nas Escolas foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Juazeiro sob a minha coordenação geral e em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Tinha como proposta a abertura das escolas durante os finais de semana, quando eram desenvolvidas ações sociais direcionadas para crianças, jovens, mães e pais, que valorizavam o esporte, o lazer, a arte e a cultura, aproximando os jovens, a comunidade e a escola.

Esta Lei considera que a notificação compulsória dos casos de violência deve ser sigilosa e obriga a que ela seja feita pelos serviços que atendem às mulheres nessa situação.

As informações devem ser lançadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), desenvolvido entre 1990 e 1993 para melhorar o grau de informatização no Brasil e, por conseguinte, facilitar a formulação e avaliação de políticas de saúde. As normas relativas à notificação compulsória de doenças foram regulamentadas através da Lei nº 6259 de 30 de outubro de 1975. Contudo, a lista de doenças de notificação compulsória só foi regulamentada através da Portaria nº 1943/GM/MS de 18/10/2001 e não fazia menção à violência, embora fosse facultado a estados e municípios incluir outras doenças ou agravos considerados relevantes (BRASIL, 1975).

Só em 2003 se regulamenta a notificação compulsória da violência contra a mulher em todo o território brasileiro. Todavia, os municípios brasileiros não aplicam a Lei nº 10778, o que contribui para a permanência da gravidade desta problemática e constitui infração da legislação referente à saúde pública, conforme sanciona o art. 5º deste dispositivo legal (BRASIL, 2003).

Desta forma, a compreensão das questões que norteiam o processo de aplicação da notificação compulsória da violência passou a ser familiar por conta da minha vivência na coordenação do FCV e do Programa Paz nas Escolas, sobretudo devido à oportunidade de exercitar a atitude interdisciplinar e intersetorial.

Outro passo importante foi dado quando ingressei como professora efetiva na Universidade Federal do Vale do São Francisco, em setembro de 2004. Neste espaço, estive comprometida com o enfrentamento da violência conjugal a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa¹⁰ e extensão¹¹ na região, em especial nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

¹⁰ Foram aprovados cinco projetos, sendo quatro junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e um junto ao Colegiado de Enfermagem da UNIVASF: 1) Violência conjugal: conhecendo a realidade do município de Juazeiro (BA), financiado pela FAPESB; 2) Violência institucional: percepção de mulheres acerca do exame preventivo, financiado pela FAPESB; 3) Estratégias de intervenção na violência doméstica: um enfoque na mulher, financiado pela UNIVASF; 4) Percepção dos profissionais de saúde do PSF no município de Juazeiro-BA acerca da violência doméstica, financiado pela FAPESB; 5) Incidência de violência contra a mulher no bairro de João de Deus no município de Petrolina, vinculado ao conteúdo de metodologia da pesquisa.

¹¹ Foram aprovados dois projetos de Extensão junto à Pró-Reitoria de Integração aos Setores Comunitários e Produtivos da UNIVASF: 1) Projeto de Fortalecimento da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência em Petrolina-PE; 2) Projeto de Fortalecimento da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência em Juazeiro-BA.

Os projetos de extensão integraram ações do Ministério da Saúde através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), constituindo estratégias políticas para o enfrentamento da violência doméstica, sobretudo aquela que se dá na relação conjugal. Uma das estratégias consistiu na implantação de *redes*¹² de assistência intersetorial e interdisciplinar a mulheres em situação de violência doméstica e sexual, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS -, a partir da articulação do fluxo de atendimento com campos diversos, como saúde, educação e segurança pública.

A integração entre ensino pesquisa e extensão favoreceu uma visão integral da mulher em situação de violência conjugal, ancorada nos diversos campos de saberes e na intersetorialidade.

O curso de Doutorado¹³ se apresentou como possibilidade teórico-metodológica para que eu me aprofundasse na temática violência conjugal. Para melhor delimitar o objeto de estudo, realizei visitas¹⁴ a algumas instituições de apoio a mulheres em situação de violência na cidade de Salvador (BA). A isso se somam a permanente leitura e a participação em cursos, seminários e outros espaços de discussão e articulação política sobre a temática.

Toda a experiência aqui relatada me deu a oportunidade de vislumbrar as instituições e a comunidade como espaços de saber, me levando a perceber facetas da violência conjugal e me trazendo uma série de questionamentos: Quais as representações sobre violência conjugal elaboradas pelas mulheres? Quais as representações sociais elaboradas pelos homens sobre a violência conjugal? Como a violência se manifesta na relação conjugal? Quais os elementos que levam a mulher a permanecer na situação de violência conjugal? Como enfrentar a violência conjugal? Como viver uma relação conjugal livre de violência? Qual o papel da academia no enfrentamento desta problemática? Como a enfermagem se insere no processo de enfrentamento da violência conjugal? Essas inquietações me ajudaram a delinear o **objeto de estudo, a saber, o processo de enfrentamento da violência conjugal.**

¹² O Ministério da Saúde incorporou a concepção de rede referindo-se à articulação intersetorial e interdisciplinar com o objetivo de desenvolver ações pactuadas de vigilância, prevenção e controle da violência e fatores de risco, considerando os contextos socioeconômico e regional (Ver BRASIL, 2006b).

¹³ Ingressei no doutorado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração “Gênero, Cuidado e Administração em Saúde” e na linha de pesquisa “Mulher, Gênero e Saúde”.

¹⁴ As visitas técnicas foram realizadas no mês de outubro de 2006, juntamente com a mestranda Marieve Pereira da Silva, sob a indicação da orientadora Profa. Dra. Normélia Diniz. Foram visitadas as seguintes instituições: Centro de Referência Loreta Valadares; Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e Projeto Viver/Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual.

Partimos dos seguintes pressupostos: (i) a vivência de violência conjugal compromete a saúde; (ii) a apreensão das representações de mulheres e homens permite a compreensão do comportamento e da prática dos sujeitos e orienta para estratégias de transformação e o processo de enfrentamento requer (iii) espaços com atividades educativas que possibilitem que mulheres e homens se percebam em situação de violência conjugal, compreendam a construção social da desigualdade de gênero, reflitam sobre suas relações conjugais e encontrem estratégias pacíficas para a resolução de conflitos; (iv) o apoio da rede social (amigos, familiares, religião, associações); (v) o funcionamento em *rede* das instituições devidamente articuladas com as políticas públicas; (vi) profissionais preparados para a identificação das situações de violência conjugal e a assistência à mulher e ao homem.

Nesta perspectiva, o estudo tem como **objetivo geral** analisar o processo de enfrentamento da violência conjugal e como **objetivos específicos** identificar os aspectos sócio-econômicos dos sujeitos do estudo; apreender o conteúdo e a estrutura das representações sobre violência conjugal elaboradas por mulheres e homens; analisar o conteúdo e a estrutura das representações sobre violência conjugal elaboradas por mulheres e homens; analisar a manifestação da violência conjugal e sua repercussão para a saúde a partir das falas de mulheres e homens que vivenciaram ou vivenciam o fenômeno; e analisar os elementos¹⁵ relacionados com o enfrentamento da violência vivenciada por mulheres e homens na relação conjugal.

¹⁵ Elemento consiste em tudo que entra na composição de alguma coisa. Cada parte de um todo. Pessoa, indivíduo considerado como parte de um todo social ou de um grupo. Meio, recurso ou informação (FERREIRA, 1999).

2 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONJUGAL

2.1 COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL A PARTIR DAS CATEGORIAS GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO

A vivência de violência conjugal perpassa gerações e encontra-se grandemente ancorada na desigualdade de gênero. Esta última é responsável por tornar natural a perspectiva de que a mulher deve obediência ao homem e por isso deve se submeter a ele. No Brasil, é importante não omitir a questão da raça, uma vez que a população feminina negra é mais susceptível à violência conjugal e sofre com ela de forma mais acentuada, estando na intersecção das discriminações de gênero e raça.

Gênero é um conceito forjado pelas Ciências Sociais que surge enquanto referencial teórico para analisar e compreender a desigualdade entre o que se atribui ao homem e à mulher, o que faz a imagem idealizada do masculino e do feminino. Explicando, os homens estão relacionados ao espaço público, e isso implica atribuir-lhes papéis de provedor e chefe de família, exigindo virilidade, coragem, força física e agressividade. Das mulheres se espera delicadeza, sensibilidade, passividade, subordinação e obediência. Além disso, por suas condições biológicas de engravidar, gestar e amamentar, a sociedade também delegou à mulher os cuidados com o marido, o lar e os filhos. Inclusive responsabilizando-a por qualquer coisa de errado que acontecesse com eles. No entanto, a percepção dos papéis desiguais de gênero enquanto inerente à condição biológica faz com que a produção e reprodução social dessa desigualdade não sejam percebidas.

Desde cedo, os papéis e comportamentos de gênero são ensinados, sobretudo nos espaços familiares. Desse ponto de vista, entender o fenômeno da violência conjugal é compreender também como as coisas se passam no ambiente familiar.

Elsen et al. (1992) a define enquanto unidade dinâmica, onde os membros, unidos por laços consangüíneos, de adoção, interesse e/ou afetividade, aprendem e reproduzem crenças, valores e conhecimentos comuns. Vale citar a importância de os laços afetivos serem contemplados na definição de família, sobretudo porque estes respaldam as particularidades da constituição das famílias negras no Brasil.

Segundo Reis (2007), na segunda metade do Século XIX os laços familiares e comunitários dos negros no Brasil foram profundamente marcados pela especificidade da

condição jurídica de cada pessoa: escravizados, negros livres e libertos. Diante desses diferentes estatutos jurídicos, as famílias negras sofreram permanentes processos de desagregação, porque os membros dessas famílias podiam ser vendidos em separado. Os negros livres formaram famílias nucleares (pai, mãe e filhos) com indivíduos da mesma condição jurídica. Também eram comuns famílias parciais (mãe ou pai e filhos). Boa parte das uniões iniciou-se de relacionamentos ainda no cativeiro, de modo que houve a libertação de um dos cônjuges em momento anterior ou posterior à legitimação da união. Em 1823, a população total da província da Bahia era de 671.922 habitantes, 237.458 dos quais eram escravos, com maior percentual de pessoas solteiras, embora houvesse grande número de uniões consensuais e, com frequência, sem o casal estar morando junto.

De acordo com a autora, após a Lei de 1831, que proibia o tráfico transatlântico de escravos, todos os africanos importados ilegalmente foram considerados “africanos livres”. Contudo, como eles precisavam se sustentar, passaram a constituir, desde então, mão-de-obra barata arrematada em praça pública, um mero disfarce para a escravidão. Em 1850, com a Lei Euzébio de Queirós, proibiu-se a arrematação dos “africanos livres” por particulares. Os primeiros realizariam serviços públicos apenas para a nação, até que fossem tomadas as devidas providências no sentido de reexportá-los por conta do Estado. Em 1853, um Decreto determinou a emancipação dos “africanos livres” que já tivessem trabalhado durante quatorze anos para particulares, mediante requerimento. Para tanto, era preciso que o “africano livre” tivesse conhecimento e meios para recorrer a este direito na justiça. Dessa forma, a maioria continuou a ser muito explorada. E mesmo emancipados, os africanos eram obrigados a ocupar o serviço designado pelo governo e nele residir. Em 1864, também através de um Decreto, determinou-se a emancipação de todos os “africanos livres” existentes no império a serviço do Estado ou de particulares. Em 1871, com a Lei do Ventre Livre, se garante legalmente o fim do processo natural de reprodução dos cativos, reiterando a proibição da comercialização em separado dos membros de uma mesma família de escravos. Os filhos das escravas nascidos a partir deste ano ficariam sob a responsabilidade dos senhores de suas mães, que eram obrigados a mantê-los até que completassem oito anos de idade, quando poderiam optar entre mantê-los até os 21 anos ou entregá-los para o Estado em troca de 600\$000rs. Este, por sua vez, ofereceria serviços gratuitos em troca do sustento. As crianças cedidas, abandonadas ou tiradas do poder dos senhores por constatação de violência ou privação de alimentos ficavam sob a

responsabilidade de juizes de órfãos em associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

Para a autora, esse breve histórico das legislações que culminaram na absolvição dos negros nos permite perceber que embora muitos tenham sido considerados livres pelas leis e decretos regulamentados, eles ainda ficavam durante muito tempo em poder do Estado. Muitos foram extraviados, submetidos às transações comerciais ilegais e mantidos em regime de cativo. Até a Proclamação da Lei Áurea, em 1888, foram bastantes os negros humilhados e arrematados em praça pública. A má qualidade de vida, os maus-tratos, as condições insalubres, o excesso de trabalho e as doenças provocaram grande número de vítimas.

Alguns se rebelaram contra o sistema; cometeram crimes contra senhores e feitores; suicidaram-se e praticaram infanticídios. Outros fugiram dos cativos em busca de liberdade, fazendo com que as cidades do Recôncavo, sobretudo Salvador, se tornassem um refúgio. Após a Lei Áurea, mais de setecentas mil pessoas precisavam se manter, uma vez que a família negra, apesar de ter enriquecido os senhores e seus descendentes, nada herdou de seus antepassados em termos materiais. Humilhadas, grande quantidade delas teve de trabalhar a troco de nada (FERREIRA, 2002).

Com o objetivo de garantir a ordem social e urbana, o Estado precisou intervir, por meio da imposição de normas reguladoras, centradas na família, considerada co-responsável pela própria saúde ou doença. Isso se deu em 1808, com a chegada da Corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Todavia, as normas foram, inicialmente, dirigidas às famílias de elite e burguesas, e não à classe pobre, constituída pela imigração e pela recente libertação dos escravos, acusada de desviar a norma instituída e por isso era segregada em prisões e abrigos pelos higienistas que policiavam a rua e os espaços das casas (COSTA, 1979).

A violência que sofre a população negra brasileira se reflete até hoje todos os dias e são várias as formas de discriminação: no material didático e nos meios de comunicação, na falta da simbologia da cultura negra ou mesmo em fotos de crianças e da família negra em espaços institucionais educativos, na constante invisibilidade de nossa história nos livros escolares (o que gerou a Lei 10.639 sobre a inclusão da História da África nos currículos escolares), na falta do registro de cor/raça na certidão de nascimento e nos prontuários dos serviços de saúde, nos espaços de trabalho onde as marcas da discriminação ocorrem na seleção, nas competências indefinidas, na ocupação de altos

cargos, na mobilidade, na hierarquia, nos altos índices de mortes dos jovens negros vítimas da violência, nos altos índices de mortalidade materna, nas mortes resultantes de abortos inseguros das mulheres negras e nas diferenças salariais entre brancos e negros, maior ainda entre homens brancos e mulheres negras, por exemplo (LACERDA, 2005).

O maior empecilho para o processo de emancipação da população negra consiste no desconhecimento histórico do papel dos negros na construção do país, a partir da negação da história de trabalho, resistência e luta (SILVA, 2000). Enquanto brasileiros, somos um povo multirracial e a população negra, inclusive as mulheres, têm um importante papel histórico na formação da cultura nacional. Segundo Lacerda (2005), mulheres negras trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas, consideradas, no passado, como objeto, a serviço de sinhazinhas e de senhores de engenho que as violentavam.

Fica clara a violência a que foram expostos homens e mulheres negros durante séculos, sendo inegável a importância do trabalho dos negros africanos e afrodescendentes para a construção do país. Todavia, embora homens negros e mulheres negras compartilhem um histórico cultural comum, a mulher negra é duplamente oprimida, uma vez que dentro da visão de gênero o homem negro também acredita na superioridade masculina, compartilhando a ideologia patriarcal.

Respalhada na tradição patriarcal, a família moderna surge na burguesia européia por volta de 1750, retratando os papéis específicos que os membros desempenham dentro ou fora do seio familiar (CAMARGO, 1996). Por ser o primeiro sistema com que o indivíduo interage, a família consiste no micro-sistema dentro do qual cada membro tem uma posição e um papel socialmente definido, que reflete a organização funcional e reproduz a desigualdade social de gênero no que se refere às expectativas geradas sobre o comportamento de homens e mulheres.

No mercado escravista, a desigualdade de gênero já se mostrava. As mulheres recebiam valor inferior ao salário dos homens, o que mostra uma depreciação da mão-de-obra feminina. Além disso, apenas sobre elas recaía a responsabilidade pelo sustento dos filhos¹⁶, o que, a depender da quantidade de filhos era sinônimo de progressivas reduções de salário (REIS, 2007).

¹⁶ De acordo com um edital da polícia baiana do ano de 1839, os salários dos “africanos livres” estavam regulados da seguinte maneira: 30\$000rs, trinta mil réis, por homens e 25\$000rs, vinte e cinco mil réis, por mulheres sem filhos. Com filhos, a mulher receberia 5\$000rs, cinco mil réis a menos por cada filho. Os

Grande parte dos estudiosos compartilha a crença de que a violência contra a mulher é consequência das relações de gênero (DREZZET, 2007; SILVA, 2003). Sullca e Schirmer (2006) consideram que a construção social de gênero representa um fator de grande significado na questão dos maus-tratos às mulheres, pois vem, ao longo dos anos, relegando o feminino a uma posição de desvalorização, resignação e submissão, supervalorizando o masculino. Considerando todos os atos de violência contra a mulher, percebe-se que, na maioria dos casos, os autores são homens (LISBOA, 2008).

Gomes et al. (2007) mencionam o papel da unidade familiar na construção de relações de dominação baseadas em relações de gênero, onde ao homem é dada a autoridade e todos os membros da família devem se sujeitar à vontade deste. Assim sendo, o poder do homem é socialmente legitimado, quer no papel de esposo ou de pai. Neste sentido, a construção da identidade masculina está ancorada em relações de poder, mulheres e crianças ocupando um papel inferior no núcleo familiar.

Ou seja, qualquer desvio dos padrões naturalizados de família será considerado desviante e anormal, podendo desencadear o exercício do poder no sentido de restaurar a ordem familiar, tida como universal e normal (COSTA, 1979). Daí a violência emergir do processo de dominação e demonstração de poder da dinâmica familiar marcada por relações interpessoais assimétricas e hierárquicas (CAMARGO, 1996).

Tornar natural o poder do homem sobre a família, inclusive assegurando-lhe o direito de punir a mulher e os filhos, afastava as possibilidades de intervenções por parte de outras figuras de autoridade, já que a família era considerada um espaço sagrado, acima do poder do Estado. Por conta dessa autoridade outorgada ao masculino e cristalizada na estrutura familiar e social, as relações interpessoais de violência, embora presentes no cotidiano da relação familiar, sempre estiveram socialmente “invisíveis” (CREPSCHI, 2005; BLAY, 2003; CAMARGO, 1996).

Em 1988, com a Constituição Federal, as crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direito, sendo considerado dever da família, da sociedade e do Estado, como prioridade absoluta, prevenir e combater situações de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece que a criança (potencialmente vítima de violência doméstica) deve ser protegida pelo Estado. Neste sentido, a violência passa a ser percebida

filhos menores de 12 anos eram dados em troca do sustento e vestiário. Os filhos com idade entre 12 e 18 anos recebiam 16\$000rs, dezesseis mil réis (Ver APEB apud REIS, 2007).

como ação que viola os direitos essenciais das crianças e adolescentes, desvelando o abuso do poder disciplinar moralmente condenável o que, a partir de então, passa a justificar a intervenção do Estado. Conforme Day et (2003), Meneghel et al. (2000) e Brasil (1990), a vivência de violência doméstica representa transgressão do poder de proteção do adulto e coisificação da infância, negando-lhe o direito garantido.

Além disso, a vivência de violência na infância ou adolescência interfere na construção da identidade dos homens, haja visto que eles tendem a reproduzi-la nas relações sociais, em especial com suas companheiras e filhos (GOMES et al., 2007; GOMES; DINIZ, 2005). Para Maldonado e Williams (2005) pais que utilizam a punição como medida disciplinar mostram para seus filhos que a violência constitui uma forma apropriada de resolução dos conflitos. O fato de muitas crianças terem crescido em núcleos familiares com a visão centrada no poder masculino acabam reproduzindo o que eles vivenciaram, fazendo com que as relações violentas passem de geração a geração. Tornam-se importantes, portanto, medidas que assegurem às crianças e adolescentes uma vida livre de violência, levando-se em consideração as transformações familiares decorrentes do contexto sociopolítico e econômico.

Oliveira et al. (2007) afirmam que, muito embora a sociedade ainda valorize o modelo de família nuclear, as novas formas de união conjugal e de arranjos familiares, bem como a expansão do divórcio e os nascimentos fora do matrimônio, exigem a resignificação da família.

Segundo Losacco (2002), é necessário aceitar a família tal como ela é diante dos desafios que enfrentou, em lugar de procurar aí o modelo que temos como representação. Para a autora, não há espaço para qualquer discriminação relacionada com a estrutura das famílias que, atualmente, constitui uma diversidade de dinâmicas baseadas muito mais no afeto do que nas relações de consangüinidade, parentesco ou casamento: casamento civil, religioso ou uniões estáveis, com filhos legítimos, adotivos, netos, sobrinhos. A isso se soma o pouco tempo destinado à convivência com a família, por conta da maior jornada de trabalho que a mulher precisa assumir.

É inegável o crescimento da população feminina no mercado de trabalho, inclusive ocupando posições sociais antes exclusivas do homem. Todavia, a participação da mulher no espaço público não se deu pela busca da igualdade de gênero, mas pelo fato de ser considerada - principalmente a mulher negra -, mão-de-obra disponível e por isso mais barata, o que atendia aos interesses de lucro do processo capitalista de industrialização

(CGT BRASIL, 2006). Em contrapartida, embora ocupem espaços no mundo público, as mulheres, negras ou brancas, continuam assumindo sozinhas as responsabilidades do trabalho doméstico (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005). Nota-se, portanto, que essa evolução no espaço do público, por si só, não é suficiente para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

Somente no final da década de 60, a partir de estudos sobre as relações familiares, é que a violência doméstica passa a ter visibilidade como um problema social e de saúde, tornando-se uma categoria política de reivindicação feminista. A partir dos anos 70, as mulheres passam a questionar os papéis que lhes são atribuídos por serem quem são e passam a exigir igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essa organização política de mulheres é constituída por meio do Movimento de Mulheres, dando maior visibilidade da violência conjugal na esfera pública (BRUSCHI; PAULA; BORDINM, 2006)

As mulheres negras enfrentam diferentes formas de opressão e violência não limitadas aos papéis sociais estabelecidos ou à distribuição desigual de poder atribuído a um ou outro sexo, passando pela esfera de ter menos prestígio social por ser mulher e negra. Todavia, a sub-notificação da variável cor na maioria dos sistemas de informação da área de saúde não permite análise mais consistente desta situação (BRASIL, 2005b).

Vale dizer que as mulheres do Movimento Negro passaram a denunciar as discriminações sexistas que sofriam cobrando dos companheiros uma participação igualitária na tomada de decisões e na ocupação de postos de liderança, implicitamente vetados a elas (SILVA, 2000).

Pelo fato de as mulheres negras sofrerem duplo preconceito (de gênero e de raça), uma vez que não se sentiam contempladas pelo Movimento de Mulheres nem pelo Movimento Negro, a construção de um grupo de mulheres negras, a fim de incluir, na agenda do Movimento de Mulheres, a luta contra o racismo, assim como na agenda do Movimento Negro a luta contra o sexismo passou a ser importante. Inicialmente acusados de divisionista, o Movimento de Mulheres Negras, surgido em 1988, incorporou em suas interpretações a interlocução entre gênero, raça e classe (LACERDA, 2005).

Os movimentos de mulheres permitiram dar voz às mulheres no sentido de trazer à tona suas especificidades, contemplando as particularidades das mulheres negras e sua inclusão nas agendas políticas.

2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DA INVISIBILIDADE DOMÉSTICA AOS AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Até a década de 70 a violência entre parceiros íntimos era tratada como problema privado, que só podia ser resolvido pelos envolvidos. A discriminação por sexo agravava a situação das mulheres em vivência de violência conjugal, uma vez que as normas e leis da sociedade não puniam a violência praticada pelo homem, inclusive assassinatos, contra suas companheiras.

Antes da República, a relação extraconjugal praticada por homens e mulheres tinha denominação específica: concubinato, quando praticada pelos homens e adultério, se praticada pelas mulheres. Entretanto, apenas o adultério era considerado crime, o que favorecia o masculino, pois ainda que ambos mantivessem relações extraconjugais somente as mulheres eram tidas como criminosas, com base no Código Criminal de 1830 (BLAY, 2003).

Pelo Código Civil de 1916, Art. 317, o adultério se tornou motivo de desquite para homens e mulheres (BLAY, 2003). No entanto, embora a dissociação do casamento esteja autorizada, os crimes contra as mulheres continuam acontecendo, o que sugere que os assassinatos não estão relacionados com a obrigação do homem de viver sob o mesmo teto com a mulher que o traiu, mas sim com a representação da cultura machista de que a mulher mancha a honra dos homens com o adultério e a crença social de que assassinato é uma forma de resgate da honra. Essa representação continua a estar presente mesmo com o avanço das leis, uma vez que, embora sejam crimes, os assassinatos em defesa da honra tendem a ser minimizados, sendo, portanto, passíveis de aceitação social. Essa cultura vitimiza todos os envolvidos, principalmente os filhos, que ficam órfãos de mãe e de certa forma também de pai, que se afasta da família para responder a processo criminal e cumprir pena. Além disso, toda a sua vida é marcada pela figura do pai que matou a mãe. Nesta perspectiva, a forte representação da honra para o masculino revela-se ruim para toda a sociedade.

O Código de 1916 também ditava que, para trabalhar fora, a mulher deveria ter a autorização do marido, dispositivo que vigorou até 1989 (BLAY, 2003; BRASIL, 1916). Neste sentido, percebe-se ainda a formulação de instrumentos legais que garantam o domínio do homem sobre a mulher.

Nas décadas de 1920 e 1930, uma das ações do Movimento Feminista internacional e local no Brasil, juntamente com os promotores públicos, consistia justamente na pressão sistemática sobre representantes da justiça para punir os responsáveis pelos numerosos casos de mulheres assassinadas na relação conjugal, até então tolerados pela sociedade e pela justiça como ‘defesa da honra’. A utilização desse argumento para isentar a responsabilidade criminal foi proibida pelo Código Penal de 1940, embora, na prática, continuasse sendo utilizado para a absolvição dos homens (FONTES et al., 1998).

Nas décadas de 1960 e 1970, houve um grande movimento unido de mulheres, constituído por feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar, trabalhadoras de diferentes setores, sindicalistas e intelectuais. Estas mulheres lutavam contra as infundáveis violações dos direitos humanos das mulheres, pela visibilidade da violência de gênero e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (BLAY, 2003; FARAH, 2004). Com a morte de Ângela Diniz¹⁷, em 1976, houve uma ampla divulgação na mídia de casos de mulheres assassinadas pelos companheiros, fato que veio a fortalecer o movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos. Essa manifestação resultou na promulgação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas – ONU -. No mesmo ano, as feministas criaram Comissões de Violência contra a Mulher em vários estados brasileiros, contando com o apoio da sociedade através da defesa do lema ‘quem ama não mata’ como repulsa ao assassinato justificado pelo ‘matar por amor’, com vistas a impedir a utilização do argumento ‘defesa da honra’ pelos advogados dos homens. Estes, por sua vez, tentavam mostrar o réu como aquele que ama demais, acusando a mulher de ‘denegrir os bons costumes’, chegando ao cúmulo de incriminar algumas delas por terem sido assassinadas (BLAY, 2003; TAVARES, 2000). Esta situação gerou polêmica. Quais seriam então os direitos humanos das mulheres?

É importante ressaltar que o processo de industrialização e a urbanização possibilitaram à mulher, além do acesso ao espaço público e maior poder econômico, conhecimentos e reflexões acerca dos costumes patriarcais e o casamento. Desta forma, as mulheres passaram a não mais suportar a subordinação aos maridos e a protestar contra o poder dos homens no casamento, sua infidelidade, brutalidade (GARBIN et al., 2006; BLAY, 2003). Por conta disso é que, até hoje, o trabalho das mulheres fora de casa é

¹⁷ Em dezembro de 1976, Doca Street assassinou Ângela Diniz, com quem convivera três meses, com vários tiros no rosto e no crânio e confessou o crime dias depois.

percebido como o principal responsável pela destruição do casamento e a desagregação da família. Entretanto, ao adentrar o espaço público, as funções domésticas, tais como o cuidado com a casa bem como com os filhos e o marido ficam comprometidas, visto que se retira da cena a personagem responsável pelo cuidado com o lar. Desta forma, as crianças, que antes cresciam sob o olhar das mães, já que o pai nunca esteve presente, passam a ficar sozinhas ou com outras mulheres, que precisam deixar seus filhos para garantir o sustento da família. Daí, um olhar para a desconstrução das tarefas domésticas como papel exclusivo da mulher e a valorização do compartilhamento do masculino no cuidado com a casa e com os filhos.

Nos anos 70, quando a sociedade civil se organizava para pressionar o governo para a aprovação da Lei da Anistia¹⁸, mobilizando-se em torno da democratização, as mulheres resolveram exigir a compreensão e a explicação sobre a condição de subordinação feminina, que não se localiza exclusivamente no Estado, mas sim em diferentes espaços sociais, inclusive no âmbito doméstico. Envolvidas em um movimento crescente de Organização, militantes feministas de São Paulo, preocupadas com a questão da violência doméstica, criaram o SOS-Mulher em 1980. Durante a reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC -, em 10 de outubro de 1980, as feministas criaram o Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher. A partir daí, surge claramente a necessidade de programar políticas públicas, como as direcionadas a essa questão.

É justamente nos primeiros anos da década de 80 que surge no Brasil um ativo Movimento Feminista, tendo como principais bandeiras a violência e a saúde da mulher. Em 1983, em São Paulo, é criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina. No mesmo ano, e também sob a influência do movimento de mulheres, o Ministério da Saúde implanta o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM -, com o objetivo de atender à mulher em todas as fases da vida e garantir o princípio de equidade não só no atendimento e no acesso aos serviços, mas também nos serviços prestados, incorporando temas como violência contra a mulher.

Em 1986, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Saúde sob o slogan ‘A Constituinte para valer tem que ter

¹⁸ A Lei da Anistia n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, concede anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 cometeram crimes políticos ou crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais. (Ver BRASIL, 1979).

palavra de mulher' (DOU, 1985). Em resumo, a Constituição Brasileira de 1988 já nasce refletindo essa mobilização das mulheres.

Ao recorrer às delegacias comuns, as mulheres sofriam a violência institucional, porque os funcionários não compreendiam que os conflitos na esfera doméstica podiam ser resolvidos no espaço público (BLAY, 2003). Nesta perspectiva, as feministas lutaram pela criação de instituições que defendessem as mulheres vítimas de violência. Em 1985, criou-se, então, a Delegacia de Defesa da Mulher, propondo o atendimento especializado às mulheres em situação de violência e, para tanto, constituída por uma equipe técnica especializada.

Em 1990, em São Paulo, é criada a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), dando origem às duas primeiras casas abrigo. Estas, que se propunham a tornar visível a violência contra a mulher com a finalidade de não mais permitir nem tolerar a impunidade e garantir um acolhimento com dignidade, receberam seus nomes a partir da homenagem a duas mulheres assassinadas, uma pelo próprio marido, Lindomar Castilho (cantor), e a segunda pela ditadura militar: Casa Eliane de Grammont e Casa Abrigo Helenira Resende (DOU, 1985; TAVARES, 2000), respectivamente.

Nos anos 90, além de remeter o problema à área da justiça e da polícia, o movimento de mulheres inicia nova estratégia de tirar o tema da clandestinidade e remete a discussão da violência contra a mulher para três campos principais, já consolidados e reconhecidos internacionalmente: os Direitos Humanos, a Saúde e o Desenvolvimento Social (HEISE et al. apud SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999). Assim, a fim de dar maior visibilidade à violência conjugal e incentivar a elaboração de políticas públicas, o governo brasileiro, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vem participando da campanha 'Uma vida sem violência é um direito nosso', desenvolvida pela OMS, reconhecendo a violência doméstica como um problema de saúde pública que afeta a integridade física e a saúde mental (BRASIL, 1998; BASTERD 1998).

Desde 1991, com o objetivo de enfatizar o fortalecimento da auto-estima da mulher e seu empoderamento¹⁹ como condições para romper com as situações de violência, vem acontecendo a Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres em 130 países, inclusive no Brasil, que adota o slogan 'Uma vida sem violência é um direito

¹⁹ A palavra empoderamento já existia na língua inglesa – empowerment – e significa dar poder a uma pessoa para fazer algo sem precisar de permissão de outra. No Brasil, Paulo Freire traz uma nova lógica, no contexto da filosofia e da educação, não mais como algo de fora para dentro, mas sim internamente, pela conquista. Neste caso, empoderamento significa promover as mudanças e as ações que levam ao fortalecimento (Ver VALOURA, 2006).

das mulheres!'. Essa campanha é lançada em 25 de novembro, quando se comemora o Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres²⁰ e se encerra em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a Campanha começa mais cedo, no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Outras duas datas integram a Campanha Mundial: 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à AIDS e 06 de dezembro, Dia do Massacre de Mulheres de Montreal, que fundamenta a Campanha Mundial do laço Branco sob o slogan 'Homens pelo fim da violência contra a mulher'²¹ (BASTERD, 1998).

Vale salientar que, nos últimos 30 anos, devido às pressões dos movimentos feministas, a violência doméstica foi incluída em discussões referentes aos direitos humanos, sendo destaque em várias conferências, a saber, a Conferência de Viena, 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Conferência de Mulheres, Desenvolvimento e Paz (Beijing, 1995) (OLEGÁRIO; GALDINO, 2006). Tais conferências ocorreram na década de 90 e culminaram com a inclusão da violência na pasta dos governos signatários da ONU, entre os quais o Brasil. Os Estados-Partes enviam, aos Comitês das Nações Unidas, relatórios com diagnóstico da situação e as medidas adotadas pelo país para fazer cumprir os compromissos firmados nas Convenções e nos Pactos em busca da proteção dos Direitos Humanos. Os tratados internacionais são regidos pelo *princípio da boa fé*, o que significa dizer que os países devem implantar, nacionalmente, ações e políticas legislativas, administrativas e judiciais que traduzam a vontade política no sentido de assumir o compromisso firmado (VENTURA et al., 2003).

Em 09 de junho de 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará/ONU – reconhece que a violência doméstica, sexual e/ou psicológica contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e toda mulher tem direito a não sofrer violência, tanto na esfera pública como na privada. Essa convenção, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, considera que a eliminação da violência contra a mulher é condição

²⁰ Em 25 de novembro de 1960, foram mortas a paulada, numa estrada, três mulheres militantes da República Dominicana, Pátria, Minerva e Maria Tereza Mirabel, que se opunha à ditadura de Trujillo, de modo que o Estado simulou um acidente ocorrido na estrada. Essa data foi designada pelas Nações Unidas em 1994 (Ver FOELKEL, 2004).

²¹ No dia 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) suicidou-se após assassinar 14 mulheres à queima roupa numa sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Antes, ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem. Gritando “Você são todas feministas!”, esse homem começou a atirar sob o argumento de que não suportava a idéia de ver mulheres estudando engenharia, curso tradicionalmente dirigido exclusivamente a homens. Um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que repudiam a violência contra a mulher. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

indispensável para seu desenvolvimento individual e social em todas as esferas da vida (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Em 1995, na Conferência de Beijing, recomendou-se a criação de programas de acesso a crédito e geração de emprego e renda para mulheres. Embora fosse notória a diminuição no que se refere à diferença de renda entre homens e mulheres, havia uma disparidade crescente da renda entre mulheres ricas e pobres, sendo estas na maioria negras. Assim, necessitava-se incluir dentro do grupo de mulheres o item raça/etnia a fim de garantir atenção especial a mulheres negras e chefes de família. Entre as ações agendadas também se faziam presente a criação de programas que atendem a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral a partir da criação de casas abrigos e capacitação de profissionais para a inclusão da perspectiva de gênero no processo educativo (OMS, 2002; FARAH, 2004).

Com o intuito de cumprir os acordos internacionais da Convenção de Belém do Pará/Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher possui três vertentes: mudanças na legislação brasileira para eliminar qualquer forma de discriminação; capacitação dos agentes públicos para que possam identificar e saber abordar situações desse tipo de violência e ampliação da *rede* de serviços especializados na atenção às vítimas, tais como centros de referência e de atendimento, delegacias de polícia e defensorias públicas da mulher, casas-abrigo e serviços de saúde (BRASIL, 2006c).

Com relação à legislação, em 1995 é sancionada a Lei n. 9099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, citando a violência doméstica. Antes dessa data, o julgamento era realizado com base no Código Penal Brasileiro, que considera lesão corporal leve aquela que embora não ofenda gravemente a integridade corporal deixe traumas psicológicos importantes; e a lesão corporal de natureza grave, aquela associada a perigo de vida, incapacidade para o desenvolvimento de atividades habituais por mais de 30 dias, enfermidade incurável, aborto, etc (BRASIL, 1940).

Segundo Oliveira (2006), devido à morosidade do sistema jurídico, a Lei n. 9099/95 criou um Juizado Especial Criminal (JECrim) a fim de ampliar o acesso à justiça para a população, implantando a desburocratização, conciliação e aplicação de penas alternativas para os crimes caracterizados como de ‘menor potencial ofensivo’, com pena máxima de dois anos. Para a autora, este novo modelo alternativo à justiça penal

tradicional introduziu mudanças no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo conseqüências para a violência conjugal, uma vez que a Delegacia de Defesa da Mulher, criada em resposta à ação política de reivindicações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, é a instituição que encaminha a grande quantidade dos casos ao JECrim, sugerindo a percepção da violência conjugal como crime de ‘menor potencial ofensivo’ e, conseqüentemente, invisível na justiça e na sociedade. Neste sentido, o estudo da autora sinaliza para a necessidade de que a família não seja mais pensada como um mundo privado impenetrável às instituições estatais e ao sistema de justiça.

A Lei n. 11340, sancionada pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva no dia 7 de agosto de 2006, retira do JECrim a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher, dispondo sobre a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, abrangendo todas as questões, isto é, separação, pensão e guarda de filhos (BRASIL, 2003; BRASIL, 2006a).

Esta Lei, nomeada Maria da Penha²², representa um dos grandes avanços no combate à violência doméstica e sexual, e visa a coibir e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, além de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Esta lei também é responsável por trazer a categorização a nível nacional da expressão de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativos às mulheres, o Art. 38 da Lei Maria da Penha estabelece a inclusão das estatísticas sobre violência doméstica e familiar contra a mulher nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança (BRASIL, 2006a).

No entanto, as normas relativas à notificação compulsória de doenças já haviam sido regulamentadas através da Lei n. 6259 desde 30 de outubro de 1975 (BRASIL, 1975). Entre 1990 e 1993, foi desenvolvido o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com vistas a melhorar o grau de informatização no Brasil e, conseqüentemente, facilitar a formulação e avaliação de políticas de saúde. Contudo, a lista de doenças de notificação compulsória só foi regulamentada através da Portaria n.1943/GM/MS de 18/10/2001 e não fazia menção à violência, embora fosse facultado a estados e municípios

²² O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes ele tentou assassiná-la. Na primeira, com arma de fogo, deixando-a paraplégica e na segunda, por eletrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado. Hoje, está em liberdade.

incluir outras doenças ou agravos considerados relevantes. Diante da ausência de dados sobre o número de mulheres vítimas de violência atendidas em serviços de saúde, foi criada, em 24 de novembro de 2003, a Lei n. 10778, que estabelece a notificação compulsória, em todo o território nacional, dos casos de violência contra a mulher atendidos em serviços públicos e privados de saúde (BRASIL, 2003).

No que tange à capacitação dos agentes públicos, uma das maneiras de proporcionar um maior preparo profissional para fazer frente a esta problemática é incluir, na lógica da formação profissional, conteúdos que instiguem as discussões de questões de gênero. Além da compreensão de gênero, a criação dos protocolos vem favorecendo uma assistência que valoriza a interdisciplinaridade e a intersetorialidade no sentido de diminuir os agravos causados pela violência. Entre as publicações, destacamos Normas Técnicas: Prevenção e Tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes; Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual; Anticoncepção de Emergência; Norma técnica de atenção humanizada ao abortamento (BRASIL, 2006b).

A parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)²³ e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, vem atuando nos programas de prevenção à violência, nas pesquisas de diagnósticos com recortes de gênero e na política de capacitação específica para policiais, juízes e promotores nas questões de gênero, direitos humanos, ética, cidadania, a fim de melhor compreender o fenômeno da violência de gênero. Além disso, o tema também foi incluído na matriz curricular de todas as Academias de Polícia do país (CIM, 2006).

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Atenção à Saúde/Área Técnica de Saúde da Mulher, também vem atuando no sentido de capacitar e equipar os serviços para diagnosticar os casos de violência e promover uma assistência mais efetiva (BRASIL, 2005a). Este é, sem dúvida, um dos principais fatores que incidirão sobre a prevenção e enfrentamento da violência.

Com relação à ampliação da *rede* nacional de serviços especializados de atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, que também constitui prioridade política do Governo, ela vem sendo consolidada graças à parceria firmada entre a SPM e os governos estaduais e prefeituras, que se comprometeram a

²³ Em janeiro de 2004, o governo Lula nomeou Nilcéa Freire para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Nilcéa foi reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) entre 1999 e 2003.

colocar em prática as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), entre as quais a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com programas específicos de prevenção e atendimento. O Governo Federal forneceu apoio material, suporte técnico e institucional a mais de 50 DEAMs, que receberam novas viaturas e computadores (CIM, 2006; BRASIL, 2006b).

Atualmente, o Brasil conta com uma *rede* de atendimento composta por 65 Casas Abrigo, 99 Centros de Referência, 15 Defensorias Públicas da Mulher e 403 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (BRASIL, 2007).

A isso se soma uma Central de Atendimento à Mulher 180, Central Telefônica de Atenção à Mulher criada pela SPM para, gratuitamente, auxiliar e orientar as mulheres em situação de violência, de qualquer lugar do território nacional, com atendimento 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados, quando ocorre a maioria das agressões. Do início do seu funcionamento (25 de novembro de 2005) até 11 de abril de 2006 a Central atendeu 17991 ligações, que geraram 20759 orientações e procedimentos de ajuda às mulheres agredidas (CIM, 2006).

A Bahia conta com 01 casa abrigo e 05 centros de referências, a saber, Centro de Referência Loreta Valadares em Salvador; Centro de Referência Lélia González de Lauro de Freitas na cidade de mesmo nome; Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos em Vitória da Conquista; Núcleo de Apoio à Mulher de Candeias, na cidade de mesmo nome; e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), em Juazeiro. As Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher, em número de 14, estão distribuídos pelas cidades de Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Candeias e Salvador, nos bairros Engenho Velho de Brotas e Periperi e ainda a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Bahia, localizada na cidade de Salvador.

Em Salvador (BA), o resultado da luta do movimento de mulheres, sobretudo, mulheres negras, foi a implantação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM- Salvador (BA), da Casa Abrigo Sempre-Viva²⁴ e do Centro de Referência Loreta Valadares²⁵ (CRLV).

²⁴ O endereço e telefone da Casa-Abrigo são de caráter sigiloso, para a proteção das mulheres em situação de violência.

²⁵ O CRLV está localizado na Rua Aristides Novis, 44 - Federação - CEP: 40210-630. Telefone: (71) 3235-4268. Email: centrorreferencialv@salvador.ba.gov.br

A DEAM²⁶ foi criada em 17 de outubro de 1986 com o propósito de disponibilizar atendimento policial especializado na prevenção e combate à violência doméstica, sexual e infrafamiliar contra as mulheres baianas, atuando em *rede* de serviços nas áreas jurídica, social e da saúde no apoio a mulheres em situação de violência. Em 2007, foram registradas 8875 ocorrências policiais por ameaças, lesões corporais, espancamentos, estupro, etc. Em 2008, a DEAM registrou 7520 ocorrências (SALVADOR, 2009).

A Casa Abrigo Mulher-Cidadã é um espaço protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual grave ou em risco de morte. Desenvolve atendimento psicológico, jurídico e atenção a mulheres e a seus filhos menores de 18 anos.

O CRLV, resultado de 20 anos de luta do movimento organizado de mulheres desta cidade, foi inaugurado em novembro de 2005, sendo o primeiro centro de referência da Bahia. Este serviço público e gratuito, uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, oferece atendimento jurídico, psicológico e social para mulheres em situação de violência e atenção pedagógica aos filhos das usuárias.

Este Centro atende a uma demanda espontânea ou encaminhada por outros órgãos da *rede* e se propõe a combater e prevenir a violência contra as mulheres, constituindo a porta de entrada de acolhimento e escuta não julgadora de mulheres em situação de violência, garantindo sua privacidade e acompanhando-a no sentido de que construa a própria mudança. Realiza oficinas sobre gênero e violência em diversos espaços, tais como escolas, grupos comunitários, Centros de Referências de Assistência Social. Além destas funções, o CRLV articula a *rede* para o encaminhamento das mulheres e contribui para a formulação e implantação de políticas públicas, uma vez que monitora a resposta a esses encaminhamentos mantendo um sistema de registro de informações que constitui importante instrumento de análise da situação de violência vivida pelas mulheres soteropolitanas, dos serviços de atendimento, da Rede de Atenção²⁷ (SALVADOR, 2009).

Outros espaços que compõem a *rede* em Salvador são: Centro de Referência Estadual de AIDS (CREAIDS)²⁸; Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA)²⁹; Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR)³⁰; Defensoria Pública Assistência jurídica³¹;

²⁶ A DEAM Brotas está localizada na Rua Padre Luiz Filgueiras, s/n – Fim de linha do Engenho Velho de Brotas. Telefone de atendimento: (71) 3245-5481. A DEAM Periperi, localiza-se na Rua José Pires Castelo Branco – Fim de linha de Periperi. Disque Denúncia: (71) 3235-0000.

²⁷ Informações divulgadas na 1ª oficina da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência Doméstica (Salvador, BA), realizada em novembro ou dezembro de 2004.

²⁸ Telefone: (71) 3382-5737 / 3328-0992 / 3328-0552. Email: cre aids@cre aids.gov.ba.br

²⁹ Telefone: (71) 3116-5151 / 3233-5400 / 3453-6400 / 3453-6409 / 3453-6404

³⁰ Telefone: (71) 3116-8600

Superintendência Especial de Políticas para Mulheres³²; Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC)³³; Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME)³⁴; Projeto Viver (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual vinculado ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues³⁵; Casa Oxum³⁶ (Acolhimento a meninas de 08 a 17 anos em situação de risco); Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA)³⁷; Centro Maria Felipa³⁸ (Sessão de valorização à mulher da polícia militar); Centro de Referência em Oncologia do Estado (CICAN)³⁹; Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher⁴⁰; Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS Sentinela)⁴¹; Defensoria Pública do Estado da Bahia⁴² (Núcleo de Direitos Humanos); Defensoria Pública da União⁴³ (Assistência Jurídica); Disque Saúde Mulher⁴⁴ (Orientação e informação sobre saúde e violência contra a mulher); Disque Denúncia/SSP-BA⁴⁵; Fundação Cidade Mãe⁴⁶ (Órgão Municipal de atendimento a criança em situação de risco); Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher-Ministério Público (GEDEM)⁴⁷; Serviço de Orientação e Assistência Jurídica (OAB/SOAJE)⁴⁸; Pró-menor⁴⁹.

Essa articulação em *rede* favorece a intersecção nos planos dos saberes e das práticas a partir da interdisciplinaridade no conhecimento e da intersetorialidade nas ações em equipe multiprofissionais e nas intervenções (OMS, 2002). Neste sentido, a rede de atenção à mulher em situação de violência configura mais um avanço político no sentido de integrar os serviços e favorece o enfrentamento da violência doméstica, em especial a que permeia a relação conjugal.

³¹ Telefone: (71) 3336-5507

³² Telefone: (71) 2108-7300 / 3321-3494 / 3321-3817. Email: sepm@salvador.ba.gov.br.

³³ Telefone: (71) 3258-0911. Email: coletivodemulheresdocalafate@uol.com.br ou cmcssa@ibest.com.br

³⁴ Telefone: (71) 3321-9166 / 3321-9100. Email: ong@chame.org.br ou www.chame.org.br

³⁵ Telefone: (71) 3117-6700 / 3117-6702 / 0800 284 22 22

³⁶ Telefone: (71) 3328-0146

³⁷ Telefone: (71) 3243-8499 / 3326-9878 / 0800 28 45 551

³⁸ Telefone: (71) 3117-4691 / 3117-4653

³⁹ Telefone: (71) 3116-5555 / 3116-5542 / 3116-5509

⁴⁰ Telefone: (71) 3328-1195 / 3329-5018

⁴¹ Telefone: (71) 3328-1407 / 3382-3884

⁴² Telefone: (71) 3331-3291 / 3331-6935

⁴³ Telefone: (71) 3341-2490 / 3341-1547

⁴⁴ Telefone: 0800 61 19 97

⁴⁵ Telefone: (71) 3235-0000

⁴⁶ Telefone: (71) 3176-8300 / 3332-0175

⁴⁷ Telefone: (71) 3103-6407 / 3103-6406

⁴⁸ Telefone: (71) 3321-3377

⁴⁹ Telefone: 0800 071 30 20

2.3 VISÃO INTERDISCIPLINAR E AÇÃO INTERSETORIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

O fenômeno da violência conjugal é um problema social, político, econômico e de saúde, com diversas e complexas facetas, exigindo, para o seu enfrentamento, saberes interdisciplinares e articulações intersetoriais.

A visão cartesiana de mundo decorrente da hegemonia do modelo positivista surge a partir do século XIX e se ancora no processo de industrialização que, com vistas a atender às necessidades de produção e comercialização e garantir os interesses do Capitalismo, exigia a formação de especialistas caracterizada pelo isolamento das disciplinas e a fragmentação do saber (BIANCHETTI; JANTSCH, 2002).

Na área da saúde, foi marcante a excessiva especialização técnica, com enfoque funcionalista e assistência curativa fundamentada na observação de sinais e sintomas de quadros clínicos (ARCOS; POBLETE; MOLINA, 2007; GARBIN et al., 2006; MOURA; REICHENHEIM, 2005). Desta forma, os profissionais de saúde não questionam a mulher vítima de violência a respeito da origem dos ferimentos, voltando-se apenas para a assistência curativa medicamentosa.

Branco (1999) assinala o despreparo dos serviços que atendem a mulheres em situação de violência, uma vez que o profissional acaba por receber as vítimas como fichas a serem preenchidas ou agem de forma inapropriada, muitas vezes culpando-as ou desconfirmado a denúncia feita. Assim, é necessário que os serviços de saúde estejam preparados para essa demanda até porque as mulheres buscam o serviço de saúde pelas conseqüências que a violência traz para a sua saúde.

Desta forma, ainda que os profissionais estejam sensíveis à necessidade de um melhor preparo para a atenção à mulher em situação de violência conjugal, as instituições não dispõem de plano de organização no sentido de adequar as novas formas de atendimento já propostas pelas políticas públicas através de leis, resoluções, normas técnicas, etc.

Alguns estudos vêm mostrando que os profissionais concebem a violência doméstica como um problema da esfera policial e jurídica não a reconhecendo, portanto, como sendo de sua competência profissional: dessa forma, eles mantêm uma postura de desinformação, indiferença, negação e preconceito (DAY et al., 2003). Tal postura retrata a visão da formação tecnicista que, neste momento histórico, não valorizava os impactos da

violência sobre a saúde. A propósito disso, Fagundes e Burnham (2001, p.15-16) mencionam que os currículos

[...] muito presos a um racionalismo estritamente instrumental, juntamente com a adesão ao modelo biotecnológico, que traz na sua configuração um negligenciamento das questões da relação do profissional de saúde com os usuários e pouca atenção às questões mais gerais que afetam a saúde, fazem com que os profissionais encontrem-se hoje com dificuldades de entender ou de tratar muitos dos importantes problemas de saúde.

Desta forma, a fragmentação do saber e a limitação às evidências físicas por parte dos profissionais de saúde nos fazem compreender a fragmentação do cuidado à mulher em situação de violência conjugal. Vale assinalar que a lesão física reflete apenas uma parcela mínima de um problema muito mais complexo.

Na década de 70, começam a surgir críticas à formação unidisciplinar e/ou à justaposição de saberes. Propõe-se a transição para um novo paradigma baseado em um saber interdisciplinar e um fazer intersetorial, que incorpore o princípio da responsabilidade social e possibilite, a partir da problematização da realidade, o desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva e, por conseguinte, a formação de profissionais capazes de identificar e contribuir para melhorar a situação de saúde da população (FREIRE, 1993; VILELA; MENDES, 2003).

Entretanto, embora a interdisciplinaridade seja extremamente necessária no campo da saúde pública, ela apresenta grandes obstáculos: forte enraizamento positivista e biocêntrico no tratamento das questões de saúde; departamentalização das instituições de ensino e pesquisa, na maioria das vezes sem qualquer comunicação entre si (VILELA; MENDES, 2003; GASTALDO, 2005).

Diante o exposto, torna-se pertinente aprofundar as reflexões sobre o papel da universidade, uma vez que se faz urgente construir, a partir da integração dos conhecimentos de diversas disciplinas, novas práticas pedagógicas de aprendizagem, a fim de permitir uma compreensão mais ampla acerca dos fenômenos e, por conseguinte, encontrar respostas para a complexidade dos problemas de saúde. As diretrizes curriculares devem contemplar o exercício da interação ensino-pesquisa-extensão como estratégia para a apreensão do conhecimento de todo graduando e a integração universidade-serviço-comunidade no sentido de viabilizar a identificação das necessidades de saúde da comunidade, considerando o contexto socioeconômico e familiar.

A inserção dos profissionais na realidade socioeconômica é de fundamental importância no processo de sensibilização e formação destes, uma vez que qualquer interação, seja com o outro ou com o contexto social, representa um espaço de questionamentos e desenvolvimento de aprendizagens plurais.

Segundo Fagundes e Burnham (2001), é preciso que as universidades e outras instituições educativas reorientem os eixos adotados em seus currículos, que desconsideram as necessidades mostradas nas práticas e considera seu saber superior com relação a outras formas de organizar o saber. Isso significa construir uma nova relação com o saber, com a capacidade de escutar a si mesma e a outros espaços sociais a partir de estratégias que incentivem e capacitem os profissionais para a identificação e intervenção sobre os problemas de saúde que afetam a maior parte da população, como é o caso da violência doméstica.

No entanto, a maioria das disciplinas dos cursos da área da saúde não contempla a temática violência doméstica nos currículos e programas dos cursos, o que está relacionado com o despreparo desses profissionais para atuarem diante do problema. Considerando que a violência conjugal é muitas vezes resultante de estereótipos de gênero naturalizados socialmente, uma das maneiras de proporcionar um maior preparo profissional para agir diante deste problema é incluir conteúdos que instiguem as discussões de questões de gênero no processo de formação. Esta inclusão, em todos os níveis de ensino, já foi regulamentada nacionalmente através da Lei 11340 em 2006, embora sua implantação requiera esforços políticos no sentido de refletir acerca dessa inserção curricular, sobretudo com relação à competência dos profissionais para esse fato, devido à visão sociocultural fortemente arraigada da desigualdade de gênero.

A este respeito à Lei Maria da Penha prevê, em seu Art. 8º, que

[...] a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I – a integração operacional do poder Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; II – a promoção de estudos e pesquisas [...] com a perspectiva de gênero [...]; IX – o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006a, p.2).

Segundo a Lei, a resposta à violência conjugal, seja para compreendê-la ou intervir, exige a articulação e a contribuição dos governos nacional e local, a sociedade civil organizada e os diversos profissionais da saúde, segurança pública, justiça e trabalho, bem como o seu envolvimento, configurando *redes* integradas de atendimento (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2005a). Torna-se essencial que os profissionais tenham um olhar interdisciplinar para as necessidades de saúde que se mostram, além do conhecimento da rede intersetorial, a fim de garantir uma assistência integral à mulher em situação de violência conjugal.

3 ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA

3.1 TIPO DE ESTUDO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com utilização de vários métodos, envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos, fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS).

O estudo exploratório busca revelar aspectos de um fato social, a fim de que cada elemento contribua para o entendimento do problema (RICHARDSON, 1999). Neste sentido, nosso estudo visa a enriquecer o conteúdo teórico acerca da violência conjugal procurando oferecer contribuições para a compreensão deste fenômeno complexo. Para isso, buscamos descrever a vivência de violência no seio conjugal e as estratégias para seu enfrentamento, o que atende à pesquisa descritiva, por permitir a análise da distribuição de determinadas características que busca as razões dos fatos como eles se dão e se apresentam (RICHARDSON, 1999).

Considerando a diversidade dos conhecimentos apreendidos na vida cotidiana e no comportamento social adotamos, como referencial teórico-metodológico, a Teoria das Representações Sociais (TRS), que permite interpretar a realidade e, assim, compreender o fenômeno social. Segundo Moscovici (2003), a TRS consiste no estudo da origem das idéias, da história do conhecimento humano, da construção de mitos e da transformação das idéias em senso comum.

Com quase 40 anos, a TRS foi criada na França por Serge Moscovici, psicólogo, pioneiro no estudo das Representações Sociais, em 1961, a partir de sua obra *La Psychanalyse, son image et son publique*, que trata da representação social da psicanálise pela população parisiense (SÁ, 1996). É perceptível o progresso teórico e metodológico da teoria, que trouxe grandes contribuições não só para a Europa como também para os outros continentes. A TRS deu sustentação a esse estudo desde a formulação do problema de pesquisa até a interpretação dos dados, permitindo organizar o corpo de conhecimento e apreender os aspectos sociais, econômicos, psicológicos, culturais, espirituais e afetivos da representação de homens e mulheres acerca da violência conjugal, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno.

Para Moscovici (2003), as representações sociais estão relacionadas com o pensamento simbólico acerca de um objeto e consistem em uma maneira específica de compreensão e comunicação dentro do grupo.

O conceito de Representações Sociais é construído a partir do de Representações Coletivas, do sociólogo Émile Durkheim, um dos fundadores das Ciências Sociais na França. Este último se referia às Representações Coletivas como uma categoria de pensamentos através da qual uma determinada sociedade, dotada de propriedades específicas, elabora e expressa sua realidade, também de forma específica, transformando pensamentos em fenômenos reais. Desta forma, não existem falsas representações, uma vez que elas têm base social.

[...] Na concepção de Durkheim é a sociedade que pensa, portanto as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas, também, possuem vida independente e reproduzem-se tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social (MINAYO, 2004, p. 159).

Embora não tenha encontrado diferença entre “coletivo” e “social” em trabalhos de outros pensadores, inclusive nos de Durkheim, Moscovici utiliza o termo “social” por acreditar que este traz à tona uma idéia mais clara da relação com a sociedade, além do fato do uso comum do termo “coletivo”, no século XIX, que dava a idéia de amontoado de pessoas formando um todo. Na sociologia, as representações coletivas eram percebidas como artifícios irredutíveis a qualquer análise posterior e se referiam a uma classe geral de idéias e crenças, não existindo, entretanto, preocupação com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. O psicólogo, então, se propõe a considerar como um fenômeno o que antes era visto como um conceito, trazendo a idéia de que as representações sociais estão relacionadas com o modo particular de compreender e de se comunicar (MOSCOVICI, 2003).

Spink (1995) afirma que as representações sociais expressam informações, crenças, valores, atitudes, opiniões, elementos culturais ou ideológicos, acerca de um objeto, de uma situação, de outros indivíduos ou grupos, contemplando o saber do senso comum e orientando a ação. Assim, as representações sociais assumem caráter dinâmico e refletem o conhecimento particular de um determinado grupo acerca da violência conjugal, que

orienta o comportamento de homens e mulheres na relação, haja visto este saber comum e compartilhado configurar-se como forma de comunicação dentro do grupo.

Considerando, portanto, que as representações sociais produzem e determinam comportamentos, Abric lhes atribui quatro funções. A função do saber diz respeito ao saber transmitido e difundido que os atores sociais integram dentro de sua capacidade cognitiva e valores que aderem, viabilizando a compreensão e a explicação da realidade; a função identitária define a identidade do grupo, importante para o controle social, uma vez que os indivíduos que compartilham da mesma forma de compreensão do objeto são identificados e protegidos num mesmo grupo, salvaguardando a sua especificidade; a função de orientação, uma vez que as informações recebidas são filtradas, interpretadas, até se alcançar a compreensão do objeto, de modo que o grupo visa a tornar a realidade conforme a representação, guiando, dessa forma, os comportamentos e as práticas dos indivíduos e definindo, em um determinado contexto social, o aceitável, o tolerável e o intolerável; e a função justificadora, já que a partir da compreensão do objeto é possível justificar determinado comportamento ou ação (ABRIC, 2000; NÓBREGA, 2001; SÁ, 1996). Com relação a isso, Moscovici (2003) acrescenta que o pensamento estabelece simultaneamente uma relação de causa e efeito e uma relação de fins e meios.

Todavia, para se alcançar a representação social de um determinado grupo acerca de um objeto se faz necessário que o desconhecido seja transformado em familiar, para que sejamos capazes de compará-lo, interpretá-lo e para que assim ele ganhe sentido e passe a existir como objeto. Esse processo requer dois mecanismos: ancoragem e objetivação.

Quando não somos capazes de descrever e/ou avaliar algo, experimentamos um distanciamento. A ancoragem consiste no processo que tenta ancorar esse desconhecido em categorias e imagens comuns do nosso mundo usual, de modo a que possamos falar sobre ele, avaliá-lo, e, assim, comunicá-lo. A objetivação, por sua vez, permite transferir o que está na mente para algo que exista no mundo, dá imagem a um conceito, transformando o abstrato em algo quase concreto (MOSCOVICI, 2003). Assim, enquanto a ancoragem diz respeito à face simbólica, que produz significações em torno do objeto a fim de torná-lo conhecido, a objetivação consiste em tornar concretas as significações em torno do objeto, dando, assim, visibilidade às abstrações por meio da materialização da representação.

Moscovici (2003) acredita que a ancoragem e a objetivação estão na base da origem das representações sociais, concorrendo para a determinação de seu conteúdo e de sua origem. Sá (1996) defende que o conhecimento do conteúdo de uma representação, por

si só, não é suficiente para defini-la. Nesta perspectiva, considerando que as representações sociais são conjuntos sócio-cognitivos organizados e estruturados, Jean-Claude Abric, em 1976, introduziu a Teoria do Núcleo Central. O autor se refere à TRS como a grande teoria que intervêm sobre o sistema de funcionamento cognitivo, podendo ser complementada pela Teoria do Núcleo Central, que se centra na identificação da estrutura das representações sociais e se torna uma das maiores contribuições para o estudo dessa teoria, especialmente no que tange aos aspectos conceitual, teórico e metodológico. Daí sua utilização como direcionamento metodológico, a fim de apreender o conteúdo e a estrutura das representações sobre violência conjugal elaboradas por mulheres e homens nesta situação.

Segundo o autor da Teoria do Núcleo Central, toda representação se organiza em torno de um núcleo central que determina tanto sua significação como sua organização interna. Assim sendo, o núcleo central representa um subconjunto das representações sociais que lhe estrutura e lhe dá sentido. A estrutura das representações sociais é regido por um sistema interno duplo, com papéis complementares, a saber, sistema central e periférico.

Sá afirma que o sistema central é constituído pelo núcleo central da representação, fortemente marcado pelo aspecto histórico, sociológico, ideológico e cultural, e por isso é mais resistente à mudança. Desta forma, os elementos do núcleo central dão significância e consistência às representações sociais, que somente serão transformadas a partir da alteração desses elementos. O sistema periférico protege o sistema central e é constituído por elementos periféricos, mais distantes, portanto, do significado da representação. Esses elementos representam uma interface entre o sistema central e a realidade, por ser mais flexível que os elementos centrais e permitir a adaptação à realidade concreta. Os elementos que podem se aproximar do núcleo central ou dos elementos periféricos consistem nos elementos intermediários.

É importante considerar que a ausência do núcleo central desestruturaria as representações sociais ou lhe daria significação diferente, desempenhando um papel importante na estruturação e no funcionamento destas. Para Sá (1996), a identificação do núcleo central é importante, sobretudo para se conhecer o próprio objeto. Neste sentido, a fim de apreender os elementos que constituem o núcleo central da representação masculina e feminina sobre violência conjugal, utilizamos o Teste de Associação Livre de Palavras

(TALP) como técnica de coleta de dados. Considerando que a TRS permite a associação dos métodos quantitativo e qualitativo, a entrevista também foi utilizada.

Na visão positivista e determinista, que valoriza a investigação quantitativa, ciência é tudo aquilo que pode ser observado, quantificado e explicado. No entanto, nem todos os fenômenos são passíveis de serem explicados pela relação causa-efeito, principalmente aqueles relacionados com o comportamento humano, pelas diversas experiências subjetivas. Desta forma, os estudos quantitativos não dão conta de apreender toda a realidade. Surge, então, a visão qualitativa enquanto alternativa de produção de conhecimento e compreensão da realidade que se mostra. Para Morin (2004), no processo de conhecimento intersubjetivo, a compreensão se dá nas relações culturais e sociais, onde o sujeito aparece na reflexão sobre si mesmo, diferentemente do conhecimento determinista sobre a sociedade, em que a existência do sujeito é negada, pautando-se na causalidade mecânica para a determinação do objeto. Assim, as abordagens qualitativa e quantitativa não são excludentes, mas complementares, de modo que para se conhecer o que é humano é preciso unir explicação e compreensão.

Na visão de Bauer, Gaskellallun e Allun (2002), não podemos quantificar sem antes identificar qualitativamente as categorias sociais; e não se analisa estatisticamente sem elaborar interpretações, até porque as conclusões não surgem automaticamente. Desta forma, essa associação vem trazendo importantes contribuições para a compreensão dos fenômenos sociais, como no caso da violência conjugal. Assim, pelo fato de a integração destas abordagens permitir uma compreensão mais aprofundada acerca do objeto, optamos pela utilização de multimétodos através das técnicas TALP e entrevista. De acordo com Banchs (2007), o enfoque multi-metodológico recorre a diversas técnicas que permitam identificar, coletar e analisar os dados pertinentes para alcançar os objetivos.

3.2 CENÁRIO E SUJEITOS

O estudo foi realizado na cidade de Salvador (BA), cuja principal atividade econômica está no setor terciário, com destaque para a área do turismo (SALVADOR, 2006). Em 2008, a população recenseada e estimada de Salvador era de 2.948.733 habitantes (SIM, 2009). Em 2000, o IDH era de 0,805, ocupando a 467^a posição entre os 5507 municípios do Brasil. No entanto, um pequeno grupo concentra mais de 70% da

renda, enquanto 20% mais pobres se apropriam de apenas 1,6% do que é produzido, o que justifica a grande desigualdade econômico-social (Atlas de Desenvolvimento Humano *apud* Salvador, 2006). Este estudo toma como *cenário* uma comunidade localizada no bairro periférico da cidade de Salvador e portanto os moradores apresentam sérias dificuldades sócio-econômicas. Participaram do estudo mulheres e homens que estão ou já estiveram em situação de união conjugal estável.

A aproximação com a comunidade se deu com o apoio de uma associação, sem fins lucrativos, criada em 1992 devido à alta incidência de violência doméstica, o que justifica a escolha desse espaço como cenário para a realização desse estudo. O *Deusa* (a associação de que falamos) vem sendo, desde 1998, espaço de desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão (Doutorado, Mestrado e Graduação) vinculadas aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher e Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Qualidade de Vida, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Neste espaço, desenvolvi atividades de extensão e pesquisa durante os cursos de Graduação e Mestrado. Na fase de Doutorado, integrei o projeto de extensão “Mulheres em situação de violência doméstica e a *rede* de atendimento”⁵⁰, com o apoio do psicodrama⁵¹. Este projeto teve como objetivo fortalecer as mulheres em situação de violência doméstica. Entre os objetivos específicos encontraram: discutir questões relativas à saúde da mulher; discutir a temática violência doméstica e o atendimento na *rede* para mulheres em situação de violência; discutir a Lei Maria da Penha; identificar mulheres que estivessem em situação de violência conjugal; acolher mulheres que sofreram violência conjugal vinculando-a à *rede* de atendimento para mulheres em situação de violência; proporcionar um espaço para a construção de novos significados para o enfrentamento destas situações.

O projeto de extensão favoreceu o contato com as mulheres residentes na comunidade, muitas em situação de violência conjugal, que foram convidadas a fazer parte do estudo. Também contamos com o apoio de uma integrante do *Deusa*, que se disponibilizou a me acompanhar à comunidade para identificar homens e mulheres que se adequassem à condição de sujeito do estudo, a saber, ter vivenciado relações conjugais.

⁵⁰ Este projeto foi desenvolvido com mulheres da comunidade em 2007, nas segundas-feiras, das 14h30min às 16h30min, no *Deusa*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Normélia Maria Freire Diniz, tendo como integrantes alunas de graduação, pós-graduação e professoras (Dr^a. Regina Lopes, Dr^a. Solange Gesteira, Dr^a. Climene Camargo) da UFBA envolvidas na temática.

⁵¹ Utilizaram-se elementos do teatro espontâneo da Teoria Psicodramática Moreniana, como a inversão de papéis e o compartilhamento. (Ver AGUIAR, 1998).

3.3 PROCESSO DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa – Hospital Santo Antônio, sob nº 31/07 (Anexo A), as mulheres e os homens foram informados a respeito do objetivo, da justificativa, da relevância do estudo e de outros aspectos éticos, com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996). Esta consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos.

Os seguintes aspectos éticos foram ser garantidos e levados em conta: livre decisão para participar ou não da pesquisa; direito de desistir do consentimento livre e esclarecido em qualquer fase do estudo ou anulá-lo, sem qualquer prejuízo; relevância social da pesquisa; garantia do sigilo e do anonimato, para que ficasse assegurada a privacidade dos sujeitos com relação aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Neste estudo foram atribuídos às mulheres e aos homens nomes de deuses gregos. Foi dito também que, diante de qualquer dúvida, eles poderiam entrar em contato com as pesquisadoras por telefone; que os resultados do estudo seriam apresentados na tese e publicados em artigos científicos; que o material das entrevistas seria arquivado por cinco anos e que após esse período seria destruído; e de que não haveria qualquer tipo de remuneração, benefícios materiais ou financeiros, nem para as pesquisadoras nem para os sujeitos.

Em seguida, mulheres e homens foram convidados a participar do estudo e, ao aceitarem, lhes foi solicitada uma autorização por escrito, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), em duas vias, sendo uma da pesquisadora e outra do sujeito.

A coleta de dados se realizou em duas fases. Em um primeiro momento, realizamos entrevista semi-estruturada e o TALP com 50 mulheres e 50 homens que se encontravam ou já estiveram em situação de união conjugal estável. Essa fase de coleta de dados se deu de forma sistemática entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. Os encontros foram realizados nos domicílios dos sujeitos. No sentido de chegar aos domicílios, tivemos o apoio de integrantes do *Deusa*.

No que se refere a entrevista semi-estruturada, Richardson et al. (1999) refere que a interação face a face garante a proximidade entre as pessoas e, por conseguinte, estreita relação entre estas, constituindo elemento fundamental nas pesquisas em Ciências Sociais. Nesse momento, a técnica foi utilizada com o apoio de um formulário semi-estruturado contendo questões abertas e fechadas (APÊNDICE B), contemplando aspectos

relacionados com as características sócio-econômicas (idade, cor/raça, situação conjugal, escolaridade, situação de trabalho/emprego e dependência financeira), a vivência ou não de violência na relação conjugal e as formas de expressão da violência vivenciada (patrimonial, moral, psicológica, sexual e física).

A entrevista semi-estruturada serve de guia para trazer uma série de questões específicas, sendo que muitas contêm partes mais estruturadas, permitindo obter detalhes, e questões menos estruturadas, abertas, onde o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento (LAVILLE e DIONNE, 1999). A aplicação desse instrumento forneceu dados que foram armazenados em bancos de dados utilizando recursos dos programas Microsoft Word e Excel for Windows. Posteriormente, estes foram organizados, tabulados e apresentados sob a forma de gráficos e percentuais descritivos simples.

Ao mesmo tempo em que aplicávamos a entrevista semi-estruturada, realizamos o TALP com as 50 mulheres e os 50 homens. O TALP é uma técnica de coleta de dados que permite identificar os elementos que compõem a representação compartilhada por um determinado grupo sobre o objeto a ser pesquisado (SÁ, 1996). Neste estudo, o TALP permitiu encontrar a estrutura e o conteúdo da representação de mulheres e homens acerca da violência conjugal a partir dos elementos que constituem o núcleo central e periférico.

Foram usados estímulos indutores, verbais e escritos, com o intuito de evocar, espontaneamente, palavras induzidas ou respostas sobre o objeto em estudo. O TALP (APÊNDICE C) constituiu no seguinte estímulo: Que palavras vêm a sua cabeça quando digo a expressão 'violência entre o casal'? Com base na proposta, solicitamos a cada sujeito que, olhando para o estímulo, mencionasse cinco palavras induzidas que lhes vinham à mente. Em seguida, pedimos que estas fossem colocadas em ordem de importância e depois que escolhessem duas das palavras que melhor definissem a expressão citada, justificando-as. Considerando o contexto, as palavras similares foram convertidas em uma única palavra-chave (Anexo B).

Os dados quantitativos obtidos através do TALP foram submetidos separadamente ao processamento estatístico com o auxílio do software EVOC 2005, a fim de revelar a frequência média das palavras mais evocadas em resposta ao estímulo concedido. Desde a década de 80, esse software vem sendo utilizado em pesquisas que trabalham com as Representações Sociais (OLIVEIRA et al., 2003). O software organizou as palavras por ordem de frequência, ou número de vezes que a palavra foi evocada, o que permitiu encontrar a média de evocação, definida como média ponderada das palavras evocadas,

possibilitando identificar as Representações Sociais de homens e mulheres acerca da violência conjugal.

No total, foram obtidas 500 palavras evocadas, 232 das quais eram diferentes (Anexo C). Quando foram processados apenas os dados obtidos na pesquisa com mulheres, encontraram-se 250 palavras evocadas, sendo 126 diferentes (Anexo D). No grupo dos homens, foram 250 palavras evocadas, 140 das quais diferentes (Anexo E). Todavia, 32 eram comuns aos dois grupos, sendo as mais evocadas agressão, briga, raiva, tristeza e dor (Anexo F).

Na estrutura da representação da violência conjugal de mulheres e homens obtivemos uma ordem média de evocações em torno de 2,6 e frequência média de palavras em torno de 4,0 (Anexo G e H, respectivamente), o que possibilitou a construção do quadro de quatro quadrantes, por sua vez permitindo identificar as palavras mais centrais de uma representação correspondendo aos critérios escolhidos sobre o limite da frequência e sobre o limite do grau (rang) médio.

No quadro de quatro quadrantes representativo da estrutura das Representações Sociais de mulheres e homens com história de violência conjugal (Anexos E e F, respectivamente), os elementos que constituem a representação sobre violência conjugal se dispõem conforme frequência de ocorrência, organizados nos quadros 1 e 2, respectivamente.

Quadro 1 – Estrutura das Representações Sociais de mulheres sobre violência conjugal.

n = 50

ELEMENTOS CENTRAIS			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS		
Frequência ≥ 8	/	Rang $< 2,9$	Frequência ≥ 8	/	Rang $\geq 2,9$
Briga	21	2,571	Agressão	5	2,800
Dor	10	2,400	Desprezo	4	4,000
Falta de respeito	6	2,667	Falta de amor	4	3,500
Traição	4	2,250	Medo	7	3,286
			Morte	4	3,000
			Raiva	24	3,167
			Tristeza	12	2,917
ELEMENTOS INTERMEDIARIOS			ELEMENTOS PERIFÉRICOS		
Frequência < 8	/	Rang $< 2,9$	Frequência < 8	/	Rang $\geq 2,9$
Covardia	3	2,667	Estupro	3	3,000
Infelicidade	3	2,667	Falta de caráter	3	3,000
Maus-tratos	3	2,333	Humilhação	3	3,000
			Ignorância	3	3,000

Fonte: Pesquisa de campo. TALP realizado com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. Dados processados no EVOC 2005. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

Quadro 2 – Estrutura das Representações Sociais de homens sobre violência conjugal.

n = 50

ELEMENTOS CENTRAIS			ELEMENTOS INTERMEDIARIOS		
Frequência ≥ 8	/	Rang $< 2,9$	Frequência ≥ 8	/	Rang $\geq 2,9$
Agressão	44	2,659	Briga	10	2,700
Matar	4	2,500	Covardia	4	4,750
Proibido	6	2,333	Tristeza	5	4,200
Raiva	11	2,000			
ELEMENTOS INTERMEDIARIOS			ELEMENTOS PERIFÉRICOS		
Frequência < 8	/	Rang $< 2,9$	Frequência < 8	/	Rang $\geq 2,9$
Mulher	3	2,667	Tapa	3	3,000
Traição	3	2,667			

Fonte: Pesquisa de campo. TALP realizado com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. Dados processados no EVOC 2005. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

Os elementos que se encontram no quadrante superior esquerdo apresentam a maior frequência de ocorrência e a pronta evocação e definem o núcleo central. Assim, as palavras que compõem o núcleo central da representação de mulheres sobre a violência conjugal são briga, dor, falta de respeito e traição. No que se refere às representações masculinas, as palavras são agressão, matar, proibido e raiva.

Os elementos de menor frequência e evocação tardia, dispostos no quadrante inferior direito, constituem os elementos do sistema periférico da representação de mulheres e homens acerca da violência conjugal. As palavras estupro, falta de caráter, humilhação e ignorância compõem o sistema periférico da representação feminina. A palavra tapa foi encontrada na representação dos homens.

No quadrante superior direito e no quadrante inferior esquerdo encontram-se os elementos intermediários das representações femininas (agressão, desprezo, falta de amor, medo, morte, raiva, tristeza, covardia, infelicidade e maus-tratos) e das representações masculinas (briga, covardia, tristeza, mulher e traição).

As palavras que compõem o núcleo central e o sistema periférico da representação de homens e mulheres com história de violência conjugal acerca do fenômeno foram analisadas juntamente com as categorias advindas das entrevistas qualitativas, técnica utilizada a fim de aprofundar a compreensão da violência na relação conjugal.

Nesta segunda fase, foram entrevistadas 11 mulheres e 11 homens⁵² em vivência de violência conjugal, previamente identificadas (os) durante a realização da entrevista semi-

⁵² As falas dos homens são extraídas da análise de dados qualitativos oriundos do estudo realizado pela aluna Simone Santos Souza sob a orientação da Professora Dra. Normélia Maria Freire Diniz, intitulado *Percepção de homens sobre estratégias de intervenção na violência doméstica* (PIBIC/CNPq 2007/2008).

estruturada. As entrevistas foram realizadas entre março a outubro de 2008. Os encontros foram realizados conforme a disponibilidade dos sujeitos. A maior parte aconteceu no espaço físico do *Deusa*. Todavia, quando os sujeitos não se disponibilizavam a ir ao *Deusa*, os encontros se davam em suas próprias residências.

O número de entrevistas qualitativas não foi estabelecido previamente. Após realização das 22 entrevistas, consideramos que o material permitia alcançar os objetivos propostos pelo estudo e dava sustentação a análise das categorias. Na visão de Triviños (1987), o número de entrevistados é estabelecido, ao longo do processo de coleta de dados, pelo critério de exaustão, ou seja, quando os discursos não trazem mais elementos que possa contribuir para o estudo, podendo as informações ser consideradas saturadas.

Para Minayo (2004), a entrevista é uma técnica que permite explicitar, nos discursos dos atores sociais, as informações que se deseja, considerando o objeto de investigação. Assim, a pesquisa qualitativa deu voz a mulheres e homens com história de violência conjugal.

Como instrumento de coleta de dados, elaboramos um roteiro com questões norteadoras (APÊNDICE D). Na ótica de González Rey (2002, p.80-81)

O instrumento é suscetível de multiplicidade de usos dentro do processo investigativo, que não se limitam às primeiras expressões do sujeito diante dele. [...] O uso de instrumentos abertos facilita a expressão do sujeito em toda sua complexidade e aceita o desafio que implica a construção de idéias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos estudados.

Dentro desse contexto, pedimos autorização para registrar as entrevistas com o auxílio de um gravador portátil. As fitas foram transcritas na íntegra, com o apoio do programa Microsoft Word, preservando a fala original dos sujeitos.

A organização dos dados qualitativos foi realizada com base na Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2004) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

A Análise de Conteúdo permite a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto nas entrevistas, a fim de codificar o material bruto para se atingir uma possível representação, a partir da identificação e agrupamento de elementos que guardem um grau de relação entre si, uma homogeneidade (RICHARDSON et al., 1999). Como técnica de análise de conteúdo, elegemos a Análise Temática. Esta técnica permite encontrar, pela sua presença no discurso, o núcleo de significação que se mostra no texto, ou seja, o tema. A

operacionalização da análise temática se desdobra em três etapas descritas por Bardin (2004): pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação.

Primeiramente, os dados foram organizados com base na realização da leitura exaustiva do material bruto até se alcançar o nível de impregnação de seu conteúdo, o que permitiu a sistematização das idéias iniciais do plano de análise. A segunda atividade consistiu na escolha dos documentos de análise em termos de exaustividade, uma vez que nenhum elemento presente no roteiro pôde ficar de fora do *corpus*; representatividade, pela possibilidade de generalizar os resultados ao universo pretendido; homogeneidade, no sentido de que se buscou estabelecer critérios precisos através de técnicas idênticas e sujeitos com características semelhantes; e pertinência, de modo que as informações analisadas correspondiam, de fato, aos objetivos do estudo.

A segunda fase, de exploração do material, visou a alcançar os núcleos de compreensão do texto. Nessa fase, os dados qualitativos foram codificados e categorizados manualmente e com auxílio do NVIVO7, software criado para auxiliar na análise de dados qualitativos, no processo de armazenamento, gerenciamento e manipulação dos dados.

Após leitura exaustiva do conteúdo, tornou-se possível identificar os discursos relacionados com cada tema eixo, ao redor do qual o discurso se organizou. Em seguida, foi feita a classificação de elementos por diferenciação, o que permitiu escolher as categorias que comandaram as especificações dos temas e a posterior agregação dos dados comuns. A este processo denomina-se categorização. Para cada tema e cada categoria, abriu-se um arquivo no qual eram armazenados os dados – recortes de falas – que eles representavam.

Ao realizar um Estágio de Doutorado no Exterior⁵³, realizei treinamento do NVIVO⁵⁴ e constatei a vantagem de sua utilização, sobretudo em virtude do tempo

⁵³ Estágio realizado junto ao Departamento de Ciências da Educação na Universidade de Aveiro-Portugal com o apoio financeiro da CAPES, entre os meses de novembro de 2008 e fevereiro de 2009. Acompanhou a disciplina – Cultura, conhecimento e identidade – vinculada ao Curso de Doutorado em Didática e Formação. Treinamento do EndNote (base de dados para referências bibliográficas) e NVIVO (software destinado à investigação qualitativa). Proferiu palestra para graduandas e graduandos em enfermagem. Participou de eventos científicos de âmbito internacional, onde apresentou e publicou resultados parciais da tese. Os contatos estabelecidos favoreceram o conhecimento das políticas e de alguns serviços de atenção às mulheres em situação de violência em Portugal. Participou das discussões do Congresso Online Feira Universal, vinculado à Unidade de Investigação Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação no Departamento de Ciências da Educação.

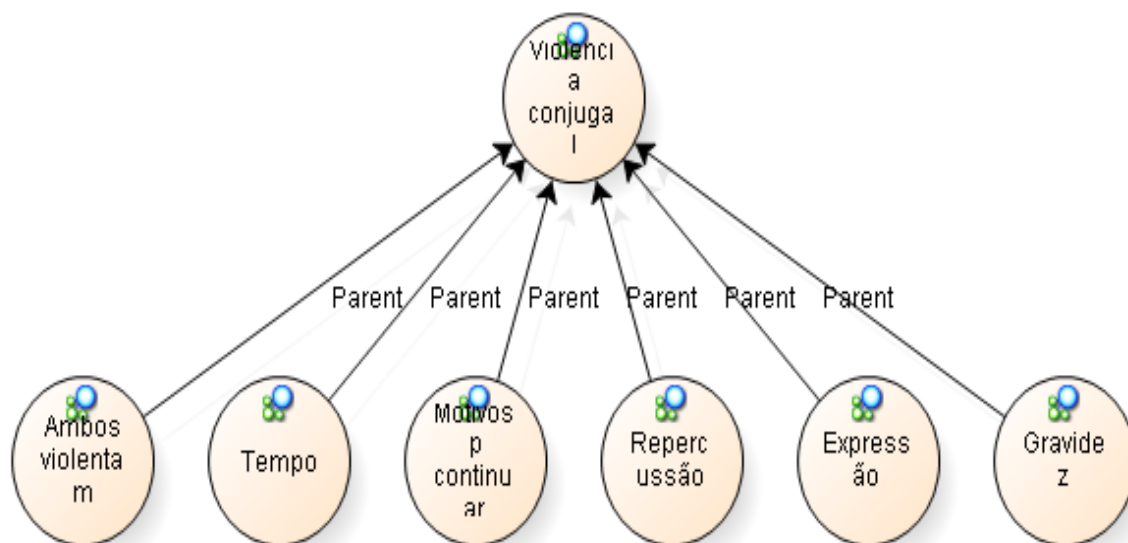
⁵⁴ O software foi aprendido no curso intitulado “Análise qualitativa com apoio do NVIVO 7” sob a responsabilidade do Professor Doutor Francisley Néri. Os dados foram trabalhados junto com o mesmo e estamos elaborando artigo conjunto a fim de mostrar a vantagem do uso do software no processo de organização dos dados.

economizado devido a ele ser um pacote de programas desenvolvido especificamente para a análise qualitativa.

Davis e Meyer (2009) acreditam que o uso do software apresenta várias vantagens específicas relacionadas com a análise de conteúdo categorial: facilidade de retorno às entrevistas originais na íntegra; codificação; categorização; armazenamento; indexação; recuperação de dados; relacionamentos entre categoria e entre esta e o tema, ilustração em gráficos. Godoy e Lage (2008) defendem que o uso do software possibilita a criação de mapas conceituais e facilita o processo de sumarização dos dados.

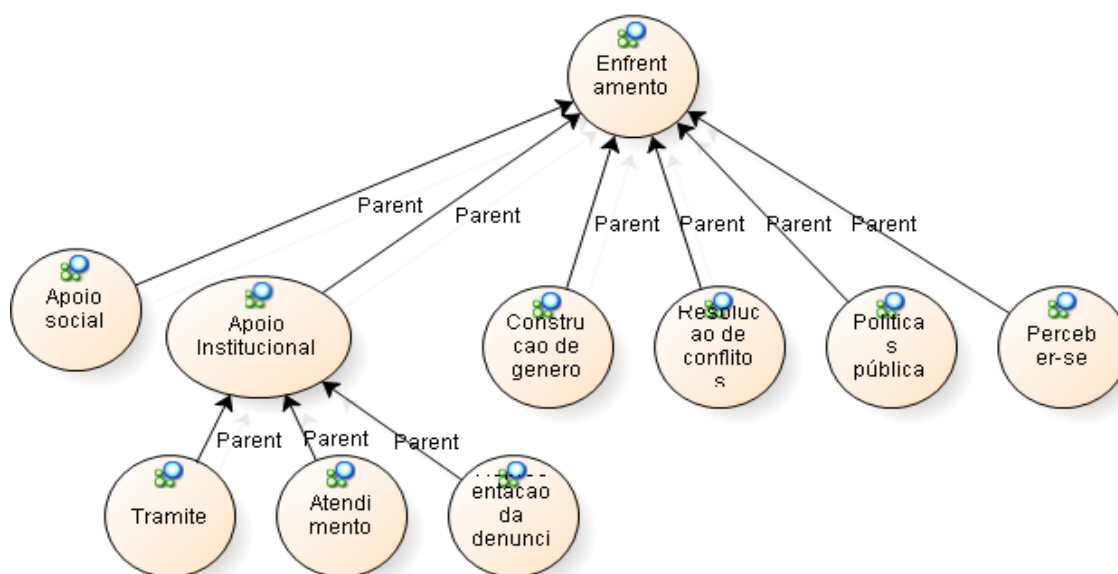
O uso do software permitiu que os dados fossem organizados hierarquicamente, além de criar ilustração das respostas em redes ou mapas (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1 – Ilustração dos dados hierárquicos usando o QSR*NVIVO 7.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista qualitativa realizada com mulheres e homens entre março e outubro de 2008. Dados organizados com o apoio do NVIVO7. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

Figura 2 – Ilustração dos dados hierárquicos usando o QSR*NVIVO 7.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista qualitativa realizada com mulheres e homens entre março e outubro de 2008. Dados organizados com o apoio do NVIVO7. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

A organização e sistematização dos dados possibilitaram o processo de definição dos temas e categorias (Quadro 3):

Quadro 3 – Temas e categorias.

TEMA	CATEGORIA
Vivência de violência conjugal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manifestação e repercussão da violência conjugal
Enfrentamento da violência conjugal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede de apoio social ▪ Compreensão da construção social da desigualdade de gênero ▪ Capacidade de resolução de conflitos de forma pacífica e respeitosa ▪ Representação da delegacia da mulher e a criação de espaço para mediação de conflitos ▪ Eficácia do sistema jurídico-policial ▪ Articulação intersetorial com as políticas públicas ▪ Formação profissional com um olhar para a complexidade da violência conjugal

Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista qualitativa realizada com mulheres e homens entre março e outubro de 2008. Dados organizados com o apoio do NVIVO7. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

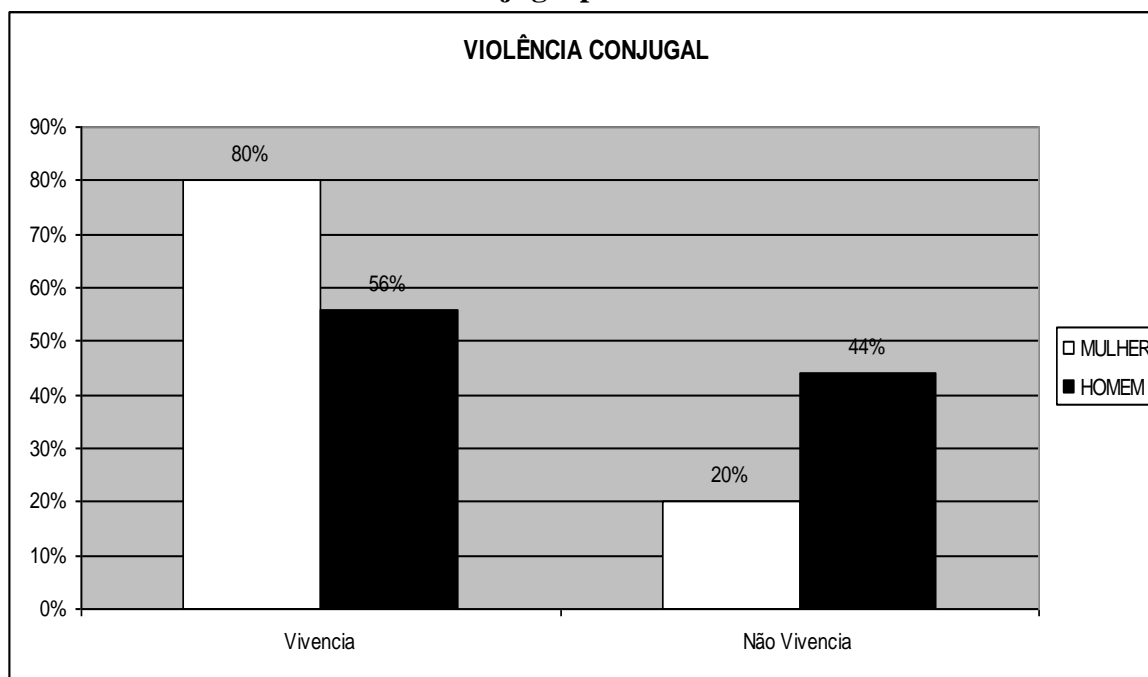
Por fim foi feita a interpretação dos dados, fundamentada na TRS e respaldada em conhecimentos teóricos acerca das temáticas família, violência conjugal, violência contra a mulher, violência de gênero, relações entre o gênero, resolução de problemas, raça negra, políticas públicas, ação intersetorial e comunicação interdisciplinar.

4 APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS SUJEITOS DO ESTUDO

O estudo mostrou que 80% das mulheres e 56% dos homens entrevistados vivenciam violência na relação de conjugalidade (Gráfico I).

Gráfico I – Vivência de violência conjugal por mulheres e homens.



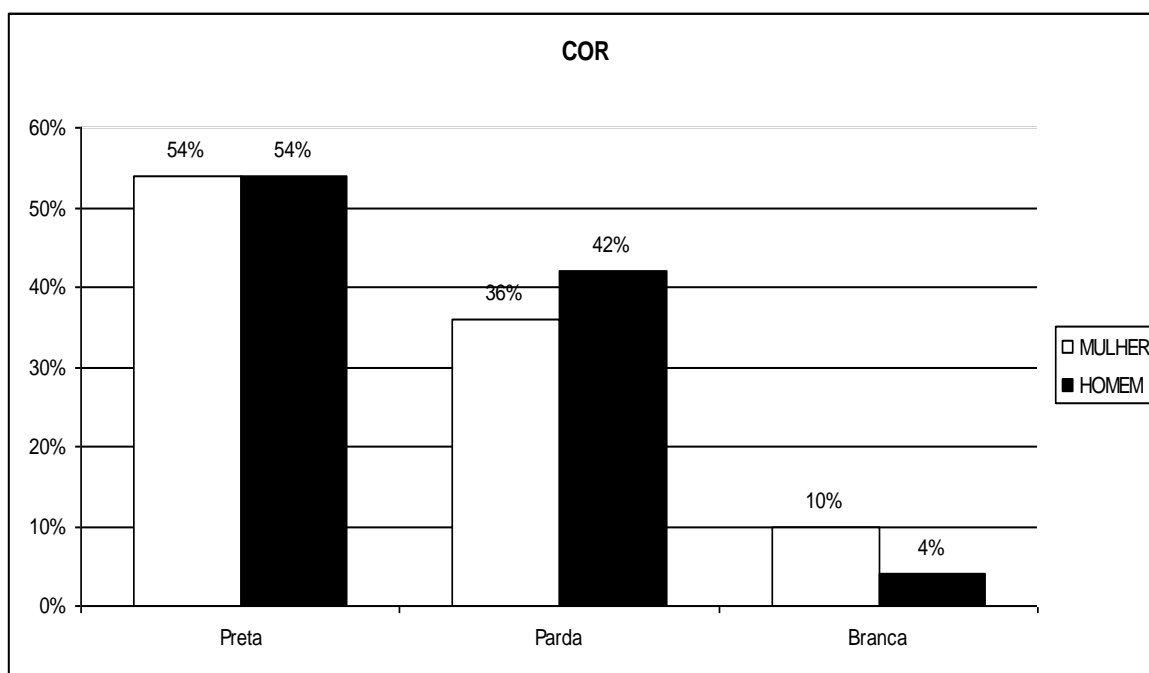
Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

O menor percentual de vivência de violência conjugal para os homens pode estar relacionado com a maior dificuldade destes em se perceber em situação de violência, além do fato de que os atos de violência da mulher para com o homem nem sempre são reconhecidos como tal. Soma-se ainda o receio do homem ter que admitir para sociedade que foi vítima de violência pela própria companheira.

Dentre os sujeitos em vivência de violência conjugal, 90% das mulheres e 96% dos homens são negra(o)s, auto-declarada(o)s como preta(o) e parda(o) (Gráfico II). Sendo assim, podemos dizer que trata-se de um estudo com recorte de raça. Estudo realizado por Diniz e Monteiro (2003) com mulheres que denunciaram a violência conjugal na Delegacia Especial de Apoio à Mulher – DEAM, na cidade de Salvador-Bahia, mostrou que 96%

declararam-se negras. Dados fornecidos pela Divisão de Crimes Contra a Mulher, da Polícia Civil, no Pará, na qual foram registradas 8.232 ocorrências de violência contra o sexo feminino, confirma que as maiores vítimas são as mulheres negras (COSTA; GOMES et al., 2008). Estudo com homens também revelou ser os negros, em sua maioria, os envolvidos na relação de violência conjugal (GOMES, 2003a).

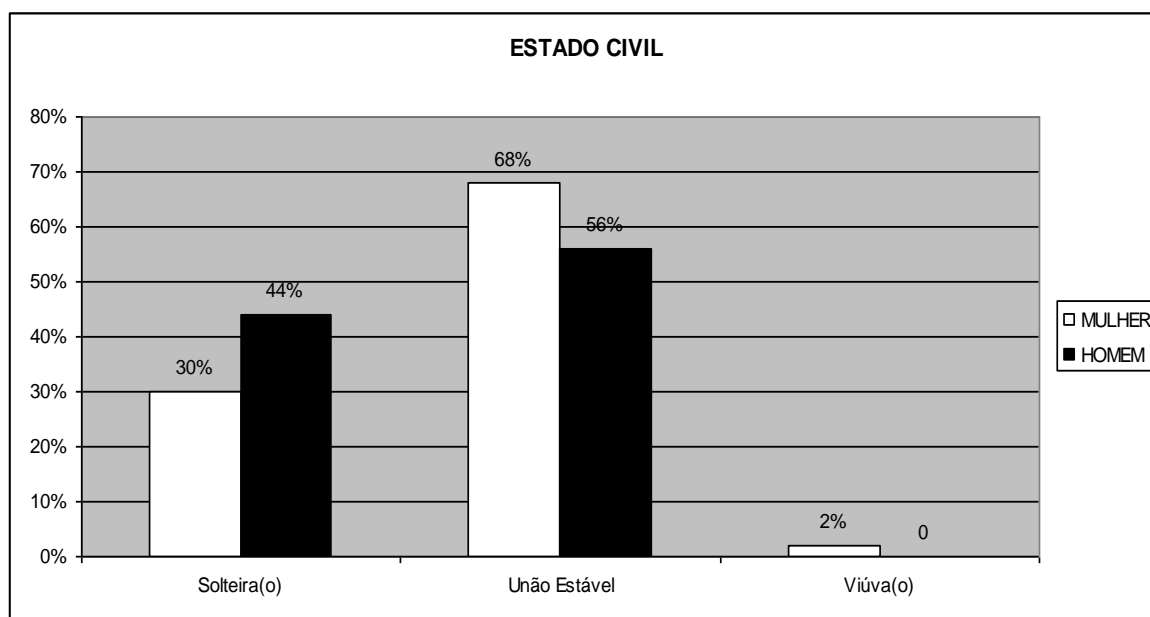
Gráfico II - Cor da pele de mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

É importante ressaltar que o alto percentual de mulheres negras e homens negros em situação de violência, encontrado nesse estudo, reflete a parcela majoritária da população soteropolitana, e não necessariamente colocam os negros na condição de violentos. Em julho de 2004, a população estimada para Salvador-BA era de 2.631.831 habitantes, sendo que aproximadamente 83% eram negros (SALVADOR, 2006). Os negros já eram maioria no Brasil (60% da população) desde o século XVII (FAUSTO; COUTO apud SALVADOR, 2006).

A maioria das mulheres (68%) e homens (56%) entrevistados vivem em união estável (Gráfico III).

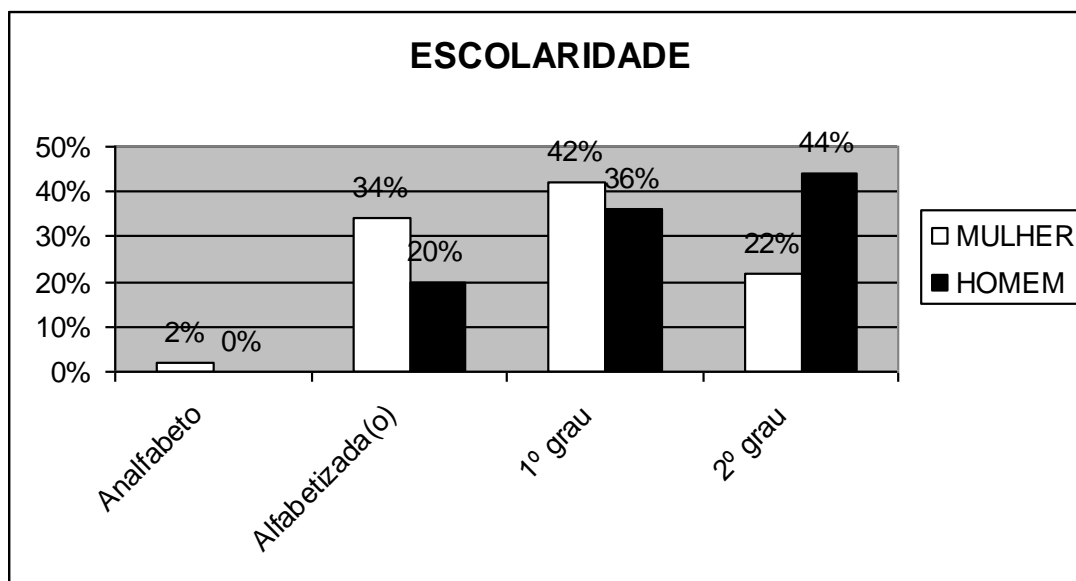
Gráfico III – Situação conjugal de mulheres e homens.

Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

Muitos estudos têm considerado o fato de ser casada ou em união estável, como um fator de risco para a violência (SILVA, 2003). O domicílio representa para as mulheres o local onde há maior probabilidade de sofrerem violência, tornando o ambiente privado um espaço de perpetração de ações violentas (LISBOA, 2008; ROCHA, 2007). Assim sendo, contradiz-se a representação do lar como um espaço de afeto e amor, configurando-se em um cenário de recorrente agressões e ameaças (GOMES et al., 2007; ARAÚJO et al., 2008). Neste sentido, a maior vulnerabilidade da mulher casada de sofrer violência conjugal encontra-se ancorada na representação hegemônica do poder do masculino. Para Jodelet (2007), é importante fornecer à comunidade meios para que seja capaz de discernir, dentro dos saberes tradicionais, os relevantes dos prejudiciais.

Com relação à escolaridade (Gráfico IV), chama atenção o percentual de homens que cursam ou completaram o segundo grau (44%) por equivaler ao dobro do percentual de mulheres (22%) no mesmo nível de escolaridade. Entretanto, o perfil nacional de escolaridade por sexo revela vantagem para a mulher com uma média de 6,7 anos de estudo sobre o homem com média de 6,4 anos (CIM, 2006). Essa contradição pode estar associada a vivência de violência na relação conjugal, sobretudo pelo caráter de privação e limitação das ações da mulher e/ou ao fato das mulheres constituírem família ainda na adolescência, o que dificulta a frequência escolar.

Gráfico IV – Escolaridade de mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

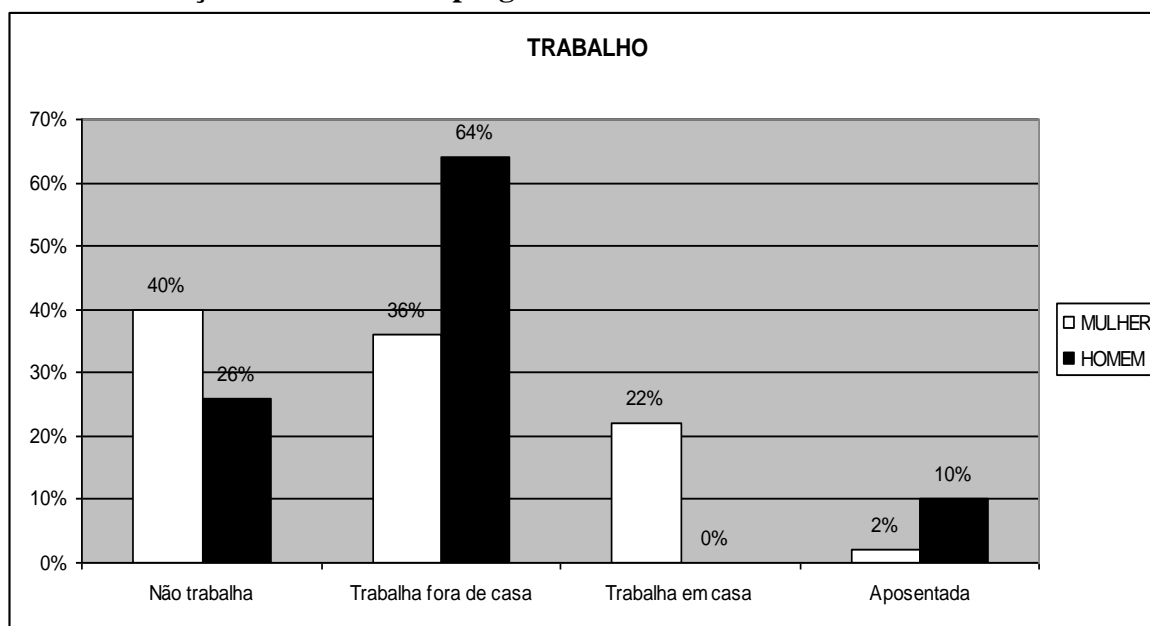
Os dados quanto a escolaridade das pessoas em situação de violência conjugal são de extrema importância uma vez que, conforme Adeotado et al. (2005), quanto mais esclarecida, por menos tempo a mulher admitirá a violência. Ventura et al. (2003) traz uma visão mais ampla quando afirma que o aumento do nível de educação desestimula casamentos precoces, reduz o número de filhos e contribui para maior participação da mulher na esfera social e política. Além de ser, em si mesmo, um direito humano, a educação constitui um meio para conquista de outros direitos.

No que se refere a situação de trabalho (Gráfico V), fica claro a associação do espaço do masculino com a esfera pública: 64% dos homens trabalham fora de casa em detrimento de 26% das mulheres. Ainda que bem abaixo do percentual masculino, o percentual referente as mulheres nos sugere a conquista destas no espaço antes tido como exclusivo dos homens. Todavia, pesquisas indicam que a desigualdade no salário entre homens e mulheres permanece notória, chegando a uma diferença de 51% (PNAD, 2007).

Chama atenção o percentual significativo de mulheres que geram renda através de trabalhos domésticos enquanto que no grupo masculino não há um só caso nesta situação. Na sua maioria, esses tipos de trabalho geram contratações não formalizadas e, portanto, sem proteção e direitos trabalhistas, deixando as mulheres mais sujeitas às ocupações com inserção vulnerável. Neste grupo, encontram-se os empregos domésticos, ocupação que

absorve 16,5% das mulheres brasileiras, sobretudo das mulheres negras que recebem renda mensal bem abaixo quando comparado a renda mensal de mulheres brancas (SALVADOR, 2009). Desta forma, as mulheres negras tem pouca, ou nenhuma, oportunidade de ascensão social.

Gráfico V – Situação de trabalho/emprego de mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

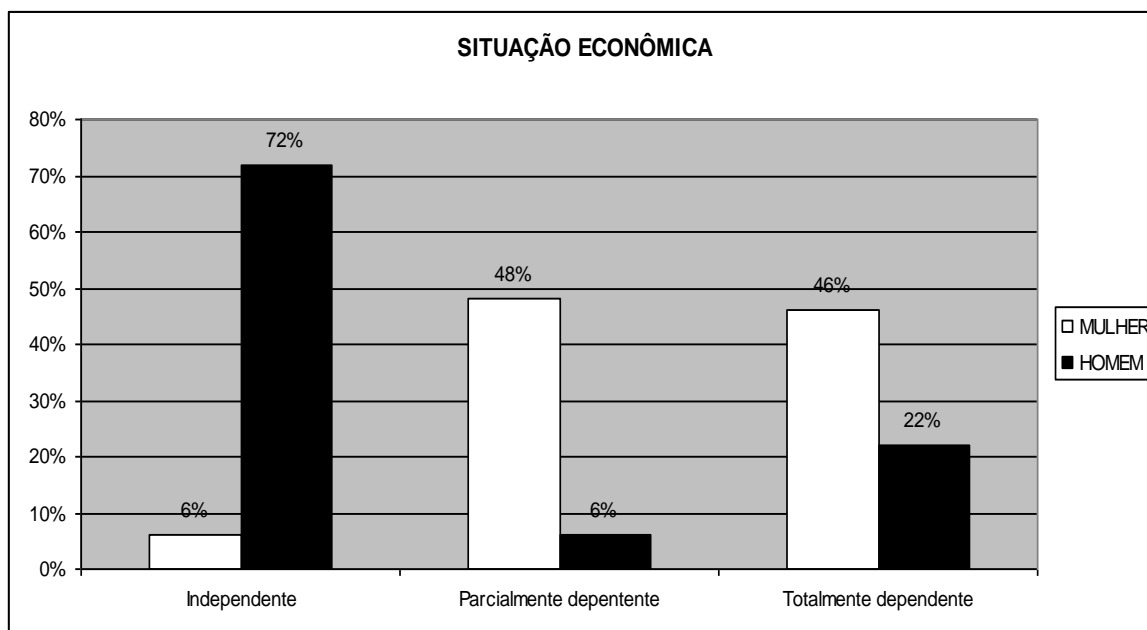
O estudo mostra o percentual de mulheres e homens desempregados, sem qualquer fonte de renda (40% e 26%, respectivamente). Em maio de 2008, a taxa de desemprego em Salvador também era maior para as mulheres (25,2%) do que homens (16,6%). Na população negra, a taxa é ainda maior (29,2%) quando comparado com as pessoas brancas (16,9%), o que evidencia que as mulheres negras ocupam posição de maior desemprego (SIM, 2009).

A vinculação da educação e pobreza à situação de violência demonstra que esta problemática vem sendo cada vez mais percebida como fenômeno social. No entanto, embora a violência conjugal seja um problema socialmente rotulado como intrínseco as famílias pobres, qualquer mulher pode ser vítima de violência independente da classe social, religião, cultura, raça. Todavia, alguns grupos têm mais recursos para ocultar o fenômeno. Podemos citar o caso de Maria da Penha, branca, farmacêutica, com três filhas e

o da assistente social⁵⁵, também branca, sem filhos que somente ganharam notoriedade em decorrência da gravidade da situação.

Com relação ao grau de dependência, os homens, na sua maioria, declararam-se independentes financeiramente (72%), ao contrário das mulheres que se declararam parcial (48%) ou totalmente dependentes (46%) (Gráfico VI). Quase a totalidade das mulheres depende economicamente do companheiro ou familiares.

Gráfico VI – Dependência econômica de mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

O número de filhos variou de 1 a 6. A quantidade de filhos, quando associado à situação econômica, é responsável pelo fato da mulher permanecer, por mais tempo, na relação de violência. Diniz et al. (2002) compartilha dessa análise quando destaca que a dependência econômica pode levar a mulher a demorar um período maior para buscar auxílio. Estudos mostram que um dos motivos relatados pelas mulheres para não deixar seu companheiro é a dependência financeira, especialmente quando existem filhos, pois sem remuneração, a mulher fica impossibilitada de se auto-sustentar e de sustentar seus filhos (ADEODATO et al., 2005).

No entanto, Guedes et al. (2007) coloca em discussão os casos de violência envolvendo mulheres economicamente independentes, inclusive situações em que os

⁵⁵ Caso de violência conjugal divulgado pelo Jornal À Tarde no dia 03 de julho de 2009. (Ver FRAGA, 2009).

companheiros monopolizam a renda que elas adquirem. Nota-se, portanto, o poder da representação do homem enquanto chefe-de-família, independente de quem, de fato, traga dinheiro para casa. Conforme Banchs (2007), essas representações hegemônicas predominam na vida cotidiana da comunidade dada a carência de novas informações. Desta forma, importante se faz a introdução de meios intelectuais que permitam a comunidade desconstruir as representações ancoradas na supremacia masculina.

O grau de dependência econômica tem relação direta com o nível de escolaridade por constituir-se enquanto pré-requisito para entrada no mercado de trabalho. Entretanto, o preconceito racial também dificulta essa inserção. Para Ferreira (2002), a população negra recebe tratamento discriminatório tanto nas entrevistas, quando são os excluídos no momento da seleção, quanto já empregados, quando são os primeiros nas listas de cortes das empresas. Conforme Silva (2000) e Ferreira (2002), a população feminina negra, em sua maioria, é chefe-de-família, ocupa posições mais subalternas, trabalha mais, tem pior salário e condição de trabalho, possui menores anos de escolaridade e tem maiores dificuldades para estudar.

A caracterização das mulheres entrevistadas corresponde ao perfil das mulheres que entraram em contato com o Ligue 180, responsável por atender mulheres que sofreram agressões e ameaças: maioria negra, casada, possui filhos e com baixa escolaridade (CORREIO DA BAHIA, 2009).

Nesta perspectiva, as políticas públicas devem se voltar para o combate à discriminação racial, de gênero e para redução das desigualdades sociais, sendo obrigação *do Estado* respeitar o princípio da equidade tratando de maneira especial pessoas que historicamente vêm sendo excluídas; e *do povo*, portanto nossa, se organizar politicamente para reivindicar os direitos, até então, não contemplados e fazer cumprir as políticas já aprovadas.

4.2 VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

O tema “Vivência de violência conjugal” abrange a análise acerca das formas com que a violência se expressa na relação conjugal desde os primeiros meses de relacionamento, se fazendo presente também durante o ciclo gestacional, e trazendo sérias complicações para a saúde da mulher e família. Para análise, construímos a categoria “Manifestação e repercussão da violência conjugal”.

4.2.1 Manifestação e repercussão da violência conjugal

As relações conjugais são marcadas por um cotidiano de violência que se manifesta de diferentes formas, categorizadas pela Lei Maria da Penha como: patrimonial, moral, psicológica, sexual e física.

A *violência patrimonial* pode ser reconhecida nos casos de retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, documentos pessoais, bens, valores ou recursos econômicos (BRASIL, 2006a). Os depoimentos abaixo mostram que este tipo de violência é vivenciado pelas mulheres entrevistadas:

[...] não tinha gás dentro de casa [...] ele já fazia isso para eu poder não me alimentar mesmo. (M-DEMÉTER, 2007)

[...] ele não dá nada a meu filho. (M-NEMESIS, 2007)

As falas revelam a violência patrimonial expressa por meio da retenção e subtração de recursos econômicos para o sustento da mulher e dos filhos, e encontram ressonância com a palavra *falta-de-caráter*, elemento do sistema periférico da representação da violência conjugal elaborada pelas mulheres, que revela a falta de dignidade do homem para com sua responsabilidade uma vez que não honra o compromisso de garantir o sustento da companheira e dos filhos.

Qualquer conduta que se configure em difamação, calúnia ou injúria configura-se enquanto *violência moral* (BRASIL, 2006a). Esta também pôde ser observada nos discursos das mulheres, conforme ilustrações abaixo:

Ele me agredia me xingando, dizendo coisas que eu não fazia (M-AFRODITE, 2007)

Ele ia para o médico comigo e entrava... Quando eu falava pra ele não ir, ele dizia: ah! Você não quer que eu vá porque tem algum macho lá seu te esperando. O médico que vai te examinar, vai te comer (M-DEMÉTER, 2007)

A violência moral atinge a saúde mental das mulheres, guardando relação direta com a *violência psicológica*, a qual pode ser identificada quando o indivíduo tem seu comportamento controlado pela ação do outro, seja por meio de ameaça, manipulação, exploração, constrangimento, humilhação, ridicularização, insulto, chantagem, perseguição, vigilância constante, isolamento ou limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006a). Para melhor ilustrar, segue depoimentos:

Quando eu ia tomar banho, ele ficava me vigiando Eu não me fazia (depilava) porque ele não deixava [...] eu me sentia como aquela mulher jogada. (M-DEMÉTER, 2007)

Ele me proibia de trabalhar, de usar algumas roupas. (M-NEMESIS, 2007)

[...] ele quer mandar na pessoa, de dizer: “você não vai! Você vai ficar aqui” [...] de ficar controlando seu horário de ir e de chegar. (M-PERSÉFONE, 2007)

[...] eu prendo, tranco ela, para o bem dela. (H-APOLO, 2007)

Percebe-se que as mulheres vem sendo violadas, em seu próprio lar, quanto ao direito de ir e vir, trabalhar, bem como de tomar decisões sobre seu próprio corpo.

Na relação conjugal, a *violência sexual* pode ser reconhecida quando se obriga a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual, ou quando se anula ou limita o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, seja por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força (BRASIL, 2006a). Segue falas que revelam esta vivência:

[...] eu fiz a força (relação sexual) porque eu não tava com um pingo de vontade, eu sentia nojo, muito nojo. (M-GAIA, 2007)

[...] quando eu saia só, quando chegava em casa, ele me olhava todinha, mandava eu abrir as pernas para ver se eu tinha saído com alguém, ele tirava minha roupa, me revistava e eu era obrigada a ter relação com ele para ele comprovar que eu não tive relações com ninguém. (M-DEMÉTER, 2007)

Fica claro, que as mulheres em relação de violência conjugal também estão em risco de vivenciar a violência na sua forma sexual. As falas mostram o constrangimento da mulher em ter que se submeter à perversão imposta pelo companheiro, situação que também desvela a violência moral, psicológica e física.

A *violência física* caracteriza-se pela violação da integridade corporal (BRASIL, 2006a).

[...] ele veio em cima de mim empurrando, batendo, dando tapa, murro [...] ele batia aqui no ombro, nas costas [...] ele me deu um murro no olho, uma mordida [...] (M-CIRCE, 2007)

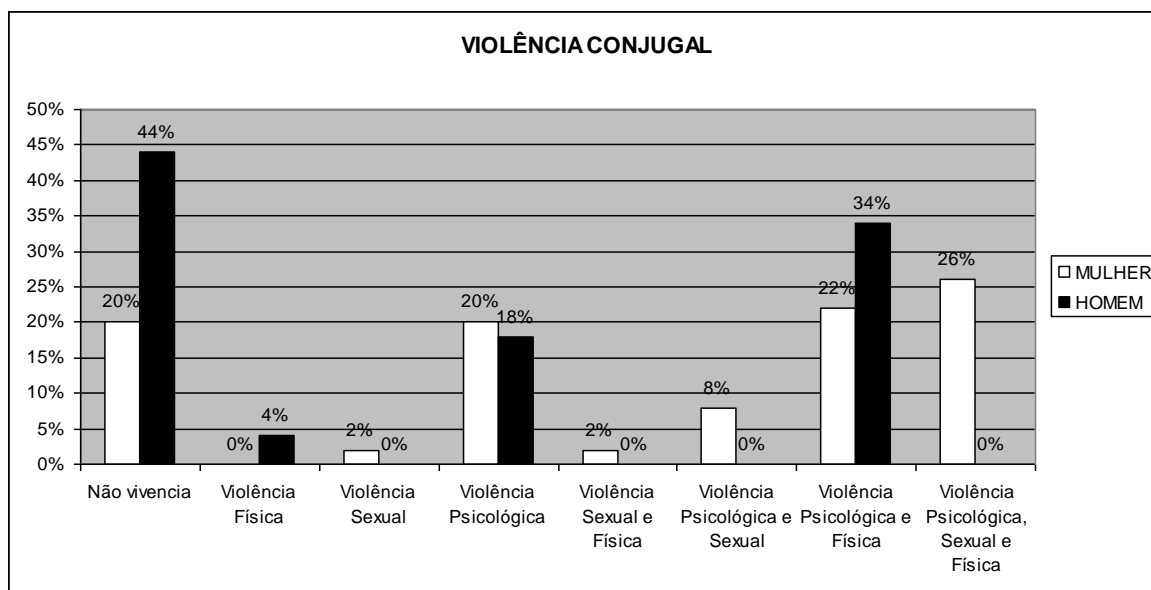
[...] ele me deu um murro, pegou no olho e na parte da sobrancelha [...] eu vi tudo azul [...] meu olho tava inchado, dentro da minha bola era só sangue, vermelhão de sangue. A sobrancelha tava partida. Levei ponto. (M-DEMÉTER, 2007)

[...] teve a agressão [...] Eu quase esganei ela... (HERMES, 2007)

A violência física pode se manifestar através de agressões físicas com uso ou não de objetos: murro, chute, queimadura, facada, tiro.

Embora os diversos documentos que tratam sobre a temática violência doméstica como, por exemplo, a Lei Maria da Penha relacione as formas de expressão da violência como se estas se apresentassem de forma isolada, o que também acontece no processo de organização das falas neste estudo, na realidade esta distinção se dá apenas por caráter didático no sentido de facilitar a identificação do fenômeno, haja vista o fato do cotidiano das relações conjugais serem marcadas por situações de violência cujas formas se expressam simultaneamente e ciclicamente. Este estudo, realizado no âmbito da conjugalidade com homens e mulheres, revela que as expressões da violência se manifestam simultaneamente na vida de mulheres e homens (Gráfico VII).

Gráfico VII – Expressões da violência conjugal segundo mulheres e homens.



Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista semi-estruturada realizada com mulheres e homens entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008. *Trilhando caminhos para o enfrentamento da violência conjugal*. Salvador-BA, 2009.

Chama atenção que ela ocorre nos primeiros meses de relacionamento, muitas vezes ainda na fase de namoro. Os recortes das entrevistas mostram o intervalo de tempo com que a violência se manifesta na relação conjugal:

Ficamos juntos 5 anos [...] A gente tinha sete meses quando teve a violência física. Agora, a violência psicológica a gente tinha uns três meses. (M-AFRODITE, 2007)

Ele começou a me trancar em dois meses. Eu fiquei 1 ano e dois meses com ele, foi quando ele me bateu. (M-DEMÉTER, 2007)

É importante notar a evolução com que a violência se manifesta na relação nos primeiros momentos, quando se expressa sutilmente até o desencadeamento de situações menos veladas, tais como as agressões físicas. Neste sentido, as falas ilustram que o episódio da violência física se manifesta após a evolução de outras formas de expressões da violência.

Ele me deixava presa dentro de casa. Isso acontecia todos os dias[...] Eu não via a cor da rua [...] Eu não comia porque ele não me dava comida. Malmente, eu bebia água [...] depois começou a me bater. (M-DEMÉTER, 2007)

Eu já sofri quase todos os tipos de violência com esse homem. [...] sempre me oprimindo [...] falando da minha roupa [...] de querer me proibir de andar com minhas amigas [...] de eu sair [...] teve ato sexual que eu não queria [...] fica me ameaçando, dizendo que vai tomar a menina [...] ele me bate [...] (M-GAIA, 2007)

Tinha ciúmes demais [...] me proibia de trabalhar fora, de fazer amizade, de vestir determinadas roupas [...] Ele me chama de vagabunda, descarada, tanto nome [...] Ele me deu dois murros na cara e eu fiquei com o rosto e a boca partida. (M-MEDUSA, 2007)

Concordando, Silva, Coelho e Caponi (2007) referem que a violência conjugal tem início lentamente, de modo silencioso, progredindo em intensidade. Assim, pode-se perceber o caráter de escalada e progressão que permeia esse tipo de violência, que se inicia em muitos casos com um xingamento e, com o passar do tempo, evolui para as lesões físicas, resultando em danos que podem ser reversíveis ou irreversíveis (ROCHA, 2007).

Além de se expressar simultaneamente e em um espaço de tempo bastante curto, as manifestações da violência se mantêm inclusive no período gestacional.

Para mim, a pior fase foi na fase da gravidez porque foi no momento que eu mais precisava dele. Mas, foi o momento que ele mais me fez sofrer, que ele mais me torturou. (M-PERSÉFONE, 2007)

[...] ele me trancava dentro do quarto e me batia [...] eu estava no início da gravidez [...] um mês ou dois meses. (M-HESTIA, 2007)

Quando tava esperando minha filha, ele veio me bater [...] minha pressão subiu. Aí, eu desmaiei e fui parar no hospital. [...] eu tava com sete meses (M-ATENA, 2007)

Mattar et al. (2007) também revelaram vivência de violência conjugal durante a gestação, ao entrevistar puérperas que referiram histórias de tapas, socos, ferimentos de arma branca. Segundo Shcraiber e D'Oliveira (1999), a prevalência de violência na gestação, inclusive física e sexual, é ainda maior que os índices de agressão em mulheres não grávidas. Torna-se, portanto, necessário relacionar gestação e a suscetibilidade à violência, nos registros em prontuários, além do preenchimento da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência (BRASIL, 2008a).

Estudos nacionais e internacionais, mostram que a prevalência de violência em mulheres grávidas varia entre 17% e 33, 8%, estando associada ao baixo peso ao nascer,

parto prematuro e lesão fetal (LOURENÇO, 2006). No seu estudo, Diniz et al (2009) mostra associação entre a vivência de violência conjugal e o aborto provocado por mulheres, no qual 41 (27,9%) dentre as 147 mulheres com história de aborto provocado declarou ter sofrido a violência conjugal durante a gestação, sendo que 67% destas realizaram o aborto em consequência da violência vivenciada.

Considerando que a violência na relação conjugal interfere na decisão da mulher em interromper a gestação, essa vivência nos leva a pensar no sofrimento da mulher diante a possibilidade de que, com o filho ou com mais um filho, se torne ainda mais refém da relação de violência. Além disso, torna-se importante refletir que muitas mulheres entram em processo de aborto “espontâneo”, quando este foi, na realidade, provocado ou precipitado pela situação de violência conjugal. Neste sentido, esse estudo nos oferece elementos para refletir sobre a assistência a estas mulheres.

O fato desse tipo de violência ser praticada por pessoas com quem a mulher relaciona-se, como companheiro, amante, namorado, entre outros, e com os quais estabelecem-se relações de dependência, entre elas a financeira, as tornam ainda mais susceptíveis (QUEIROZ, 2002). Desta forma, aumenta-se também a possibilidade da mesma se repetir e se cronificar, assumindo um caráter cíclico, denominado ciclo da violência conjugal.

Esse ciclo se inicia normalmente por tensões no relacionamento, podendo ocorrer incidentes como, agressões verbais, ciúmes, quebra de um objeto, entre outros, por parte do companheiro, constituindo a primeira fase, que geralmente é apaziguada pela mulher. A segunda fase é marcada pelo ápice das tensões que acabam desencadeando atos violentos, caracterizado como episódio agudo da violência. Já a terceira fase, em contraposição a segunda, é marcada pelo “arrependimento” do agressor, que jura nunca mais repetir tal ato e implora pelo perdão da mulher. Essa fase é denominada lua-de-mel (GOMES; DINIZ, 2008a; BRASIL, 2005).

Assim sendo, as falas expressam a esperança que as mulheres depositam na mudança na relação, não por meio de uma transformação dela, mas sim por parte do companheiro uma vez que estes se mostram arrependido e promete que não voltará a agredi-la.

Só depois quando ele agride que ele tem aquela maneira de pedir desculpa. (M-PERSÉFONE, 2007)

Quando ele começou a chorar, eu acreditei nas lágrimas [...] Nós sempre prolongamos mais a chance, a oportunidade do agressor mudar de comportamento [...] A gente fica na esperança que ele mude... (M-HERA, 2007)

[...] pedi desculpas a ela e a gente voltou. (H- AQUILES, 2007)

Assim, na esperança de que seus companheiros mudem, as mulheres continuam alimentando o ciclo da violência conjugal. No entanto, cada vez mais as agressões vão se intensificando, podendo chegar a um desfecho onde não mais é possível o ocultamento, tornando-se público. Essa publicidade fragiliza ainda mais a mulher, uma vez que sua história toma repercussão na mídia, na maioria das vezes sem a sua permissão, e ainda não se sabe os efeitos dessa exposição para a vida social e mental dessas mulheres. Essas questões precisam ser refletidas pela classe de jornalista no sentido de reavaliar sua postura ética e seu papel social no enfrentamento da violência conjugal, respeitando a integridade moral das mulheres e de seus familiares.

A esperança de que o companheiro mude de comportamento também foi sinalizado por Diniz et . (2002) e Adeodato et al. (2005). Entretanto, embora as mulheres tragam em seus discursos essa esperança, em outros momentos, elas se contradizem revelando não acreditar nesta possibilidade.

[...] não tem jeito. O processo de mudança dos camaradas é muito lento [...] você não vê perspectiva. (M-HERA, 2007)

[...] ele tinha que mudar bastante, mas não tem condições. Está difícil, viu? Para não ter mais violência, só se não tivesse mais homem (M-NEMESIS, 2007)

Inseridos no ciclo da violência conjugal, as mulheres, a cada dia, se dão conta da dificuldade da melhora na relação conjugal pela transformação do companheiro haja vista as expressões da violência se manifestam de forma mais intensa e em intervalos de tempo cada vez menores. Há, portanto, repercussões ainda mais profundas para a sua saúde e o seu desenvolvimento humano levando a um processo contínuo e progressivo de perda de saúde.

Contudo, pela lesão da integridade corporal e as conseqüências visíveis da agressão física, esta ainda é mais facilmente reconhecida como violência, ganhando maior visibilidade social, conforme ilustra a fala a seguir:

[...] a física, os maus tratos físicos, ficam muito nítidos. (M-HERA, 2007)

De fato, a violência expressa fisicamente deixa marcas no corpo. No entanto, ainda que o homem não encoste um só dedo na mulher, esta pode vir a adoecer pois as demais formas de expressão deixam marcas ainda mais profundas, trazendo impactos negativos na vida das mulheres.

[...] a tortura mental, a violência psicológica, eu acho que é a mais difícil de ser detectada tanto pelo agressor como para vítima [...]. Para se sair dela é mais complicado. É um tipo de violência que define, anula a mulher. (M-HERA, 2007)

Quando é um tapa ou um murro, a cicatriz passa e você as vezes esquece. Mas, muitas vezes, a psicológica não. Fica ali remoendo e você fica desesperada [...] Eu perdi minha auto-estima [...] Isso tudo dói e machuca [...] Eu não gosto nem de lembrar porque vem uma sensação estranha dentro de mim [...] É horrível! (M-PERSÉFONE, 2007)

Nota-se que a *dor* e a *tristeza* estão relacionadas às consequências da vivência de violência conjugal, sendo também elementos comuns constituintes da representação elaboradas por mulheres e homens acerca da violência conjugal. A *dor* também compõe o núcleo central da representação de mulheres uma vez que o grau de comprometimento físico e psicológico interfere no seu desenvolvimento humano dando, portanto, significado a violência conjugal.

O sentimento de *humilhação* pela vivência de violência, independente da forma como se expressa, é elemento que constitui o sistema periférico da representação sobre violência conjugal elaborada por mulheres que a vivencia. Todavia, não integra as palavras que constituem a representação masculina acerca do fenômeno, o que sugere que os homens não compartilham da idéia de que humilhação seja violência.

Desta forma, apesar do ato em si da violência nem sempre deixar marca física, sinal esse muitas vezes procurado pelos profissionais, sobretudo pelo espaço da saúde, pode trazer consequências mais graves que a forma física.

Eu ainda não me superei [...] Já tem uns três anos que eu tô separada dele. Mas, eu vou confessar, até hoje quando eu me bato com ele, meu corpo fica todo tremendo. Eu tenho muito medo ainda [...] Quando eu vejo ele, eu me arrepio toda [...] as pernas parecem que vão cair [...] Tenho pavor, trauma. (M-DEMÉTER, 2007)

O efeito paralizante do medo potencializa a experiência traumática, somatizando a manifestação, no corpo, de sinais e sintomas característicos de stress-pós-traumático. Estudo de Pérez (2006) mostrou que mulheres que vivenciaram violência na gestação e principalmente aquelas que abortaram em decorrência da violência apresentam maior risco para o desenvolvimento de problemas físicos e psicológicos em decorrência das conseqüências traumáticas, isso é pelo desenvolvimento da síndrome do estresse pós-traumático.

Conforme Born (2005), os sintomas mais freqüentemente apresentados por pessoas com diagnóstico de TEPT são ansiedade, insônia, imagens em *flashback*, falta de concentração, comportamento evitativo, sonhos recorrentes e desinteresse. É importante que os profissionais de saúde conheçam e valorizem essa síndrome a fim de que esta seja diagnosticada precocemente e se evite comprometimento ainda maior para a saúde da mulher uma vez que o trauma causa impacto no corpo e na mente

Quando você sofre uma violência psicológica, abala com você, com seu corpo, com sua estrutura. Eu fiquei doente. Eu fiquei na pele e no osso. Eu tive dor de cabeça, tontura, a pressão ficava alta constantemente, insônia [...] Isso tira o sono da pessoa porque você não consegue dormir com uma coisa martelando na sua cabeça. (M-PERSÉFONE, 2007)

A fala nos faz refletir acerca do caráter maleficiente da violência para a saúde, chegando a degradação humana e, conseqüentemente trazendo comprometimento importante para o desenvolvimento em outras esferas, principalmente na educação e emprego. Mulheres vítimas de violência conjugal têm sua saúde física e mental comprometida, apresentando depressão, dor crônica, distúrbios gastrintestinais e, como efeitos mais tardios, artrite, hipertensão e doenças cardíacas (GONZÁLEZ, 2006; SILVA, 2003). Manifestam também ansiedade, pesadelos, fantasias catastróficas, isolamento e alienação, que se refletem fisicamente pela fadiga, cefaléia, distúrbios do sono e no padrão de alimentação, além de estarem mais vulneráveis para gravidez indesejada e contágio de doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2006b). Todavia, essa realidade não se restringe ao Brasil.

Estudo realizado em Portugal também mostrou que mulher vítima de violência, quando comparada àquela que não vivencia tal situação, apresenta maior risco de suicídio. Além disso, o estudo revelou uma probabilidade de três a oito vezes superior de ter filhos doentes, de não conseguir emprego ou promoção profissional e de recorrer aos serviços dos hospitais e as

consultas de psiquiatria por perturbações emocionais (PORTUGAL, 2007). Ainda que os dados até então apresentados se restrinjam aos sintomas de estresse pós-traumático manifestados por mulheres em situação de violência conjugal, é importante salientar a necessidade de estudos que identifiquem como a vivência deste fenômeno se manifesta para os homens.

O reflexo da violência conjugal toma grandes proporções, por ser um obstáculo para a economia e o desenvolvimento social e por afetar diretamente a mulher cercada de medo, insegurança, revolta, instabilidade social-política-econômica, redução da auto-estima e isolamento (HEISE, 1994; OLEGÁRIO; GALDINO, 2006). Soma-se ainda as repercussões na vida de seus filhos, o que configura a violência doméstica. A fala de uma das mulheres entrevistadas revela a repercussão da violência conjugal para os filhos:

[...] pensei que ele fosse dar uma tiro. Eu senti muito medo dele fazer alguma coisa comigo e meus filhos [...] Quando minha filha participou do CRIA (Centro de Referência Integral do Adolescente), pediram que ela encenasse uma cena de violência e ela encenou essa cena que ficou na memória dela (M-HERA, 2007)

A fala evidencia a percepção da mãe de que a vivência de violência atinge toda a família, sobretudo os filhos. Também mostrou a importância dos Centros de Referências, inseridos nas comunidades, no sentido de identificar situações conflituosas nos lares, uma vez que ao encenar a violência vivenciada no seio familiar, a adolescente demonstrou ser esta uma cena presente na sua memória. Nesta perspectiva, esses centros revelam-se enquanto espaços propícios para se trabalhar as relações familiares.

A vivência de violência doméstica pelas crianças traz repercussão na saúde física, social e psíquica, estando relacionada com déficits no desenvolvimento, ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa auto-estima, pesadelos e má conduta (DAY et al., 2003).

É impossível isolar qualquer um dos membros da família do impacto da violência (OLIVEIRA et al., 2007). Ela atinge a todos que presenciam ou convivem com a situação, repercutindo no aprendizado dos filhos que naturalizam as condutas agressivas, passando a agir de forma semelhante com a irmã, colegas de escola e, futuramente, na relação conjugal (GOMES e DINIZ, 2005; SILVA, COELHO e CAPONI, 2007). Vale referir que homens que violentam suas companheiras também se mostram violentos com os filhos (ADEODATO et al., 2005).

As situações de violência reforçam o questionamento com relação ao espaço de proteção do ambiente familiar, onde meninos e meninas naturalizam as relações desrespeitosas e de violência. Assim, já que não se foi aprendido outros modelos relacionais, a violência no âmbito doméstico acaba sendo perpassada de geração para geração, desvelando seu caráter intergeracional.

4.3 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

No sentido de enfrentar a violência conjugal, identificamos elementos que favorecem o processo de fortalecimento das mulheres, no sentido de possibilitá-las a compreensão do fenômeno, a reflexão acerca das estratégias de proteção na rede social e institucional, bem como das fragilidades destas. A análise foi organizada a partir das seguintes categorias: Rede de apoio social; Compreensão da construção da desigualdade de gênero; Capacidade de resolução de conflitos de forma pacífica e respeitosa; Representação da delegacia da mulher e a criação de espaço para mediação de conflitos; Eficácia do sistema jurídico-policial; Articulação intersetorial com as políticas públicas; e Formação profissional com um olhar para a complexidade da violência conjugal.

4.3.1 Rede de apoio social

O estudo mostrou que a violência conjugal compromete a saúde física e emocional das mulheres, deixando-as vulneráveis e dificultando o processo de tomada de decisões. O apoio da rede social permite que elas compreendam sua história, se fortaleçam, e as auxilia em suas escolhas. Neste sentido, o apoio da família, de amigos, o suporte religioso e as associações ou Organização Não-governamentais (ONG) se revelam elementos que favorecem a mulher para o enfrentamento da situação de violência conjugal.

É importante salientar que a decisão de ficar em silêncio ou enfrentar a violência tem suas particularidades e requer paciência, devendo-se respeitar o tempo e a escolha de cada sujeito.

O trabalho com essa questão da mulher em situação de violência é um processo lento [...] É um trabalho de muita escuta. (M-HERA, 2007)

A forma como a mulher é apoiada nos diversos espaços é importantíssimo para o empoderamento das mulheres. A religião é um dos pontos de apoio das mulheres, principalmente em momentos de maior fragilidade e dor.

O Candomblé me ajudou porque a gente tem que se agarrar a uma questão espiritual [...] Vi a fortaleza que ele trazia. (M-HERA, 2007)

O candomblé também me ajudou muito, eu ia para as reuniões, sessões, falava com as entidades que vinha. Aí, ela falava que ele não era homem pra mim. Também me ajudava a fazer trabalho pra eu não ficar com depressão. (M-AFRODITE, 2007)

As mulheres se sentem fortalecidas quando buscam o apoio religioso, e isso sugere que a espiritualidade permite suportar os limites de vida e morte. Na visão de Moscovici (2003), as crenças são fundamentadas em pensamentos simbólicos e estão encarnadas em estruturas específicas tais como igrejas e clãs, possibilitando às pessoas viverem. Assim sendo, a representação da religião enquanto força de libertação, capaz de salvá-la do sofrimento, nos permite compreender que a fé mantém, nestas mulheres, a esperança de uma relação sem violência, dando sentido às suas vidas.

Embora 60,54% da população residente em Salvador seja de católicos e apenas 0,49% sigam o candomblé (SIM, 2009), esta última é uma das mais importantes práticas religiosas da população africana ou afro-descendente. Segundo Lima (1997) e Reis (2007), esse espaço se constituiu em um universo de sociabilidade da comunidade negra, cujos laços de família, a “família de santo”, costumavam ser protegidos e até legitimados. Dentro de uma concepção afro-brasileira, “pais e mães” “de terreiro”, principalmente nos candomblés da Bahia, realizam ações mágicas com o objetivo de conquistar, manter ou desfazer relacionamentos afetivos e zelar por familiares e parentes. Além disso, alguns indivíduos desta comunidade tinham autoridade reconhecida para legitimar uniões matrimoniais, uma prática comum, tendo em vista que muitos negros viviam em uniões consideradas “ilegítimas”, pelo fato de não terem realizado o casamento católico. Considerada uma ofensa à moral e aos bons costumes, o candomblé foi perseguido pelas autoridades locais que não pouparam esforços no sentido de coibir esta prática, disseminada em Salvador (BA). Justificadas pela perturbação da moral pública e da paz da

vizinhança, foram freqüentes denúncias de feitiçaria, exorcismo, mortes, destruição de casamentos, além das práticas de batuque e dança.

Além da religião, o estudo mostra que o apoio da família é fundamental para o fortalecimento da mulher.

Eu não sei o que seria de mim se não tivesse esse apoio de minha mãe [...] Eu não teria peito [...] Ela conversa muito, me apoiando [...] Disse larga esse homem e venha pra casa! Foi aí que eu vim embora [...] Ela também me ajuda financeiramente. (M-GAIA, 2007)

Minha família me apoiou em todos os sentidos [...]. Não me obrigou a ficar com ele porque sabia que ele me maltratava. Sabia de tudo que eu passava. (M-AFRODITE, 2007)

As falas femininas revelam o valor atribuído à família, deixando clara sua representação como base de apoio. Neste contexto, o suporte familiar, emocional e financeiro é fundamental no sentido de levar a mulher a tomar a decisão de sair da situação de violência. A falta de apoio por parte da família, por outro lado, dificulta o processo de ruptura do ciclo de violência, acarretando um sofrimento ainda maior para a mulher.

Foi difícil alugar uma casa e ter que me virar sozinha com uma filha [...] Eu tive que ir em frente [...]. Eu não tive o apoio de minha família, de ninguém. A gente pega um quilo de arroz joga no chão, a gente pode catar o arroz, mas quando põe na balança não tem mais um quilo. Vai está sempre faltando alguma coisa [...]. Eu não vou conseguir perdoar porque foi no momento que eu mais precisei do apoio deles e eles não me apoiaram [...] A gente se decepciona com a família [...] Eu choro porque eu fico magoada com isso e essa mágoa está aqui até hoje. Eu acho que não tem cura. (M-ATENA, 2007)

Para Moscovici (2003), as representações sociais duradouras se apresentam de forma tão arraigada, tão poderosas se tornam elas que é quase impossível suprimi-las. Nesta perspectiva, quando a família, considerada a maior fonte de apoio, não corresponde às expectativas, a mulher acaba por se sentir ainda mais isolada, visto que essa atitude vai de encontro ao senso comum que cria o substrato das imagens e sentidos da “família”. Vale salientar que a representação da família como fonte de apoio está ancorada na imagem da família ideal, em que todos os membros estão unidos e não há espaço para conflitos. No entanto, a família real não se apresenta necessariamente assim.

O estudo também mostra que as amigas constituem importante ponto de apoio para as mulheres em situação de violência conjugal.

Ela (amiga) também tem uma história de violência, tem uma compreensão muito ampla, sem julgamentos, sem nada. Chorou junto comigo. Então, isso é que dá um fortalecimento na gente: saber que tem gente que vai nos abraçar sem julgar [...] um atendimento não legalizado, informal, que fortalece a gente. (M-HERA, 2007)

Podemos, portanto, dizer que a solidariedade constitui um fator de fortalecimento para a mulher. E mais, a vivência de violência é representada como uma experiência que prepara o ser humano (notadamente os profissionais de saúde) para valorizar mais a história das mulheres, favorecendo uma escuta mais qualificada e um apoio mais sensível. Esta percepção também é respaldada por feministas.

Eu achava que as feministas iam me julgar, como algumas me julgaram. Não são solidárias. Elas acham que nós já estamos prontas, que nós somos mulheres anti-patriarcado. E não é. Mas, foi até bom porque eu exijo menos do processo de saída das mulheres em situação de violência. (M-HERA, 2007)

Eu sei que eu não sou a única feminista a ter sofrido violência [...] Estou fortalecida e vejo que posso fortalecer outras feministas que vivem em situação de violência... (M-AFRODITE, 2007)

O Movimento Feminista tem como bandeira a defesa dos direitos das mulheres, inclusive a uma vida sem violência. Contudo, elas mesmas não estão livres de sofrer violência nas relações com seus companheiros. Fica clara, nas falas, a ambivalência que há em assumir que dentro do movimento feminista também existe violência. Em geral, os discursos dessas mulheres apontam para um julgamento por parte de pessoas que não aceitam que elas vivam em uma situação de violência e permaneçam nela. Esses julgamentos são compartilhados pela sociedade como um todo, inclusive por membros do movimento feminista. Cabe ao movimento aceitar que qualquer mulher pode estar em situação de violência, e, portanto, pode necessitar de apoio.

Essas questões revelam a complexidade do fenômeno e a necessidade de metodologias criativas no sentido de tornar mais fácil para a mulher a compreensão do fenômeno e a percepção de estratégias para a desconstrução da relação de violência.

É importante o trabalho de grupos e mesmo da conversa com as mulheres que passam pela situação e com aquelas que já se encontram fora dessa situação para que digam que há possibilidades de ser feliz (M-HERA, 2007)

Entre os trabalhos de grupo viabilizados pelo *Deusa*, as oficinas vinculadas ao projeto de extensão da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia permitiram, às mulheres da comunidade, inclusive às entrevistadas, o compartilhamento de suas histórias com outras mulheres em situações semelhantes; o acesso a informações sobre os serviços existentes e suas atribuições; a possibilidade de perceber seu corpo antes e após as situações de violência; a oportunidade de refletir sua relação conjugal e familiar; o desafio de pensar saídas para não mais se permitir relações de violência.

Projetos de intervenção como esses constituem espaços de escuta, permitindo que as mulheres compartilhem suas histórias com outras mulheres que vivenciam ou já vivenciaram a violência conjugal. Com isso se torna mais fácil compreender a desigualdade de gênero e a naturalização dos papéis sociais, o que possibilita que a mulher se perceba em situação de violência, estimulando a reflexão.

[...] tudo que eu não fazia quando eu estava com ele, eu estou fazendo agora e hoje eu vejo que eu vivo melhor. Eu era uma pessoa que eu não tinha uma felicidade como eu sinto hoje. (M-AFRODITE, 2007)

[...] eu perdi minha auto-estima. Só vim recuperar no final do ano. Mas, essa evolução toda aconteceu depois que eu entrei no *Deusa*... Eu agradeço muito a Normélia⁵⁶ porque foi ela quem abriu a minha mente... Depois que eu comecei a vir participar das oficinas, que eu comecei a recuperar a minha auto-estima. (M-PERSEFONE)

Nos espaços das oficinas, foi possível encenar, no “como se”⁵⁷, histórias de vivência de violência conjugal. Aí as mulheres puderam compartilhar suas experiências e reconstruir as histórias, incluindo novas estratégias no sentido de aprender a buscar cenas de não violência. Essas cenas, construídas pelas mulheres no “como se”, eram uma forma diferente de olhar para as relações de violência e enfrentar os conflitos. Nesta perspectiva, as oficinas constituem uma estratégia de intervenção contra a violência conjugal.

⁵⁶ Coordenadora dos Projetos de Extensão vinculados ao Grupo de Pesquisa sobre Saúde da Mulher da escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia desenvolvidos no espaço do *Deusa* desde 1997 até a presente data.

⁵⁷ A expressão “como se” é o que acontece no cenário do psicodrama como se fosse realidade. É o universo que tenta indicar a realidade através do imaginário dramático representado (Ver MENEGAZZO, TOMASINI e ZURETTI, 1995).

As falas também mostraram que a estratégia das oficinas levou as mulheres a recuperar a auto-estima, permitindo-lhes tomarem consciência de seu valor pessoal, acreditar e confiar em si mesmas e, dessa forma, conseguir forças para tomar decisões e buscar saídas. E o *Deusa*, através de trabalhos com a utilização de metodologias criativas, se mostrou fundamental como elemento da rede social de apoio à mulher em situação de violência no processo de fortalecimento dessas mulheres, estimulando a reflexão e viabilizando o exercício de elas serem sujeitos de sua história, no sentido de vislumbrar horizontes na busca por uma vida sem violência.

O espaço das oficinas também é de grande significância na vida das mulheres, uma vez que as empodera de forma tal que elas passam a assumir o controle de suas vidas e aprendem a lidar com os conflitos conjugais.

Depois que eu vi que aquilo tudo era violência, então eu dei um basta. Comecei a mudar. Eu disse que eu não queria aquilo para mim. Eu disse a ele: “você fica no seu canto e eu fico no meu. A gente está junto de novo e está sendo do meu jeito, nada de me cobrar [...] Eu não me sinto mais violentada. Hoje em dia é até melhor nossa relação. (M-PERSÉFONE, 2007)

O único lugar que eu vim ter ajuda e a entender o que estava passando é aqui mesmo (Deusa) porque aqui eu aprendi como é, como é que faz, que nem tudo as mulheres tem que fazer e que nós mulheres não devemos aceitar a violência [...] Isso mudou muito minha relação. Melhorou. (M-HESTIA, 2007)

Ao se descobrirem imersas em uma conjugalidade marcada pela violência e decididas a não mais permitirem relações desrespeitosas, algumas mulheres decidiram continuar com seus companheiros: algumas conseguiram mudar a relação, enquanto outras resolveram buscar apoio na delegacia e denunciaram as agressões. Outras ainda optaram pela separação do companheiro.

O rompimento da relação com a separação foi uma sensação de alívio, como se eu tivesse tirado um peso de minhas costas. Mas, não foi fácil, foi difícil. Hoje vejo que eu sou uma mulher mais feliz. Eu diria para as mulheres que estão passando por violência que elas têm que ter, primeiramente, força de vontade, olhar primeiro pra si mesmo e refletir se aquela relação que ela está levando com esse homem está fazendo bem pra ela. (M-AFRODITE, 2007)

[...] depois que me separei é que consegui retomar minha autonomia, retomar minha auto-estima, ver horizonte, ver outras metas.(M-HERA, 2007)

Todavia, a separação por si só não representa o fim da violência conjugal para as mulheres, uma vez que elas podem vivenciar a violência em outra relação de conjugalidade, como foi o caso de *Circe*, que sofreu violência com os quatro companheiros, com os três primeiros inclusive a violência física e o de Medusa, com história de violência psicológica e moral com o primeiro companheiro e violência psicológica, física e sexual com o segundo. Mais uma vez salientamos a importância de espaços como o *Deusa* para que as mulheres falem de seus conflitos conjugais e pensem em outros meios de cessar a violência na relação. Da mesma forma, a metodologia utilizada respeita o sujeito, seu saber, sua história e valoriza o contexto familiar e social em que está inserido.

Dentro do processo educativo das oficinas, essas experiências permitem um movimento no sentido de perceber histórias de violência em suas vidas e de aprender estratégias de mudanças. Acreditamos, assim, que esse método é um caminho que possibilita à mulher refletir sobre sua história e encontrar sabedoria para assumir sua própria vida. Revela-se, portanto, o compromisso da enfermagem no cuidado com as pessoas, uma vez que essa experiência nos faz pensar acerca de um cuidado pautado na reflexão do conhecimento científico, do saber do senso comum e nas particularidades trazidas por cada mulher. Esse saber apreendido no senso comum se transforma em saber científico, orientando o cuidado que deve ser dado a mulheres em situação de violência, inclusive a partir de sua inserção nos currículos do curso da enfermagem, possibilitando a percepção da violência enquanto objeto da saúde e, por conseguinte, o reconhecimento da mulher em situação de violência como objeto de cuidado da enfermagem. A enfermagem tem papel fundamental no sentido de perceber a mulher no seu contexto familiar e social, identificar suas necessidades e, a partir daí, promover ações de promoção à saúde e prevenção da violência conjugal.

Esses espaços podem ser favorecidos pela união das Secretarias de Saúde, Ação Social e Educação, por exemplo, através da viabilização de ações articuladas entre a Estratégia Saúde da Família (ESF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e escolas da rede municipal e estadual. Pela valorização da integração universidade, comunidade e serviço de saúde, as instituições de ensino superior ocupam lugar privilegiado no sentido de integrar, ou até mesmo facilitar, essas articulações para

formação destes espaços nas comunidades, sobretudo aquelas que apresentam maiores índices de violência conjugal, podendo, mais tarde, constituírem espaços de ensino, pesquisa e extensão. Assim, o incentivo a projetos neste sentido também seriam relevantes. O Fórum de Combate à Violência de Salvador, por ser constituído de representantes governamentais e não-governamentais, representantes da comunidade e instituições de diversas áreas de atenção, assume papel importante no sentido de contribuir com as discussões. Conforme Carneiro e Gomes (2004), por integrar segmentos da sociedade das diversas áreas, o Fórum possibilita discussão mais complexa acerca da violência permitindo melhor compreensão.

4.3.2 Compreensão da construção social da desigualdade de gênero

A naturalização dos papéis de gênero é um dos elementos que encontra-se relacionado a vivência da violência conjugal. A compreensão acerca da construção social da desigualdade de gênero é indispensável para que mulheres e homens se percebam em vivência de violência e para que possam desenvolver comportamentos destituídos deste determinismo social, favorecendo a construção de relações conjugais sem violência.

Os papéis sociais são apreendidos como sendo inerentes à condição de ser mulher e de ser homem. Isso justifica o comportamento de cada um na relação conjugal e nos remete à compreensão da desigualdade dos papéis de gênero. Todavia, Oliveira et al. (2007) consideram que a quebra das atribuições sociais relativas ao que se espera de um homem e de uma mulher, com base nas expectativas de gênero, gera conflito na relação conjugal e permite a manifestação da violência.

A construção da identidade dos meninos se baseia na representação do homem enquanto detentor do poder sobre a família e cuja função consiste em manter economicamente a casa. A análise a partir da categoria gênero, com base nas representações do papel do homem como chefe de família nos dá a dimensão da importância social do emprego para este. Daí o desemprego a que estão expostos representar um fator de estresse na relação conjugal, favorecendo a violência.

[...] estava desempregado, nervoso, vendo todos que dependem de mim passar fome. Para piorar, a mulher ainda fica cobrando, te chamando de vagabundo, xingando. Aí perco a paciência. (H-ARES, 2007)

Vale dizer que, uma vez que tais representações são compartilhadas por toda a sociedade, mulheres e homens acreditam que o homem deve estar empregado ou ter qualquer fonte de renda, desconsiderando a situação econômica do país a que estamos submetidos. Para Moscovici (2003), o senso comum, estruturado pelas gerações passadas, continua a ser concebido como um estágio arcaico de compreensão acerca de um conhecimento que não mudou e que se propaga no decorrer da vida cotidiana, de modo que as pessoas não refletem sobre o conhecimento comum partilhado. Neste sentido, o que é uma problemática social e política de profundas raízes é reduzido a um problema de âmbito pessoal, que faz com que os homens sejam julgados e questionados acerca de sua capacidade e de seu papel enquanto provedor e chefe de família. Essa situação nos faz refletir acerca da violência psicológica que os homens em situação de desemprego vem cotidianamente sofrendo por parte de suas companheiras.

Guimarães e Almeida (2002) sinalizam que, com a crise no mundo do trabalho, os pais perdem seus empregos e as mães passam a ser as principais responsáveis pelo orçamento doméstico, colocando em questão a capacidade de seus companheiros de se colocarem no mercado de trabalho. Por conseguinte, a figura do pai real se distancia da figura paterna idealizada, comprometendo o espaço constitutivo dos vínculos familiares. Sarti (2002) afirma que não garantir teto e alimento desmoraliza o homem e abala a respeitabilidade por parte dos familiares, que não consideram as condições externas, sobretudo a instabilidade estrutural do mercado de trabalho.

Esse papel de provedor do homem encontra respaldo na divisão sexual das tarefas que o associa ao espaço público enquanto a mulher se acha vinculada ao âmbito do doméstico. Conforme Oliveira et al. (2007), as responsabilidades atribuídas à mulher, de cuidar da casa e da educação dos filhos, tem relação direta com a sua capacidade biológica de engravidar.

Nesta perspectiva, a identidade feminina se constrói ancorada no que ela aprendeu, ao longo dos anos, a reconhecer como inerente a sua condição biológica de ser mulher: casar, constituir família, ser responsável pela harmonia do lar; cuidar da casa, dos filhos e do esposo e lhe dever obediência. Os brinquedos também reforçam os papéis que devem assumir quando adultas: bonecas, que aguçam o desejo de ter filhos e cuidar destes; fogões

e panelinhas que introjetam nelas o “dom” de ser boas cozinheiras e donas de casas. Com relação a isso, Kiss, Schraiber e D’Oliveira (2007) assinalam que o casamento representa um projeto de vida feminino.

Neste contexto, não é fácil para a mulher abrir mão do casamento, mesmo quando ele é permeado por relações violentas, uma vez que este lhe assegura um conjunto de papéis socialmente esperado e para os quais ela se preparou durante toda uma vida. A valorização da instituição casamento é compartilhada pela sociedade de tal forma que a mulher é aconselhada pela própria família a permanecer no casamento, independentemente das relações estabelecidas entre os pares, acabando por reforçar o dito popular de que “ruim com ele, pior sem ele”.

[...] pensava em me separar dele, mas tinha sempre aquele negócio da família ficar se metendo que não era para se separar [...] É aquela família que quer morrer ali apanhando, mas não quer separar do marido. (M-ATENA, 2007)

Muitas famílias não apóiam a separação. Acham que porque a pessoa casou com aquele homem, por mais que o homem não preste, que bata, acham que ela tem que ficar com aquele homem. (M-AFRODITE, 2007)

Segundo Moscovici (2003), as representações sociais, por estarem enraizadas na cultura, constituem uma realidade social *sui generis* que a cada dia toma corpo. Daí a representação do casamento indissociável. Essa representação, sustentada pela expressão bíblica “a mulher sábia edifica a casa, mas a tola a destrói”, expõe a mulher à crítica e ao julgamento da sociedade pelo rompimento do casamento, fazendo com que ela se sinta fracassada por não ter conseguido manter a união familiar.

Percebe-se, assim, que o casamento confere à mulher aceitação social. A fim de preservar a instituição família e atender à sua função no casamento, as mulheres declaram “*gostar do companheiro*”.

Eu não saia da relação porque eu gostava dele. É difícil a denúncia porque você vai denunciar alguém que você gosta. Ele sabia que eu gostava dele e que eu não ia fazer nada contra ele porque ele é o pai dos meus filhos. (M-AFRODITE, 2007)

O discurso revela que a sociedade não admite a exposição da figura do pai de seu filho. De acordo com Minayo (2004) e Almeida (2005), as representações sociais

consistem na reprodução das percepções dos sujeitos, inseridos num determinado contexto, acerca de uma realidade. Essas percepções são consideradas consensualmente importantes no sentido de explicar, justificar ou questionar o mundo, já que determinam os comportamentos e práticas do indivíduo ou de um determinado grupo, orientando a forma como agem. Neste sentido, não denunciar o pai do seu filho e “*gostar do companheiro*” estão no senso comum das pessoas e são justificadas pela função social da esposa na família ideal, onde todos se amam e não há conflitos relacionais. Para Moscovici (2007), o senso comum é um pensamento social por excelência, justamente por ser o mais compartilhado e o mais utilizado cotidianamente em qualquer sociedade.

O “*gostar do companheiro*” também guarda relação com o isolamento a que as mulheres são submetidas, deixando-as ainda mais reféns dos seus agressores e inibindo horizontes de saídas.

[...] a maneira de afastar a gente das amizades, da família, afastando a gente do mundo, da vida pública é uma maneira que o homem tem de fazer você ficar isolada para que quando aconteça a situação de violência você não tenha apoio. Eu ia desabafar com quem? Ele acabava sendo, ao mesmo tempo, o agressor e o acolhedor [...] É uma coisa meio esquizofrênica [...] A gente chega a loucura [...] É uma tortura [...] Eu sofria. (M-HERA, 2007)

A vivência da violência psicológica destrói a auto-estima e desencadeia sintomas emocionais que comprometem a saúde mental. Jacobucci (2004), associando o Minnesota Multiphasic Personality Inventory, que permite avaliar traços da personalidade, ao Beck Depression Inventory, recurso para avaliação da depressão, revelou que mulheres em situação de violência manifestam isolamento afetivo, baixa auto-estima e uma imensa dificuldade na resolução de conflitos através do diálogo. Estudo de Mattar et al. (2007) mostrou a associação entre a ocorrência de violência doméstica e o risco de depressão, utilizando o Abuse Assessment Screen e o Edinburgh Postnatal Depression Scale, sendo o primeiro criado para rastrear situações de violência sofridas pela mulher e o segundo, um instrumento de auto-avaliação do risco de depressão que permite antecipar quais mulheres terão a possibilidade de apresentar depressão, facilitando a intervenção terapêutica.

A mulher isolada em casa tem menos chances de receber apoio de amigos ou de instituições, o que aumenta sua vulnerabilidade. O fato de a relação conjugal ser representada como algo que diz respeito apenas ao espaço privado reduz ainda mais as possibilidades de a mulher ser ajudada.

Para mim, a policia não têm que ficar se metendo nisso não
(H-APOLO, 2007)

[...] se resolve dentro de casa mesmo. (H-ÉDIPO, 2007)

Para Moscovici (2003), a força de uma representação é resultante da estrutura preestabelecida e da tradição, que decreta o que deve ser pensado. Assim, a representação de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” atravessou gerações e se mantém até os dias atuais. Isso favorece a naturalização da assimetria na relação conjugal, em que a mulher ocupa uma posição subalterna.

Acho que a violência só acontece por causa dele e não por causa de nós mulheres porque a gente faz as coisas tudo direito que eles mandam. A gente obedece ele. (M-DEMÉTER, 2007)

Nós vivemos segundo a Lei de Deus e nela a mulher tem que obedecer seu marido, o homem que ela escolheu viver.
(H-APOLO, 2007)

Por ser uma construção social, a representação do poder dos homens de controlar as ações e comportamentos de suas companheiras é compartilhada tanto pelos homens como pelas mulheres.

Um dos precipitadores das ações de violência é o receio de traição por parte da mulher. No TALP, a *traição* aparece como elemento do núcleo central da representação de mulheres acerca da violência conjugal, constituindo a parte mais permanente da representação e, portanto, a mais resistente à mudança. As entrevistas também mostram o receio dos homens de ser *traídos*, dando margem à violência conjugal.

A mulher também provoca, não faz o que o homem quer... fica andando com outros homens na rua, daí o homem não se controla. É melhor dar um jeito logo nisso senão o homem acaba sendo mal falado na comunidade, e aqui as coisas voam rápido, a gente fica com a moral lá em baixo.
(H-HÉRCULES, 2007)

[...] eu trancava ela em minha casa porque ela não tinha boas amizades [...] Se eu deixasse ela andar com essas meninas, ela ia querer se comportar igual e eu ia ficar com fama de corno. (H-HERMES, 2007)

As falas mostram que os homens temem passar para a sociedade a idéia de que são incapazes de controlar as ações e condutas de suas companheiras, o que denegriria sua imagem masculina. De acordo com Moscovici (2003), a realidade é determinada por aquilo

que é socialmente aceito como tal. Neste sentido, o homem e a sociedade acreditam que a mulher dever ser controlada e punida quando não obedece ao companheiro ou o expõe.

Um dos casos de violência conjugal mais bárbaros, que felizmente não resultou em morte, aconteceu esse ano em Vilas do Atlântico (BA), cidade próxima a Salvador e também teve como “justificativa” a traição. Segundo Fraga (2009), o crime aconteceu na casa do casal, na frente das empregadas domésticas, na madrugada da sexta-feira, 26 de junho de 2009, quando o homem, exigindo que a esposa confessasse a traição, a torturou e tentou assassiná-la. Ele foi preso segunda-feira, 29 de junho de 2009, por uma equipe da Coordenação de Operações Especiais da Polícia Civil (COE), na região de Simões Filho. A vítima, que foi obrigada a comer fezes, sofreu queimaduras de cigarro, água fervente, golpes de jiu-jítsu, levou facadas, dois tiros, e teve os dedos das mãos cortados, foi socorrida pelo SAMU e levada para o Hospital Geral do Estado (HGE), sendo depois transferida para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Espanhol. O caso nos faz refletir acerca do papel que têm os serviços de saúde, públicos e privados, com a identificação, cuidado e encaminhamento das mulheres em situação de violência que dão entrada nesse setor, bem como com a formação dos profissionais, que devem ser mais bem preparados na graduação. Segundo testemunhas, o casal estava junto há três anos e eram constantes as agressões, embora a mulher nunca tenha denunciado as ocorrências. Esta situação é exemplo do ciclo da violência conjugal e reforça o compromisso do setor saúde, uma vez que nem todos os casos chegam às delegacias: são esses que, mais provavelmente, darão entrada nos serviços de saúde.

A traição, por muitos anos, serviu de argumento para justificar a violência na relação conjugal e até mesmo os assassinatos. Segundo Blay (2003), com base nesse argumento, os homens eram absolvidos da responsabilidade criminal porque o fariam “em nome da honra”. Segundo Guedes et al. (2007), um dos principais fatores desencadeadores das agressões é o ciúme, na maioria das vezes infundado: o homem trai e tem medo que a mulher faça o mesmo. É importante considerar que mesmo as ações da mulher consideradas inapropriadas para o companheiro não justificam a violência praticada, com privação de liberdade, agressões verbais e físicas em nome do amor e do ciúmes, e sinaliza para a necessidade de se trabalhar a valorização do homem enquanto sujeito capaz de fazer escolhas e, dessa forma, decidir se deve ou não permanecer em uma relação onde há desconfiança. Além disso, é importante considerar que os atos violentos constituem ações criminosas e, portanto, devem ser passíveis de punição legal.

A traição é o rompimento de um contrato. No âmbito conjugal, a traição representa a quebra de uma relação de confiança e, por isso traz *dor* para os sujeitos envolvidos. Todavia, há um olhar social de naturalização para os homens infiéis. Já as mulheres ainda são vistas como imorais e libertinas e, portanto, merecedoras de punição. Desta forma, o desafio está, justamente, na capacidade dos homens de não agir no sentido de dar uma resposta a sociedade, e sim a si mesmo; na capacidade de refletir o que é melhor para si e assim conseguir manter o seu mais valioso bem: a honra. A honra pelo sentimento de que foi honesto e íntegro; a honra pela maturidade de fazer suas escolhas e também de aceitar a decisão do outro; a honra pela capacidade de ser digno consigo mesmo o que oportuniza um crescimento pessoal. Sinalizamos a necessidade de espaços que permitam a homens e mulheres resignificar a honra.

Ainda com relação ao controle dos homens sobre as mulheres, as entrevistas masculinas coincidem com os discursos das mulheres.

[...] eu só ficava dentro de casa trancada, não podia sair, não podia ver minha família.. não podia ver ninguém que ele achava que eu tinha obrigação de ficar dentro de casa. Quando a gente tava se separando, ele não queria separar, ele veio em cima de mim empurrando, batendo, dando tapa, murro (M-CIRCE, 2007)

Eu não podia dizer: “eu não quero”. Se eu falasse era motivo dele me bater. Eu me sentia, assim, você está ali sendo mandada por uma pessoa que você não pode dizer “não” que você não tem voz ativa pra dizer: “eu não quero” (M-DEMÉTER, 2007)

Vale dizer que, na maioria das vezes, a violência conjugal envolve os membros da casa, sobretudo os filhos, desencadeando a violência doméstica:

[...] só por abuso de poder, ele me obrigou a lavar o lençol e eu tive que secar no ferro. Isso com a arma apontada. Ele pegou a arma e começou a rolar o tambor: “Que ver que vou esvaziar essa arma toda em cima de você?” Os meus dois filhos presenciaram isso. Ele chegou pra o menino e falou: “não tô brincando não, viu? Vocês podem, amanhã, ser órfãos”. Senti vergonha e me senti pequena. Me senti parecendo aquelas crianças quando o pai diz: “faça isso!” E você tem que fazer sem poder argumentar nada, sem poder questionar nada porque senão você leva uma porrada. É uma situação que infantiliza a gente. Eu me olhava no espelho: “cadê a mulher que pensa tanto?”. Mas, nesse momento, você fica impotente mesmo. (M-HERA, 2007)

Fica clara a relação de poder estabelecida entre homens e mulheres, em que o masculino ultrapassa todos os limites de respeito à autonomia do feminino. Todas essas situações de desrespeito à vontade e à liberdade do outro também ficaram evidentes no TALP, que revelou a existência do elemento normativo *falta de respeito* no núcleo central da representação feminina, apontando para o julgamento valores do que não deve ser feito. Conforme Abric (2000), esse elemento está ligado às condições históricas e ideológicas e, por isso, desempenha um papel mais estável na representação. Desta forma, essa representação é naturalizada, garantindo a continuidade de relações de supervalorização do masculino em detrimento do feminino, tanto dentro da família quanto fora dela. Com relação a isso, Moscovici (2003) considera que quanto menos pensamos, quanto menos conscientes somos, maior se torna sua influência. Desta forma, as práticas sociais de desrespeito conjugal, vigentes até os dias atuais, se ancoram na representação do poder masculino sobre o feminino.

Neste sentido, a compreensão da construção da desigualdade entre homens e mulheres, como processo cultural e não biológico, é um dos elementos importantes para a ruptura da relação de violência conjugal, devendo ser analisado sob a perspectiva de gênero. Contudo, esta compreensão, por si só, não garante que a mulher não sofrerá violência, uma vez que este fenômeno tem base fortemente cultural. Este entendimento é essencial para refletirmos a respeito da vivência de violência conjugal por parte de mulheres envolvidas nos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, sobretudo no que se refere à dificuldade de enfrentamento do fenômeno.

Ser feminista e sofrer violência foi uma coisa horrível [...] Escondi durante o tempo todo, por vergonha mesmo, vergonha de não ter denunciado [...] Como é que você aconselha as mulheres de denunciar e não consegue denunciar?(M-HERA, 2007)

O feminismo tem como uma de suas bandeiras de luta, lutar contra a exploração e opressão das mulheres e eu como me dizia feminista, eu tinha vergonha de dizer pra outras feministas [...] Hoje, eu já não tenho. (M-AFRODITE, 2007)

A compreensão da construção social da violência conjugal com raízes profundas na desigualdade de gênero nos permite melhor entender por que as mulheres, mesmo as que têm conhecimento sobre os direitos femininos, não estão imunes à vivência da violência na relação conjugal. Para Moscovici (2003), a ancoragem e a objetivação estão associadas ao processo de naturalização da novidade. Desta forma, os novos saberes se relacionam com

os saberes mais antigos, possibilitando transformar as representações e gerar um novo saber consensual. No caso das mulheres entrevistadas que integram o Movimento de Mulheres, os novos saberes se entrelaçam com o conjunto de normas, valores, crenças, imagens, opiniões e atitudes que constituem sua história, não necessariamente favorecendo transformações nas representações capazes de reorientar seu comportamento na relação conjugal.

É importante ressaltar que mulheres, e também homens, permanecem na relação de violência sem adotar qualquer estratégia para encontrar uma saída. Essa situação já vem sendo incorporada nos documentos oficiais. Brasil (2008b) afirma que quando o lado mais fraco se submete às imposições do outro, sem reagir, alimenta a situação de violência. Por sua vez, o lado mais forte tende a não reconhecer a existência de conflito, o que também é uma forma de violência.

O fato de os homens não se perceberem em situação de violência pode estar ancorado nas representações que eles têm acerca do que seja o fenômeno.

Violência pra mim é bater. E isso eu não faço. (H-TESEU, 2007)

[...] ela sabe que se eu prendo, tranco ela é para o bem dela. Nem sabia que isso era violência e para mim vai continuar assim. O pior seria se eu batesse, machucasse ela [...] E ela sabe que tudo isso é para o bem dela. E nem eu nem ela acha ruim. (H-APOLO, 2007)

As falas trazem explícita a imagem que o homem faz de si de dono e protetor da mulher. Percebemos igualmente, na representação masculina, que a violência é tida como agressão física. Os homens também demonstram reconhecer a denúncia como estratégia da mulher de combater a violência, embora sua representação acerca da violência oriente as situações que devem ou não demandar a busca pelo serviço.

Eu acho que a denúncia deve ser feita quando a agressão for muito grave, como se eu tivesse dado um murro na cara dela e precisasse fazer cirurgia. (H-ZEUS, 2007)

[...] não é todo homem que precisa ser denunciado, só em casos que não tem jeito mesmo [...] que o homem vive batendo na mulher todo dia, porque daí ela pode até morrer. (H-ARES, 2007)

No TALP, a palavra *tapa* constitui único elemento do sistema periférico da representação masculina acerca da violência conjugal. A palavra *agressão*, comum na

representação elaborada tanto por mulheres quanto por homens, aparece como elemento intermediário presente na representação feminina e constituindo o núcleo central da representação masculina, juntamente como o elemento *matar*, dando consistência à expressão da violência conjugal. As entrevistas qualitativas permitiram mostrar a representação masculina acerca da violência conjugal no que tange aos elementos *agressão física, tapa e matar*, demonstrando que os homens representam a violência conjugal apenas enquanto agressão física, não percebendo outras expressões. Por não perceber que suas ações são violentas, os homens, quando denunciados, não entendem porquê estão sendo interrogados ou punidos, já que não têm consciência da prática criminosa.

Parece estranho, mas muitas mulheres também não se percebem em situação de violência.

[...] para mim quando falava violência era só a física, não tinha os outros tipos de violência. Depois que eu vim ver que isso que ele fazia comigo era violência e violência das brabas (M-PERSÉFONE, 2007)

[...] porque eu não sabia nada [...] Ele me xingava, me maltratava, ele me batia, me dava tapa., me empurrava [...] para mim era besteira. Não era nada demais. (M-CIRCE, 2007)

De acordo com as falas acima, em muitas situações mulheres e homens não se percebem vivendo relações conjugais violentas. Para Gomes et al. (2007), nos espaços de formação social, como a casa, a escola e a igreja, as crianças aprendem os atributos do masculino e do feminino, incorporam como verdade e reproduzem nas relações com suas companheiras e filhos, fazendo com que o poder do homem de dominar a mulher se perpetue nas gerações seguintes. Conforme Gomes e Diniz (2008b) e Sullca e Schirmer (2006), a aceitação da submissão da mulher como algo inerente ao feminino, além de dar margem à construção da violência dificulta sua identificação. Na visão de Moscovici (2003), essa invisibilidade não se deve à falta de informação, mas à fragmentação preestabelecida da realidade, que faz com que algumas coisas sejam visíveis e outras invisíveis, como se não estivéssemos conscientes do óbvio, do que se encontra diante dos nossos olhos, como uma percepção eclipsada.

Na relação sexual também se percebe que os homens têm o poder sobre as mulheres, poder de decidir sobre suas vidas, sua sexualidade, seu corpo, inclusive no que

se refere ao ato sexual, acreditando ser este um dos deveres da mulher enquanto esposa, conforme veremos adiante:

[...] antes eu não sabia que quando ele me forçava a ter relação sexual era violência. Eu achava normal., que eu tinha obrigação de fazer. A maioria das mulheres pensam isso [...] Algumas amigas sempre falam isso: “mas é marido, tem o direito dele de marido” (M-GAIA, 2007)

Até para transar, às vezes me pegava a pulso, queria me usar por detrás, me forçou a isso [...] Eu sentia nojo dele [...]. Mas nunca pensei em denunciar ele porque eu não sabia que eu podia denunciar ele por causa disso porque eu pensava que fosse do sexo mesmo, que era obrigação minha. (M-MEDUSA, 2007)

O TALP revelou que o *estupro* constitui elemento que integra o sistema periférico da representação de mulheres acerca da violência conjugal. Entretanto, ele não aparece entre os elementos que constituem a representação de homens acerca da violência conjugal. Vale afirmar que este resultado pode estar associado ao fato de que as mulheres entrevistadas participaram de espaços de discussão acerca da violência doméstica, por meio das oficinas já citadas, em que se trabalhou a desconstrução dos atributos de gênero, inclusive a temática violência sexual, de modo que estas informações possivelmente interferiram, transformando as representações femininas. Conforme Boas e Souza (2007), a aquisição de novos conhecimentos se articula transformando as percepções e os valores do grupo acerca de um objeto, de modo que permite modificar as representações.

Para muitas pessoas, o casamento funciona como um contrato onde o homem fornece alimento e moradia e a mulher, o trabalho doméstico e o acesso de seu corpo ao companheiro, que, como dono, pode fazer o que quiser (GUEDES et al., 2007). A violência nas relações conjugais interfere na prevenção de DSTs/HIV, uma vez que neste caso as mulheres têm dificuldade em negociar o uso da camisinha nas relações sexuais com seus companheiros, o que torna ambos vulneráveis à contaminação por DSTs/HIV (GOMES, 2000). Para Queiroz (2002), é comum o fato de os companheiros obrigarem as mulheres a terem relações sexuais, ainda que estas não desejem ou estejam doentes. Em seu estudo com puérperas, Mattar et al. (2007) encontraram história de estupros praticados pelo companheiro contra a mulher durante a gravidez. Isso acontece porque a mulher se vê como objeto das necessidades sexuais masculinas, visão que é compartilhada também pelos homens, já que se trata de uma construção social (GOMES; DINIZ, 2008b).

Moscovici (2003, p. 35) afirma: “nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções”. Assim sendo, a crença de que a mulher tem a obrigação de manter relações sexuais com o esposo, fortemente ancorada nesta sociedade patriarcal, dificulta o reconhecimento do estupro praticado pelo companheiro.

Segundo delegadas das delegacias da mulher, é mais fácil a identificação da mulher como vítima nos casos de violência sexual praticada por estranhos (KISS, SCHRAIBER e D’OLIVEIRA, 2007). Boas e Souza (2007) consideram que é impossível desconsiderar o contexto sócio-histórico nas representações sociais, mas acreditam que seu conteúdo pode, em outro momento, evoluir para um novo estado com elementos modificados, por conta da transformação das representações. Neste sentido, é importante se pensar em estratégias que permitam visibilidade da violência sexual na relação conjugal, sobretudo no que tange à garantia de medidas para anticoncepção, o que contribuirá para a redução dos índices de abortos provocados pela vivência de violência.

Vale salientar a importância da percepção da mulher da vivência de violência no sentido de decidir quebrar ou não o silêncio que permeia as relações conjugais violentas e, assim, viabilizar o processo de tomada de decisões. As falas femininas mostram isso:

Para sair da violência, primeiro eu tive que me perceber vivendo a violência para depois sair, porque enquanto a gente não perceber que vive violência a gente nunca vai sair porque a gente sempre vai achar que é normal. Eu achava normal a forma como ele me tratava. (M-AFRODITE, 2007)

Fica claro que a permanência na conjugalidade tem relação direta com a naturalização da desigualdade de gênero. Nesta perspectiva, torna-se essencial um espaço que acolha a mulher com uma escuta que possibilite, além da percepção da vivência de violência, uma maior compreensão acerca deste fenômeno, o que foi viabilizado pelas oficinas.

Se eu soubesse na época que eu sofria violência, eu tinha denunciado [...] A delegacia serve para encaminhar as mulheres para o centro de referência Loreta Valadares e para levar se preciso para a casa abrigo. (M-PERSÉFONE, 2007)

O Deusa é muito importante pra gente, para as mulheres que sofrem violência, tiro por mim. Naquele tempo, eu não sabia onde denunciar, eu ia em qualquer delegacia. Agora, eu sei que é na DEAM e eu sei como chegar lá [...] Depois que eu comecei a frequentar o Deusa, a mente abre, a gente conhece muita coisa, muita coisa mesmo. (M-CIRCE, 2007)

Assim, a percepção da vivência de violência passa pelo espaço que lhes permitiu reconhecer tais situações. As informações reduzem a estranheza acerca do “novo”, proporcionando familiaridade e, assim, ancoragem deste “novo”, processo que, segundo Moscovici (2003), tenta colocá-las em um contexto familiar. Desta forma, percebe-se que o *Deusa* permitiu às mulheres familiarizarem-se com o estranho. Entretanto, dificilmente esta evolução se dará em um primeiro contato, orientando para a necessidade de acompanhamento, pois esse processo vem se dando de forma lenta e contínua, respeitando o tempo de cada mulher se perceber e desejar transformar seu cotidiano. Nesta perspectiva, podemos perceber, através das falas das mulheres, que as questões de gênero trabalhadas nas oficinas constituem um elemento para que as mulheres se fortaleçam e tomem decisões.

[...] essa questão de colocar o homem no centro das coisas [...] A vida da gente é em função disso. É essa a mentalidade da sociedade [...]. Para que a mulher saia dessa situação de violência é preciso ter o conhecimento que as coisas que podem ser construídas, podem ser desconstruídas. (M-HERA, 2007)

Eu diria para as mulheres que não saíam ainda que a vida é uma roda gigante [...]. Se não tomar uma posição para sair disso, a gente vai continuar sempre em baixo. E a gente não deve ficar em cima nem em baixo. A gente tem que ficar no meio. (M-PERSÉFONE, 2007)

Eu acho que antes eu não vivia. Hoje, eu posso sair, posso chegar, não devo satisfação a ninguém, posso fazer o que eu quero, visto a roupa que eu quero, passo lápis de olho, passo batom, que essas coisas que ele não gostava que eu fizesse e tudo isso eram formas que ele estava me violentando, mas eu não sabia que estava vivendo situação de violência [...]. Quando eu comecei a perceber que não era normal, tive que dá um basta. (M-AFRODITE, 2007)

A mudança de comportamento das mulheres passa pela mudança das representações de um determinado grupo sobre o fenômeno. Para que ela ocorra, é preciso que o grupo disponha de recursos que lhe permitam criar novas opiniões sobre o objeto (VALA apud SÁ, 1996). Assim sendo, as falas mostram uma compreensão mais clara acerca do fenômeno, de modo que elas conseguem fazer analogia a partir da criação de metáfora: “*a vida é uma roda gigante... e a gente não deve ficar em cima nem em baixo, a gente tem que ficar no meio*”. Aqui, a mulher expressa a igualdade de direitos entre

homens e mulheres. Essa percepção reorienta a conduta diante da relação permeada pela violência, favorecendo a mudança de comportamento, manifesto a partir do exercício da autonomia sobre seu corpo: “... *posso fazer o que eu quero, visto a roupa que eu quero, passo lápis de olho, passo batom, que essas coisas ele não gostava que eu fizesse*”.

Desta forma, o processo educativo desenvolvido com mulheres no espaço da comunidade, através das oficinas realizadas no *Deusa*, permitiu que as histórias protagonizadas no “como se” ganhassem ressonância em todo o grupo – protagonista e platéia -, dando oportunidade às mulheres de repensarem suas vidas. Não nos limitamos a educação como informação mas buscamos trabalhar a afetividade, o repensar social e o confronto com outras histórias. Esses espaços podem ser articulados com instituições de ensino superior mediante projetos de extensão.

Também consideramos importante a discussão da construção social da desigualdade entre homens e mulheres nos espaços de formação, fazendo valer as recomendações da Lei 11.340, que prevê “destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero”. O Ministério da Educação ocupa uma posição estratégica, não apenas no sentido de viabilizar a adequação dos materiais didáticos, mas também de melhor preparar seu corpo docente, contando para isso com o apoio das instituições de ensino superior, sobretudo dos grupos de pesquisas que trabalham a temática violência doméstica, tanto de caráter consultivo como por meio de ações de intervenção propriamente ditas, a exemplo dos projetos de extensão.

Além destas estratégias, acredito que a veiculação acerca da temática nos meios de comunicação deva ser incentivada, por meio de propagandas e programas de televisão e rádio, a fim de que estas questões estejam mais presentes no cotidiano das pessoas, favorecendo a familiaridade com estas informações e sua objetivação e, por conseguinte, a transformação das representações acerca da violência conjugal.

4.3.3 Capacidade de resolução de conflitos de forma pacífica e respeitosa

A incapacidade de resolver de forma pacífica os conflitos que se apresentam no dia-a-dia é responsável pela violência nas relações interpessoais. Na violência conjugal, o outro sujeito da relação responde por meio da violência aos conflitos na conjugalidade.

Assim, fazem-se necessárias estratégias pacíficas de resolução de conflitos para o enfrentamento da violência na relação conjugal.

A partir da entrevista, pudemos perceber que homens e mulheres respondem à violência com violência.

[...] ela também grita, bate, xinga, fala mal do homem. Aí, a cabeça fica quente e a pessoa estoura e ocorre a violência. (H-ZEUS, 2007)

Sei que a agressão é grave, mas acontece porque está todo mundo de cabeça quente [...] Mulher também bate, tanto que ela me esfaqueou depois de uma briga que aconteceu. (H-HEFESTO, 2007)

[...] a gente discutia por qualquer coisa. A gente tava perdendo o respeito um com o outro. Se ele me xingava, eu xingava ele, se ele me bateu, eu descontei. Todos os dois estavam errados (M-ATENA, 2007)

[...] eu mesmo, sou pavio curto. Se eu tiver com um revólver, eu atiro; se eu tiver com uma faca. Eu não tô nem aí, nem que depois eu vá pra casa de tia DETE (detenção). (M-ÀRTEMIS, 2007)

Neste sentido, homens e mulheres que ao longo de suas vidas não aprenderam a dialogar e nem conhecem outra estratégia pacífica para o enfrentamento e a resolução de seus problemas quando se deparam com situações de conflito respondem com violência à violência.

Essas falas vêm de encontro à representação do homem como agressor: pois a dificuldade de se relacionar, de compreender, de dialogar, de respeitar o outro enquanto sujeito não é um atributo do masculino ou feminino. O estudo mostra que a compreensão da violência na relação conjugal não deve se restringir à percepção do homem como agressor e da mulher como vítima. Com relação a isso, Gomes (2003b) considera que, embora muitos autores a desloquem em um único sentido, a violência conjugal deve ser compreendida em uma perspectiva relacional.

Vale dizer que embora ambos estejam em situação de violência, os elementos da representação de homens acerca da violência conjugal sinalizam que não há uma percepção destes na condição de vítimas. Em sua fala, Hefesto deixa claro a agressão física praticada por sua companheira. Embora os discursos revelem apenas a violência física, sabemos que outras formas de violência coexistem permeando as relações conjugais e que também repercutem em adoecimento, inclusive psicológico, para os homens. Necessário se faz o

estabelecimento de vínculos e de relações de confiança para que os homens se percebam em situação de violência e que expressem como essa vivência interfere em suas vida.

Compreendemos, assim, a necessidade de mais estudos que levem em consideração que em uma relação de violência conjugal ambos agredem e são agredidos, sendo notável o sofrimento tanto para as mulheres quanto para os homens, de modo que também se deve enfocar o modo como são construídos os relacionamentos. Resultados do estudo de Diniz et al. (2003b) demonstram que embora representem os homens como agressores na relação conjugal, homens e mulheres são igualmente apontados como autores da agressão e na mesma proporção, chamando a atenção para espaços que dêem ao casal a oportunidade de pensar em uma relação mais solidária e equitativa.

De fato, a violência do homem contra a mulher vem provocando maior repercussão e requerendo maior atenção por parte de pesquisadores, gestores e da mídia em geral, guardando relação com os altos índices de mulheres que chegam aos espaços de saúde, às delegacias, ao setor jurídico. Infelizmente, muitas continuam a ser assassinadas ou sofrem tentativas de homicídio por parte de cônjuges ou ex-cônjuges, colocando a violência conjugal como problema de saúde pública. Esse contexto nos permite compreender a força da representação do homem como agressor e vilão.

Segundo o que dizem mulheres e homens em suas entrevistas, esta situação está associada ao melhor condicionamento físico dos homens e à menor capacidade de defesa das mulheres.

Eu já sofri violência com o meu companheiro [...] Ela já tentou me bater [...] eu também fui em cima dele. Mas, a mulher nunca tem a força que o homem tem. (M-CIRCE, 2007)

Ela também não deixa barato, revida e machuca também [...]. Mas, sei que não é tão forte como eu. (H-CADMO, 2007)

Segundo Alvim (2005), os estudos já vêm demonstrando que o homem também é alvo da violência conjugal. Todavia, geralmente, a mulher é socialmente absolvida, pois no imaginário, ela é frágil em relação ao homem, forte e dominador.

Estudo qualitativo realizado em João Pessoa (PB), na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher entre janeiro e maio de 2006, com mulheres que sofreram violência conjugal, mostrou que estas reconhecem que seus parceiros exercem poder sobre elas, e esse poder está centrado na força física dos primeiros (GUEDES et al., 2007). Todavia,

ainda que o condicionamento físico favoreça o masculino, a violência tem caráter relacional e se dá de forma recíproca. Assim, em uma relação de violência conjugal não há espaço para o olhar de causa e efeito, agressor e vítima, uma vez que há um envolvimento do casal, cada um lançando mão dos recursos que têm.

Nesta perspectiva, a relação conjugal se caracteriza pelo desrespeito e se organiza em torno de conflitos, em que um não escuta o outro e descobre a forma de atingi-lo, sendo as causas das agressões constantes (GOMES e DINIZ, 2008a; GOMES e DINIZ, 2008b). Essa lógica de enfrentamento da violência pela violência, sobretudo pela violência física, desvela a incapacidade de se comunicar, de resolver os conflitos.

Conforme Brasil (2008b), o conflito faz parte da condição humana e se manifesta quando opiniões, desejos, valores e/ou necessidades entram em desacordo. Muitas vezes, confunde-se conflito com briga, sendo que a briga é uma resposta ao conflito. E acontece para anular os conflitos da relação conjugal.

No TALP, a palavra *briga* é elemento da representação da violência conjugal compartilhado por mulheres e homens, constituindo elemento do núcleo central das representações femininas e, portanto, associada a causa da violência. Somente por meio da alteração deste elemento é que se alcançaria transformação da representação em busca de relações conjugais mais respeitadas. *Briga* também constitui elemento intermediário das representações masculinas.

Por meio das falas, podemos notar que a *briga* deixa ambos de “cabeça quente”, o que está diretamente relacionado com o elemento *raiva*, constituinte da representação sobre a violência conjugal elaborada por mulheres e homens, sendo elemento intermediário das representações femininas e elemento que constitui sistemas periféricos das representações masculinas.

Estudo desenvolvido por Paredes, Saul e Bianchi (2006) sobre a representação social de comportamento agressivo mostrou que na visão dos sujeitos a agressão está relacionada com o ato gratuito, de modo que quando há motivo se justifica a ação violenta. No entanto, vale salientar que a *briga* motivada pela *raiva* pode tomar proporções dantescas, como podemos evidenciar nas falas de Hefesto: “*ela me esfaqueou depois de uma briga*” e de Ártemis: “*Se eu tiver com um revólver, eu atiro*”. Assim sendo, é importante refletir sobre o limite dos atos violentos para os sujeitos do estudo. Para Muller (2006, pg. 68), a violência é um “sinal de que aqueles que se entregaram a ela não foram capazes de encontrar limites; estão simultaneamente pedindo para que lhe sejam impostos

limites”. Moscovici (2003) considera que nossa mente é influenciada pelos efeitos de condicionamentos anteriormente impostos pelas representações. Neste sentido, o limite da não-violência para o grupo de homens e mulheres estudado guarda relação com o contexto em que está inserido, sobretudo pelo convívio com a violência nos diversos espaços de formação: família, escola, comunidade.

No entanto, a *raiva* não justifica ações violentas, sendo necessárias estratégias que ajudem as pessoas a encontrar meios de transformar esse sentimento a partir do resgate de valores morais básicos como a benevolência, vontade de fazer o bem, e a não maleficência, não desejar o mal a outrem. Penteadó et al. (2008) defendem que o cidadão cuja ação humana é guiada pelos princípios bioéticos deve ser, antes de tudo, admirado, e sua atitude, encorajada e ensinada.

As falas também encontram associação com a palavra *ignorância*, presente no sistema periférico da representação da violência conjugal, revelada no TALP. Conforme as representações femininas, os homens utilizam a agressão física por não ter aprendido a enfrentar conflitos por meios pacíficos.

Ser pacífico não significa ser passivo. Enquanto o primeiro é uma oposição à violência a partir, por exemplo, de mobilização social em busca de paz; o segundo tem caráter de alienação em geral causada pelo medo das conseqüências do enfrentamento (BRASIL, 2008b). Assim, chamamos a atenção para a capacidade dos sujeitos de resolverem seus conflitos por meios pacíficos, sobretudo a partir do diálogo.

As entrevistas femininas e masculinas sinalizam que a capacidade de estabelecer diálogo se mostra como possibilidade de mediação de conflitos em busca de relações livres de violência.

Eu acho que todo mundo consegue porque tudo com diálogo, uma conversa aberta, a gente consegue. (M-PERSÉFONE, 2007)

Conversando a gente se entende. Não precisa denunciar... (H-AQUILES, 2007)

Conversando a gente se resolve [...] Ainda estamos juntos, se ela denunciasse talvez a gente estaria separado e brigando mais do que antes. (H-ÉDIPO, 2007)

Embora homens e mulheres declarem a importância do diálogo, isso não significa dizer que seja uma estratégia de fato utilizada no sentido de buscar elementos para a não-violência na relação.

Foi difícil dar um basta, porque você chamar uma pessoa e falar quando ele não quer ouvir (M-PERSÉFONE, 2007)

De acordo com Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007), a ausência de negociação dialogada é uma das causas que conduzem à violência conjugal.

O estudo também aponta para a importância da figura de um intermediário como recurso estratégico no sentido de assegurar a resolução de conflitos de forma pacífica, evitando maiores desgastes, próprios das relações conjugais já estremecidas.

[...] a gente não tem uma pessoa que possa fazer um intermédio da conversa da gente [...] ninguém da minha família e ninguém da família dele se mete [...]. Eu também não colocaria porque é uma situação muito chata [...]. Se tivesse um intermédio, seria uma solução. (M-ATENA, 2007)

Desta forma, a presença do intermediário, valorizando o diálogo, também configura um elemento mediador de conflitos entre o casal. No entanto, quando não conseguem entrar num consenso com o companheiro por meio do diálogo direto ou com apoio de um intermediário, as mulheres sinalizam para a necessidade de buscar outros recursos.

[...] quando o diálogo não resolve, não guarde para dentro de si porque quanto mais a gente guarda pra gente, mas isso baixa a nossa auto-estima [...]. Procure grupos, converse com vizinho, desabafe com o amigo, denuncie, fale, se abra, procure seus direitos pois tem meios para a gente sair. (M-PERSÉFONE, 2007)

Podemos perceber que embora as mulheres tragam em seus discursos a tentativa de dialogar, isto não tem correspondência no outro. Assim, no sentido de dar um basta à violência conjugal, as mulheres buscam serviços específicos de atenção à mulher em situação de violência.

Ainda que recorram às instituições que compõem a *rede*, é importante destacar que as mulheres também vislumbram a necessidade de apoio psicológico para os agressores, o que sugere a importância de reconhecimento dos homens no atendimento.

[...] ele precisava de um trabalho [...]. Eu não consegui convencer ele a passar por um psicólogo que ele precisava de um tratamento que tudo na vida, ele resolve na agressividade... (M-HERA, 2007)

Estudo realizado em Lisboa sobre a percepção social acerca da vitimização de mulheres decorrente da violência conjugal mostrou que na concepção de mulheres e dos

homens entrevistados, os autores da agressão devem receber apoio psicológico, sinalizando para o comprometimento social diante da problemática (COSTA, 2005). Padovani e Williams (2002) acreditam que a intervenção psicoterapêutica com o agressor é uma forma de diminuir a violência contra a mulher.

Segundo Muller (2006, p.68), a violência tem suas raízes na dor e expressa um pedido de socorro, o desejo de se comunicar, a necessidade de diálogo, de modo que “os que lançam mão da violência estão rejeitando uma sociedade que os rejeitou, e é tarefa da sociedade ouvir seu apelo”, sendo necessário ouvi-los em vez de se limitar a condená-los.

Nesta perspectiva, as mulheres entrevistadas sinalizam para a importância de espaços que trabalhem estas questões, baseando-se em que a violência é aprendida no cotidiano das relações sociais. É importante, portanto, refletir acerca do caráter geracional da violência conjugal.

[...] ele tem uma história muito agressiva na família [...]. A história da família dele toda é uma agressividade pura [...] A família toda é assim.(M-HERA, 2007)

Assim, ainda que a desigualdade de gênero nos permita compreender as relações conjugais permeadas pela violência, também é importante pensar na forma como cada indivíduo aprendeu a se relacionar com o mundo, com o outro, com seus pares. Disso se pode tirar que o contexto familiar exerce influência na reprodução da violência de geração a geração.

Na visão de Gomes e Diniz (2005), homens com infância marcada pela ausência de diálogo na relação com seus pais, que presenciaram a mãe sendo violentada ou que sofreram violência por parte dos pais na infância tendem a reproduzir isso na relação com sua companheira. Como a não-violência não fez parte da história de vida dos homens e mulheres entrevistados, os atos violentos revelam a dificuldade de comunicação ou acesso a outros mecanismos de resolução de conflitos não aprendidos ao longo de suas vidas.

É preciso permitir ao homem tomar consciência de sua história e que pessoas significativas ofereçam novos modelos de interação e inter-relações baseados em relações mais simétricas entre homens e mulheres e entre pais e filhos, que desconstruam as representações ancoradas no poder de um e na submissão do outro, como meio de permitir a construção de relações familiares respeitadas e mais saudáveis (LISBOA et al., 2002; PINHEIRO, 2004; YUNES, 2003). Para Dias (2000), esta situação requer espaços para que os agressores aprendam ou reaprendam comportamentos destituídos de violência.

Nosso estudo revela a necessidade de um olhar mais amplo sobre esta temática, no sentido de perceber e se voltar para a construção da identidade dos indivíduos que não aprenderam outra forma de se relacionar que não a autoritária, sem respeito aos pares, de modo que precisamos pensar em estratégias que viabilizem o desenvolvimento da capacidade de enfrentar pacificamente os conflitos em todos os espaços de vida social, tais como família, escola e igrejas.

Apontamos para a importância de se pensar em estratégias de articulação, juntamente com as entidades empregadoras, a fim de viabilizar a participação dos homens, independentemente da classe social, em espaços que promovam mais oportunidades de repensar suas histórias e despertar estratégias de resolução de conflitos sem violência, a fim de não se envolver em situações jurídicas, evitar constrangimentos nos espaços da delegacia, não comprometer sua posição profissional nem, tampouco, a moralidade de sua imagem de homem íntegro. Essa ação favorece o processo de desconstrução de relações de violência e a possibilidade de construção de relações livres de violência.

O incentivo a práticas de resolução de conflitos por meio pacífico e respeitoso nos espaços de formação e informação também é condição essencial para que meninos e meninas incorporem esse comportamento em todas as relações sociais, inclusive nas conjugais. Esse comportamento deve, portanto, ser aprendido no cotidiano das crianças, sobretudo nos espaços de ensino, onde se deve incentivar a resolução de conflitos sem que haja abuso de poder. Desta forma, enquanto os espaços de ensino, para alcançarem seus objetivos, adotarem comportamentos autoritários com as crianças, estas aprenderão estes métodos e os reproduzirão em suas relações com o outro. O Ministério da Educação está em posição de estimular as instituições de ensino a refletirem sobre suas ações diante de um conflito e a promover meios de transformá-las quando forem marcadas pela ausência de espaço para o diálogo e/ou abuso de poder, seja por idade, raça, gênero, classe, cargo ou posição social. Com relação a isso, Freire (1970) defende a igualdade de valor entre educandos e educadores, valorizando o reconhecimento de si e do outro como sujeitos, o respeito e a escuta.

Consideramos importante também a existência de espaços de valorização de escuta e diálogo nas comunidades, que possibilitem a mulheres e homens, diante do impasse, a adoção de estratégias que não só garantam a resolução do conflito, mas, principalmente, que não intensifiquem a desarmonia. Com o psicodrama, as mulheres que realizaram as oficinas no *Deusa* passaram a melhor refletir sobre seus conflitos conjugais e tiveram a

oportunidade “não apenas de se ver de fora (como no espelho), mas de se ver e sentir a partir da posição do outro” (AGUIAR, 1988, p. 47). Essa experiência fez com que o grupo identificasse novas formas de resolução de conflitos e os encontros constantes a apoiaram no processo de modificação de seus comportamentos impulsivos, geralmente permeados pelo desrespeito à privacidade e à liberdade do companheiro.

A todo instante, as facilitadoras direcionavam as falas para o poder de escolha da mulher, no sentido de não mais se permitir viver relações de violência, não limitadas ao espaço conjugal e familiar. Durante as oficinas, também estávamos atentas para evitar juízos de valor sobre a ação do outro no espaço de compartilhamento. Todas as reflexões acerca dos comportamentos eram valorizadas, respeitando-se a pessoa que a expressava e garantindo o sigilo das informações através de um pacto selado no início das oficinas, de modo que as mulheres, a cada dia, estavam mais à vontade para contarem suas histórias; assim se constituiu um grupo de compartilhamento. Esses espaços podem ser viabilizados, inclusive com a participação dos homens, mediante projetos de extensão apoiados por instituições de ensino e incentivados pela maior concessão de apoio financeiro⁵⁸ a projetos de intervenção na área social.

4.3.4 Representação da delegacia da mulher e a criação de espaço para mediação de conflitos

As mulheres esperam, através da denúncia, resolver seus conflitos conjugais. Acreditam que a delegacia da mulher deve castigar ou aconselhar os homens a deixar de violentá-las.

A representação da delegacia da mulher como espaço para a denúncia da violência que o homem pratica contra a mulher foi expresso nas falas femininas e masculinas.

Eu acho que a delegacia das mulheres funciona para as mulheres fazerem denúncia contra a violência. (M-ATENA, 2007)

A delegacia serve para ajudar a mulher quando o homem bate, xinga. (M-ÁRTEMIS, 2007)

⁵⁸ Nas oficinas desenvolvidas no *Deusa*, as integrantes colaboravam com o apoio financeiro para a manutenção de lanches e a aquisição de material de limpeza.

A delegacia faz o papel dela que é o de prender o homem, dá um corretivo [...]. Daí o homem que tem que aprender a não bater mais em mulher (H-AQUILES, 2007)

Vale salientar que, ao denunciarem os companheiros, as mulheres trazem percepções diferentes acerca do papel da delegacia no sentido de punir arbitrariamente os agressores ou aconselhá-los, a fim de fazer cessar, como “num passe de mágica”, a violência conjugal.

As mulheres que percebem a delegacia como espaço de castigo acreditam que o serviço deveria acabar com a violência conjugal por meio de métodos corretivos e da agressão física contra os companheiros.

[...] eu acho que a gente devia ir na delegacia e vir com os homens para pegar ele para prender, bater (M-MEDUSA, 2007)

[...] como tem a delegacia das mulheres, eu também achava que ele deveria vir na hora para pegar ele para dá um corretivo. Eu queria que ele fosse para lá pra apanhar das mulheres (funcionárias da delegacia), para ele ver também e que depois ele ficasse lá um bom tempo para ele aprender [...]. A delegacia não resolveu (M-HESTIA, 2007)

[...] a delegacia não fez o que eu queria [...] que viesse aqui ou prendesse ele ou levasse ele [...] desse pelo menos um medo, fizesse alguma coisa com ele. (M-GAIA, 2007)

Os discursos mostram que algumas mulheres vêm na delegacia da mulher um instrumento para corrigir a conduta de seus parceiros, a fim de que estes não mais a violentem. Neste contexto, as mulheres trazem a mesma lógica do bater/castigar como forma de educação dos pais para com os filhos uma vez que entendem que o castigo por parte de uma autoridade maior educaria seu companheiro no sentido de cessar a violência e recompor a família idealizada.

Vale dizer que a representação que se tem acerca da instituição determina a forma de pensar e agir das pessoas. No entanto, quando as mulheres declaram “a delegacia não fez o que eu queria” ou “a delegacia não resolveu” não significa necessariamente que a delegacia não cumpre o seu papel: simplesmente sinaliza para as expectativas que as mulheres têm acerca da conduta do serviço. Pode-se dizer, portanto, que a compreensão equivocada que as mulheres têm da competência da delegacia da mulher interfere na representação que se tem acerca desta, levando-a ao descrédito e impedindo, muitas vezes,

a procura por esse serviço. Essa percepção também guarda relação com a forma como elas foram atendidas no momento da denúncia, orientando para que não o procurassem novamente. Com respeito a isso, Boas e Souza (2007) afirmam que a história do grupo, bem como a história do objeto, se entremeiam, o que resulta nos aspectos estruturantes das representações sociais. Assim, a representação da delegacia da mulher está ancorada na experiência de denúncias realizadas e nas expectativas com relação a esta.

Também é válido mencionar que a punição, por si só, não é capaz de transformar o comportamento dos homens.

Ele (padrasto) batia muito nela (minha mãe), de chicote, de ferro, queimou ela com água quente do café [...] Ela não agüentou mais e denunciou ele. Mesmo assim, ele continuou mandando recados [...] que ia pegar ela, que sabia onde ela estava [...] Ele começou a ameaçar minha mãe, ameaçava a gente, a minha vó e minha mãe foi morar no interior por causadas ameaças. (H-TESEU, 2007)

Acho que prender o homem não adianta em nada porque quando ele sair, faz tudo de novo. (H-JASÃO, 2007)

Fica claro, segundo a ótica masculina, que a violência pela violência não vai mudar os homens e fazem com que eles deixem de violentar suas companheiras. Isso também foi reforçado por algumas mulheres entrevistadas. Assim, enquanto algumas entrevistadas buscam castigar seus cônjuges, outras acreditam que o aconselhamento na delegacia possibilitará uma vida conjugal em harmonia. Ou seja, as mulheres buscam a delegacia na esperança de que seus cônjuges mudem e anseiam por uma relação sem violência.

[...] eu acho que a delegacia não resolveu o que eu buscava [...] Eu queria que a delegacia chamasse ele lá pra uma conversa, que não precisasse ser algo de repressão [...] apenas chamar pra uma conversa...(M-AFRODITE, 2007)

[...] quando eu pensava em denunciar, só queria que desse um conselho pra ele mudar. (M-HERA, 2007)

Percebe-se aqui que a delegacia é representada como espaço de aconselhamento na tentativa de inibir novos episódios de violência por parte dos companheiros. No entanto, o sistema jurídico-policial não tem como foco o aconselhamento nem a separação, e sim a adoção de medidas, com base na lei, no sentido de fazer cessar o crime, no caso a violência. Por outro lado, é importantíssimo considerar que algumas mulheres já dão um

salto na percepção do caráter relacional da violência conjugal como forma de resolver os conflitos.

Com base nas representações sociais, a percepção da delegacia enquanto espaço de aconselhamento orienta a conduta das mulheres, de modo que quando entendem que a denúncia não surte o efeito esperado deixam de buscar apoio nesta instituição, o que interfere de forma negativa em seu processo de enfrentamento. Estudo realizado por Gomes et al. (2007) mostrou que do total de 6.162 ocorrências de violência contra a mulher, 83% das mulheres foram vítimas da violência conjugal, e apenas 11,2% delas registraram queixa mais de uma vez.

De acordo com Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007), os profissionais da assistência jurídica e policial tratam a violência com base na linguagem jurídico-policial, lidando mais com a violência enquanto crime do que com a atenção à mulher. Assim, espera-se da mulher uma narrativa que se limite aos fatos concretos e, portanto, se encaixe nos artigos previstos na lei, de modo a assegurar a condenação dos agressores. Todavia, muitas vezes as mulheres buscam a delegacia como estratégia de negociar o relacionamento com o parceiro, o que frustra os profissionais, que, por sua vez, consideram este um uso indevido da delegacia. Assim, o estudo reflete a necessidade de um espaço para que as mulheres e homens possam compreender seus conflitos.

Para os homens, as delegacias não trabalham na lógica da intermediação de conflito. Eles consideram o atendimento disponibilizado pelas delegacias discriminatório, na medida em que não parte da escuta das pessoas envolvidas no conflito, direcionando a atenção para a defesa da mulher e desconsiderando o outro sujeito da relação.

[...] só querem vê o lado da mulher e o homem nada. Isso irrita qualquer um, ninguém vê o que o homem quer falar, nem na delegacia, nem na televisão [...]. É moda agora falar de violência contra mulher, sendo que ninguém vê que a mulher também é violenta. (H-JASÃO, 2007)

Na delegacia, não querem saber sua versão, na maioria das vezes não acreditam no que os homens falam. (H-HÉRCULES, 2007)

Na visão dos homens, a delegacia não permite que eles se defendam, trazendo uma representação da delegacia como instituição que nega o outro sujeito da relação. E em suas falas, os homens deixam explícita a necessidade de escuta.

Para Muller (2006), o exercício da autoridade deve se deslocar no sentido de educar os indivíduos para que assumam suas responsabilidades e não de sujeição destes às suas ordens, ou seja, de obediência cega. Nesta perspectiva, “se estamos sob a dominação do paradigma cognitivo, que prevalece no mundo científico, o sujeito é invisível e sua existência é negada (MORIN, 2004, p. 128). Neste sentido, os homens clamam por um espaço de escuta e valorização de suas falas.

Oliveira et al. (2007) traz o método da Mediação de Conflitos, criado como uma alternativa jurídica no curso de Direito da Universidade Harvard, como ferramenta pedagógica ou estratégia na busca de soluções de conflitos. Metodologicamente, uma pessoa neutra, resgatando a responsabilidade de cada um pela situação geradora de conflito, ajuda as partes a conseguirem superar suas diferenças, desconstruindo a dicotomia vítima/agressor, sobretudo porque contrapõe a concepção tradicional de que um está certo e o outro, errado, o que torna o processo mais igual. Percebendo a complexidade dos fenômenos interpessoais, esse método considera o meio social e cultural e a natureza dos conflitos enquanto estratégia pacífica de resolução de conflitos. Vale ressaltar que não se elimina a presença do judiciário, visto que o sistema de justiça homologa os acordos obtidos pela via do consentimento mútuo. A autora defende também que violência intrafamiliar requer uma alternativa de intervenção capaz de propiciar novas formas de comunicação.

Neste sentido, as representações elaboradas por homens e mulheres acerca do papel da delegacia no sentido de ajudar o casal a enfrentar seus conflitos conjugais, desveladas nesse estudo, mostram a importância de um olhar atento sobre essas questões, a fim de traçar ações capazes de viabilizar, de fato, o enfrentamento da violência conjugal. O estudo também mostra que ambos desvelam, em seus discursos, uma crítica com relação ao poder de resolutividade da delegacia da mulher e sinalizam para a necessidade de espaço para a mediação de conflitos, vinculado ou não à delegacia da mulher, que dê conta de suas reclamações.

Boas e Souza (2007) declaram que as representações sociais são conhecimentos elaborados em função da história e refletem a experiência direta que se tem com determinada situação. Minayo (2004) acrescenta que, por retratarem a realidade, as representações sociais podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e para a análise da ação política de transformação. Desta forma, essas representações permitem orientar as políticas públicas, que devem ser formuladas estando voltadas para as

necessidades exigidas pela população, no caso desse estudo por mulheres e homens em vivência de violência conjugal. Neste sentido, o estudo sinaliza para a existência de espaços educativos que trabalhem a mediação de conflitos, para os quais os homens ou o casal poderia ser encaminhados na *rede*, inclusive pelo sistema jurídico-policia

É importante salientar que não buscamos, com os espaços de escuta, eximir o homem de responder pelos atos criminosos, e nem temos essa pretensão. No entanto, consideramos esses espaços essenciais ao processo de compreensão da violência inter-relacional, bem como para diminuir ou evitar reincidências de violência conjugal e, em caso de separação, o surgimento de novas vítimas. Pretendemos, dessa forma, cuidar para que as mulheres não sofram mais violência e para que os homens não mais se envolvam em situações criminosas.

4.3.5 Eficácia do sistema jurídico-policia

A morosidade no trâmite do processo e a impunidade dos agressores são elementos relacionados com o descrédito da denúncia que interferem negativamente no processo de enfrentamento da violência conjugal pela mulher.

Do ponto de vista dos homens, fica clara a falta de credibilidade para com a denúncia.

[...] o problema é que a justiça é lenta. (H-ÉDIPO, 2007)

Só sei que recebi a intimação por um cara que veio na minha casa e eu acabei nem indo[...] não deu em nada. Mas, aqui no Brasil é assim mesmo. Acaba não dando em nada as coisas. (H-HERMES, 2007)

As falas das mulheres mostram que o momento da explosão da violência motiva a denúncia e que estas esperam resoluções imediatas.

[...] esperar três meses para uma audiência é muito difícil. Eu não acredito muito nessa delegacia, não, não boto fé. Me sinto desmotivada, desacreditada, pelo fato da demora. O processo é muito lento e, nesse meio tempo, a pessoa esfria, fica desmotivada [...] 3 meses da primeira audiência, peguei e larguei de mão. (M-GAIA, 2007)

[...] eu acho que a delegacia da mulher não resolve porque a gente vai dar queixa, aí marca pra daqui há um mês [...] Só que aí já passou a briga, já passou tudo. E tem vez que o homem nem vai e depois tem que remarcar de novo[...]. É uma enrolação. (M-ÁRTEMIS, 2007)

O tempo real em que as intervenções policiais e jurídicas transcorrem repercute no descrédito da denúncia e favorece a representação de que esta é lenta e não se tem solução. Minayo (2004) sustenta que através do senso comum os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. Desta forma, a experiência dessas mulheres com a denúncia orienta e justifica sua conduta de não dar andamento ao processo.

Antes da Lei Maria da Penha, a Delegacia de Defesa da Mulher relatava, no Boletim de Ocorrência (B.O.), a violência ocorrida e as mulheres tinham o prazo de seis meses para decidir se dariam continuidade ou não ao caso, transformando o B.O. em Inquérito Policial (I.P.), o que significava dizer que as mulheres não tinham desistido da denúncia realizada. Entretanto, o tempo decorrido entre o registro de queixa e a audiência, segundo as falas das mulheres, é responsável pela falta de estímulo da mulher para denunciar.

Segundo Jacobucci (2004), a mulher em situação de violência se vê dividida: de um lado, o homem que bate nela e a desvaloriza e do outro, o homem que a protege, a sustenta e é bom pai. Por isso nem sempre as mulheres conseguem sustentar a denúncia. Outro fato diz respeito à baixa auto-estima da mulher e à crença de que a denúncia apenas aumentará sua exposição, hajam vistas as penalizações serem brandas, por conta das penas alternativas: doação de cesta básica a instituições ou realização de trabalho voluntário na comunidade. Araújo et al. (2008) e Gomes et al. (2007) corroboram isso e acreditam que as medidas até então adotadas eram incapazes de impedir novas violações dos direitos das mulheres.

Estudo realizado por Deslandes, Gomes e Silva (2000) revela que, apesar de a separação ser vista como solução para o fim da violência, quando esta é iniciativa da mulher e o companheiro não aceita, ela acaba sendo evidenciada como um fator intensificador da violência conjugal. Para os autores, a separação é um dos passos mais difíceis de serem dados pela mulher que sofre violência, porque, entre outras coisas, envolve desejo de mudança por parte do companheiro, preocupação com os filhos, dependência financeira, ciúme, medo e ameaças.

As ameaças também são motivos apontados pelas mulheres para a não continuidade do processo de denúncia e para a inibição do registro de novas denúncias.

[...] eu não denunciaria ele novamente por conta das ameaças. Eu tenho medo [...]. Eu já abandonei duas queixas pela questão que ele é envolvido com coisa de gente ruim (tráfico). (M-GAIA, 2007)

Eu nunca denunciei porque ele era errado, roubo de banco, por isso que eu digo que eu passei tanto tempo sofrendo violência [...]. Eu queria me sair daquilo e ele não deixava, era uma coisa forçada. Aí não podia envolver a polícia [...] Se eu denunciasse, ele ia acabar comigo, me matar [...]. Eu tinha medo. (M-CIRCE, 2007)

Assim, no caso das mulheres do estudo, há a mais o fato de estas serem companheiras de homens agressivos, que não temem a morte, envolvidos com crimes de alto poder ofensivo e atividades violentas, habituados ao uso de armamentos e presos a uma estrutura hierárquica que comanda o crime organizado. Desta forma, ao denunciar, a mulher insere em uma investigação policial não apenas seu companheiro, mas também um homem envolvido com grupos de criminalidade. Neste sentido, a investigação de caráter conjugal/doméstico poderá avançar para uma investigação criminal, tornando vulneráveis o agressor e os demais membros do grupo criminoso. Diante do exposto, ao receber uma ameaça do agressor a mulher está recebendo uma ameaça do grupo em que seu companheiro está envolvido, sendo, neste contexto, compreensível o medo de denunciá-lo.

A visão de impunidade, a falta de segurança e os crescentes índices de mulheres vítimas de violência doméstica ao longo dos anos chamaram a atenção e mobilizaram a sociedade (ao menos parte dela) para garantir o reconhecimento da violência contra a mulher como crime e a agilidade e eficiência dos processos, com rigor nas punições.

Vale referir o caso de Maria da Penha, primeiro de aplicação da Convenção de Belém do Pará e que acabou por ganhar notoriedade internacional, conseguindo provar ao mundo a existência de um padrão sistemático de omissão e negligência das autoridades brasileiras com relação à violência doméstica contra as mulheres. Em 1983, Maria da Penha ficou paraplégica após uma tentativa de assassinato cometida pelo marido, que atirou nela pelas costas. Em 1998, com o apoio do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano de Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil) foi encaminhada petição denunciando a tolerância do Estado Brasileiro em não adotar, por mais de 15 anos, medidas efetivas para processar e punir o

agressor. Esse documento chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em 2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando, entre outras medidas, a finalização do processamento penal do responsável pela agressão; investigação dos responsáveis pelas irregularidades e atrasos injustificados no processo, bem como a adoção de medidas administrativas, legislativas e judiciárias correspondentes; reparação simbólica e material pelas violências sofridas por Penha por falha do Estado brasileiro em oferecer um recurso rápido e efetivo e a adoção de políticas públicas voltadas para a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Quase vinte anos após o crime, em outubro de 2002, o agressor foi finalmente preso, embora tenha cumprido apenas dois anos de prisão (FERNANDES, 1994).

No sentido de atender às recomendações do caso de Maria da Penha e assegurar o rigor das punições, em sete de agosto de 2006 foi implantada a primeira lei federal brasileira que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da orientação sexual: Lei Maria da Penha, sob o nº 11340. A Lei determina o direito da mulher de estar informada dos atos processuais; proíbe a entrega da intimação pela mulher e só permite a renúncia da denúncia perante o juiz.

Esta Lei traz alguns avanços que atendem às críticas das mulheres e homens entrevistados no que tange à impunidade dos agressores, já sinalizada em outros estudos: regularização da prisão preventiva ou em flagrante do agressor, que passa a ser considerado agravante de pena; proibição da aplicação de penas pecuniárias como cestas básicas e multas; redução da pena mínima para três meses e aumento da máxima para três anos (BRASIL, 2003).

No sentido de responder à morosidade nos trâmites do processo, a Lei Maria da Penha recomenda que a autoridade policial remeta ao juiz, no prazo de 48 horas, expediente apartado com o pedido da ofendida para a concessão de medidas protetoras de urgência, devendo estas ser concedidas de imediato, também no prazo máximo de 48 horas, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, que adotará as providências cabíveis.

Entre as medidas protetoras de urgência contra o agressor estão suspensão da posse ou restrição do porte de armas; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, como a sua aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o

agressor, o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação e a freqüentação de determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Entre as medidas protetoras de urgência à ofendida estão encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; determinação da recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; determinação do afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; determinação da separação de corpos; determinação de medidas que garantam a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, tais como restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

As falas femininas nos permitem compreender que estas têm conhecimento da Lei:

[...] agora vão achar que violência doméstica contra a mulher é, realmente, violência. Não pode dizer que não é porque está na lei [...] Precisou estar na lei para comprovar que é um absurdo viver em situação de violência. (M-HERA, 2007)

A lei Maria da Penha veio pra beneficiar as mulheres que sofrem violência [...] tinha a DEAM, mas não tinha a lei. Com a Lei Maria da Penha, mudou. Ele vai preso, não tem direito a fiança. Basta você dar uma queixa, a pessoa vai presa. Não precisa de flagrante nem nada. Então, mudou muito. Foi uma coisa boa para todas as mulheres. (M-PERSÉFONE, 2007)

Nas falas das mulheres, fica evidente que elas percebem a Lei Maria da Penha como instrumento legal que confere à violência contra a mulher um caráter de criminalidade e regulamenta ações no sentido de viabilizar a eficiência da denúncia e garantir as medidas de proteção às mulheres. Esse conhecimento também foi viabilizado no espaço do *Deusa* por iniciativa da coordenação.

Para Nóbrega (2001), Sá (1996) e Jodelet (1998), o propósito das Representações Sociais é transformar o não familiar em familiar, a partir da ancoragem de novos saberes sociais, processo através do qual o desconhecido é familiarizado, através da integração cognitiva do objeto representado em uma *rede* de informações já existentes. Desta forma, esse novo saber é importante no sentido de permitir transformar as representações femininas acerca da denúncia.

Conforme a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a maior divulgação da Lei Maria da Penha contribuiu para o aumento das denúncias. Mais de 24.523 pessoas relataram agressão em 2008 enquanto que em 2007 foram registrados 20.050 relatos. A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 registrou 269,9 mil solicitações em 2008, o que representa um aumento de 32% em relação a 2007. Cerca de 65% das mulheres referiram agressões diárias e 16% semanais. Dentre os espaços brasileiros que mais entrou em contato com a Central, se encontram: Distrito Federal, São Paulo e Goiás. A Bahia ocupou a 11ª posição, com o total de 17.782 mil ocorrências, sendo que sua população feminina corresponde à 6.975.000 (CORREIO DA BAHIA, 2009).

O descrédito que se manifesta nos discursos das mulheres e dos homens entrevistados revela que a legislação, por si só, não garante a mudança de comportamento masculino diante da violência contra a mulher.

Eu já discuti sobre essa lei com meu ex-companheiro, mas ele não mudou seu comportamento. Ele diz que as coisas aqui no Brasil não funcionam [...]. A Lei não mudou o comportamento dele nem de outros homens porque existe mais no papel do que na prática. (M-AFRODITE, 2007)

[...] eu não acho que a Lei Maria da Penha protege a mulher... eu acho que se o homem tiver que fazer, ele faz mesmo... Eu falava direto com meu companheiro sobre essa lei, mas ele dizia: “Que nada. Vá lá dá queixa. Quero ver só [...] eu quero ver alguém um dia vir me pegar e eu ser preso. (M-GAÍIA, 2007)

Segundo as mulheres, a Lei não modificou o comportamento violento de seus companheiros, uma vez que estes não se preocupam com as consequências da denúncia, sugerindo que eles não temem o poder legal. Vale ressaltar que a imagem do homem que detém o domínio sobre a mulher, sustentada pela desigualdade de gênero, não é facilmente superada por documentos regularizadores, pois está ancorada cultural e socialmente.

No entanto, este comportamento pode ser transformado a partir da implementação da Lei Maria da Penha, pois, embora a entrevista das mulheres tenha revelado que seus

companheiros não respeitam a Lei, o TALP mostra que os homens trazem como elemento central da representação sobre violência conjugal a palavra *proibido*, que sinaliza saber que a violência é ação criminosa. Todavia, os demais elementos – agressão, matar, raiva – não sustentam a idéia de que violência é algo errado e sim de que é proibida pela lei, mas uma proibição externa e, portanto, não incorporada. Isso pode ser percebido quando nas entrevistas os homens trazem uma percepção da violência como agressão extrema em que necessite intervenção cirúrgica ou leve a morte.

Por outro lado, a repercussão das medidas implantadas pela Lei Maria da Penha, na medida em que aumenta o rigor nas punições que garantam a credibilidade social do caráter criminoso da violência conjugal poderá ser capaz de transformar as representações masculinas acerca da violência contra a mulher. Com relação a isso, Moscovici (2003) considera que as representações se constroem na mídia, nos lugares públicos, através desse processo de comunicação que provoca transformações, dando oportunidade para o surgimento de novas representações, enquanto as antigas morrem. Ele ainda acrescenta que o que é incomum para uma geração se torna familiar e até mesmo óbvio para a geração seguinte. Desta forma, como as reconstruções influenciam toda a sociedade, essa representação emergente poderá transformar a conduta das próximas gerações.

A compreensão do novo sofre interferência da divulgação da informação, no que se refere à informação disponível que circula. Vale dizer que as informações não circulam nem em todos os grupos nem da mesma forma, sofrendo influência dos recursos educativos, interesses profissionais, ideologias, crenças, valores elaborando representações mais sólidas ou fluidas acerca de um objeto (VALA apud SÁ, 1996).

No sentido de acompanhar e monitorar a implantação da Lei Maria da Penha, a SPM vem desenvolvendo um conjunto de ações de enfrentamento à violência contra a mulher, entre elas a criação do Observatório em todo o território nacional; realização de seminários a fim de discutir as inovações da Lei Maria da Penha e a forma como os Tribunais de Justiça, Delegacias da Mulher, Ministério Públicos e Defensorias Públicas estão atuando no sentido de cumprir as determinações da nova legislação (BRASIL, 2006c; SALVADOR, 2009).

Contudo, a aplicação na prática das medidas recomendadas pela Lei Maria da Penha poderá influenciar na permanência ou transformação das representações acerca da denúncia, orientando a prática das mulheres para a busca de suporte institucional nas delegacias e a dos homens no sentido de não mais violentarem suas companheiras. A isso

se acrescenta a importância da imprensa escrita, falada e televisada na divulgação da aplicação rigorosa dessa Lei. Espera-se, com a efetivação de sua aplicação, alcançar a credibilidade nos sistemas jurídico e policial e diminuir, consideravelmente, os índices de violência conjugal.

4.3.6 Articulação intersetorial com as políticas públicas

É preciso que a mulher em situação de violência seja contemplada nas suas diversas necessidades, a saber, nos aspectos jurídico, policial, social, educacional, profissional e nas questões que comprometem sua saúde física e mental. O reconhecimento dessas necessidades requer que os serviços estejam preparados para o atendimento e encaminhamento dessas mulheres e se articulem com as políticas públicas no sentido de respeitar as diferenças e garantir o princípio da equidade para essas mulheres em situação de vulnerabilidade extrema, sobretudo pela intersecção das categorias gênero, classe, raça e vivência de violência conjugal.

A Lei Maria da Penha prevê, em seu Art. 8º:

[...] a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: I – a integração operacional do poder Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação (BRASIL, 2006a, p.2).

Dá a importância da articulação intersetorial, a fim de garantir apoio integral às mulheres em situação de violência conjugal. Para Oliveira et al. (2007), a violência intrafamiliar requer a formação de equipe multidisciplinar articulada em *rede*, considerando os aspectos legais, sociais e emocionais, uma vez que uma só especialidade profissional não permite uma assistência eficaz, devido à limitada capacidade de percepção do problema. As falas mostram que as mulheres já sinalizam a importância dos encaminhamentos institucionais como meio de lhes garantir maior suporte.

Eu fui na DEAM. Lá mesmo me deram a ficha de encaminhamento pra eu ir ao IML. De lá, fui pro IML. Depois, eu fui para um posto de saúde para fazer o ponto que estava aberto ainda [...]. Me deram também um papel pra eu ir para a defensoria pública e eu fui... (M-GAIA, 2007)

[...] quando eu cheguei lá (delegacia), o policial pegou e mandou fazer o exame de corpo de delito porque eu fiquei toda marcada no meu braço [...] ele me deu um cartãozinho com o endereço. (M-HESTIA, 2007)

Percebe-se que ao buscar apoio da delegacia as mulheres foram encaminhadas para outras instituições, o que mostra que os serviços já estão se articulando em *rede*, aumentando, assim, as chances de resolver o problema. Para Moscovici (2007), a sociedade de comunicação moderna depende da possibilidade de transformar um tipo de conhecimento em outro. Neste sentido, essa experiência de encaminhamento na rede poderá re-construir o senso comum, sobretudo na forma como se percebem os serviços.

A divulgação desses serviços pode ser realizada por funcionários nas áreas jurídicas, policiais, sociais e de saúde no momento do atendimento, sobretudo por aqueles cujas atribuições estão mais vinculadas à comunidade, tais como profissionais do CRAS, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), da ESF, com destaque para os Agentes Comunitários de Saúde, pelo acesso às residências, pelo poder de liderança e pela credibilidade na esfera da comunidade em que atuam. Para isso, é necessário que os profissionais atuantes nesses espaços conheçam as instituições que integram a rede municipal de assistência a vítimas de violência, a saber, localização, horário de atendimento, competências, atribuições, tramitação interna e externa. Neste contexto, a enfermagem ocupa posição privilegiada para a identificação da situação de violência conjugal nos diversos espaços de atuação (atenção básica, consulta de pré-natal e planejamento familiar, pronto-atendimento, assistência à usuária do CAPS, etc.) e encaminhamento da mulher para os serviços especializados, antes que incidentes ainda mais graves aconteçam.

A divulgação veiculada pelos espaços de informação acerca dos serviços de atenção à mulher em situação de violência também se revela como elemento importante, uma vez que permite levar o conhecimento destes serviços à população em geral. A mídia escrita, falada e televisada constitui veículo de promoção dessa divulgação, como já o afirmamos.

Por outro lado, a desarticulação culmina com uma assistência fragmentada, dificultando o processo de fortalecimento das mulheres, muitas das quais, após anos de violência, resolvem buscar ajuda. Além disso, é importante salientar que a violência conjugal tem uma peculiaridade sobre as violências de caráter não-doméstico, uma vez que, após a denúncia, as mulheres precisarem retornar para casa.

Mesmo com medo dele me fazer alguma coisa, eu voltei (da delegacia) pra casa [...]. Ele disse que ia dormir comigo, só que ai eu fui dormir com uma peixeira debaixo do travesseiro porque eu fiquei com medo dele levantar e querer fazer alguma coisa comigo. Eu botei a peixeira por segurança. (M-DEMÉTER, 2007)

[...] você vive a situação de violência, você tem que sair da casa e o homem fica solto. A casa abrigo te acolhe, mas você tem que sair do seu mundo, suas atividades [...] daí dá o prazo dela ficar na casa abrigo e a única solução dela é voltar para casa (M-HERA, 2007)

As mulheres afirmam que os serviços não respondem às suas necessidades, expondo-as ainda mais a situações de violência, inclusive a um cotidiano de pânico e medo, o que demonstra a ineficácia das políticas de proteção à mulher em situação de violência. Neste sentido, “voltar para casa” coloca as mulheres em situação de risco, uma vez que, não tendo para onde ir, elas se submetem a dividir espaço com o agressor. O resultado final pode ser o assassinato. Segundo Vendrell (2006), entre 40 e 70% das mulheres mortas são assassinadas por seus esposos ou namorados em países como a Austrália, o Canadá, os EUA, Israel e África do Sul. Desta forma, a violência contra a mulher requer uma atenção prioritária e recursos articulados para que possa ser abordada com seriedade, considerando as diversas necessidades apresentadas.

Estudo de Meneghel et al. (2000) mostrou que muitas mulheres, ao saírem da casa abrigo, retornaram à relação conjugal, independentemente das condições socioeconômicas e do apoio psicológico e jurídico recebido, permanecendo no ciclo de violência, uma vez que retomaram a relação nos mesmos moldes de desrespeito. Outras perdem a casa para os ex-maridos e precisam morar em casa de parentes, amigos ou em bairros mais pobres. Desta forma, desprovidas de recursos que lhes permitam não voltar para casa, as mulheres também se deparam com a falta de segurança no que se refere à preservação de suas vidas.

No caso das mulheres que exercem atividades remuneradas, ainda há o agravante de, quando elas precisam se esconder na casa abrigo, ficam impossibilitadas de comparecer ao trabalho, colocando em risco o próprio emprego. Sem recursos próprios, a mulher voltaria a depender financeiramente do homem, o que a fragilizaria ainda mais. A Lei Maria da Penha, no capítulo II, artigo nove, assegura à mulher a manutenção do emprego por 6 meses caso ela esteja alojada em uma casa abrigo. Todavia, essa medida precisa ser estendida, haja visto que a maioria das mulheres, conforme mostra esse estudo, exercem atividades profissionais não formalizadas. Deste modo, um atendimento eficaz à

mulher em situação de violência conjugal requer que as instituições estejam integradas em *rede*, com fluxo organizado, sobretudo nas áreas jurídica, policial, social e de saúde e articuladas com as políticas públicas, principalmente no que tange às estratégias e diretrizes de desenvolvimento social e combate à pobreza.

As características socioeconômicas das mulheres entrevistadas mostram a baixa escolaridade, a falta de emprego e o alto índice de dependência econômica, sinalizando que tanto as mulheres quanto os homens têm violados seus direitos básicos à educação, emprego, moradia e segurança. Esses direitos fazem parte de uma construção histórica, de muitas lutas e conquistas, expressos, em sua forma atual, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Vale dizer que as discriminações de gênero, raça e classe colocam as mulheres negras em situações ainda mais desfavoráveis (90% das mulheres do estudo se declararam negras). Em resumo, não se garante o mínimo necessário para assegurar o reconhecimento do valor e da dignidade dos sujeitos.

No mundo inteiro, a falta de emprego é um dos problemas mais graves. Dessa forma, a crise do desemprego reflete sobre a mulher em vivência de violência, aumentando seu sofrimento.

Só esperei meu filho parar de mamar e dei [...]. Foi triste esse momento [...]. Eu dei porque eu não tava trabalhando, não tinha como me sustentar [...]. Eu ficava pedindo uma coisa a um, uma coisa a outro, e o pessoal perguntava assim: “Cadê o pai do seu filho? Ele não tem pai, não? Então porque você está pedindo as coisas aos outros?” [...] Eu estou sofrendo com isso. (M-NEMESIS, 2007)

Ele dizia a mim: “venha pegar o dinheiro hoje, que eu vou te dar um dinheiro hoje para fazer a ultra-som”. Aí, quando chegava na hora ele não estava [...]. De eu precisar de alguma coisa para meu filho e ele não me dar [...] porque isso tudo dói e machuca [...]. Eu não gosto nem de lembrar porque vem uma sensação estranha dentro de mim [...]. Você fica “sem eira nem beira” (M-PERSÉFONE, 2007).

As falas mostram as dificuldades financeiras encontradas pelas mulheres, o que está relacionado com o perfil socioeconômico delas, sobretudo por causa do alto índice de dependência econômica (94%), pelo desemprego (40%) e pela baixa remuneração entre as que exercem atividades remuneradas, tendo em vista o baixo nível de escolaridade (76%

ainda não entraram no segundo grau) que as levam a ocupar cargos que exigem pouca qualificação.

Assim, a violação dos direitos ao emprego e à habitação estão interligados e associados ao direito à educação, que, se negado, impede o desenvolvimento das pessoas no sentido de inserção, ou melhor, da colocação no mercado de trabalho. Podemos perceber, segundo assinala Brasil (2008b) que os direitos humanos são indivisíveis e, portanto, não se trata simplesmente destes ou daqueles, e sim da garantia de uma vida digna a pessoas que se encontram na pobreza e na indigência.

Percebemos, assim, a situação insustentável de desamparo em que vivem as mulheres em vivência de violência conjugal, o que fica evidente na fala de Perséfone “Você fica *sem eira nem beira*”⁵⁹. Estar “*sem eira nem beira*” reflete o estado deplorável em que a mulher em vivência de violência percebe sua situação, levando-a, em situações extremas, a ter que dar o próprio filho para adoção.

O estudo também mostra que as mulheres já percebem a importância do emprego para o seu desenvolvimento, no sentido de suprir suas necessidades materiais e garantir seu sustento, inclusive no que se refere à moradia. Elas também reconhecem o trabalho como elemento que as empodera para resolver a relação de violência, inclusive percebendo-o como um direito que não lhe foi proporcionado pelo Estado.

Para eu resolver essa situação, só se eu tivesse um bom emprego, eu só preciso de uma oportunidade. As mulheres que sofrem violência deveriam ter isso garantido: um emprego, uma moradia.... (M-GAIA, 2007)

Para sair da violência, a mulher precisa de autonomia, ter um emprego, casa própria [...]. A gente precisa do Governo, dos recursos governamentais, das políticas públicas. Eu acredito que um dia a gente vai conseguir essas políticas para ajudar as mulheres. (M-AFRODITE, 2007)

As falas nos mostram que as mulheres expressam a possibilidade de uma vida sem violência e acreditam também na autonomia da mulher, mediante a contribuição de políticas públicas de geração de renda e moradia que as contemplem e as priorizem.

A criação da Declaração dos Direitos Humanos é um instrumento importante para a igualdade de gênero, sobretudo pelo fato de ter sido assinada por todos os países do

⁵⁹ A expressão “*eira nem beira*” surgiu no Brasil colonial: *eira* é o prolongamento do telhado que servia como proteção para a chuva e *beira* significava os ornamentos sobre as eiras. Esses detalhes, que conferiam status ao dono do imóvel, era sinal de riqueza, de modo que uma casa “*sem eira nem beira*” significava que uma pessoa era pobre (Ver CARDILLO, 2008).

mundo, e por isso ser universal, de modo que seus governantes assumiram o compromisso de respeitá-los e contemplá-los nas suas políticas públicas e mesmo nas relações internacionais (BRASIL, 2008b). Contudo, já se passaram mais de 60 anos e ainda precisamos viabilizar muitos elementos no sentido de assegurar tais direitos.

O Governo brasileiro já reconhece a situação de penúria de grande parte da população e já vem desenvolvendo ações políticas, no âmbito do sistema de proteção social brasileiro, em busca de promover acesso mínimo aos bens e serviços sociais: Bolsa-Escola, Renda Mínima, Auxílio-Educação, Bolsa-Alimentação, Erradicação do Trabalho Infantil e Auxílio-Gás. Esses programas não possuem enfoque apenas assistencialista, uma vez que não estão isolados, sendo responsabilidade dos municípios o acompanhamento dos grupos familiares beneficiados e o desenvolvimento de ações a fim de viabilizar o acesso a serviços básicos nas áreas da saúde, educação e social, além das questões relativas à profissionalização e geração de renda.

No Bolsa família, por exemplo, deve-se cumprir o compromisso referente aos cuidados com a saúde⁶⁰ e a educação⁶¹, compromisso essencial para a manutenção dos benefícios, haja vista sua importância para a redução da evasão escolar e diminuição da desnutrição infantil entre as crianças das famílias beneficiadas. Este programa está integrado a diversos outros programas e ações, chamadas ações complementares, que têm por foco as famílias mais vulneráveis e por objetivo contribuir para a quebra do ciclo de pobreza entre gerações. Entre as ações complementares, estão atividades nas áreas de capacitação profissional, ampliação de escolaridade, garantia de direitos sociais, acesso e melhoria das condições habitacionais e desenvolvimento local das regiões mais pobres.

A superação da violência passa por uma articulação intersetorial e interdisciplinar. Com relação a isso, Carneiro e Gomes (2004) chamam a atenção para a importância da mobilização de toda a sociedade a fim de garantir o direito à cidadania e melhorar a qualidade de vida. Nesta perspectiva, as entidades não-governamentais devem integrar o

⁶⁰ Compromisso com a saúde: levar as crianças até sete anos para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação; levar as crianças para pesar, medir e para serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde; as gestantes devem participar do pré-natal, e as nutrizes devem continuar o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde. Devem também levar sempre o seu Cartão da Gestante e participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

⁶¹ Compromisso com a educação: matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% das aulas, no caso das crianças e dos adolescentes de seis a 15 anos, a cada mês; garantir a frequência mínima de 75% das aulas, no caso das adolescentes de 16 e 17 anos, a cada mês; informar à escola quando o aluno não puder comparecer e explicar o motivo da falta; informar ao gestor do Programa Bolsa Família sempre que alguma criança ou adolescente mudar de escola, para que a prefeitura possa continuar acompanhando a frequência escolar.

processo de formação de *rede*, de importância singular devido a sua inserção em comunidades, sobretudo naquelas cuja situação econômica é mais desfavorável. Aí se insere o *Deusa*, que vem apoiando e possibilitando o empoderamento de muitas mulheres da comunidade.

Eu tive a ajuda do Deusa porque sempre quando venho aqui me avisam que quando acontecer alguma coisa (violência doméstica) que era pra gente vir aqui [...] ela (integrante do Deusa) me ensinou o caminho, me deu transporte, me deu um papel, me deu o nome de uma mulher pra eu procurar lá. (M-NEMESIS, 2007)

[...] depois do Deusa, a gente fica sabendo mais dos tipos de violência, das casas de apoio que eu não conhecia [...]. Foi muito bom saber, ter mais informação. (M-ATENA, 2007)

Eu já sabia que existia a delegacia mas onde era eu não sabia, vim saber aqui no Coletivo, agora sei. (M-MEDUSA, 2007)

O Deusa também me apoiou com essas reflexões que sempre traz pras reuniões de coordenação, da nossa autonomia, do que é ser feminista, do que é feminismo, e também nos apoiou através dos cursos que promove, nos fazendo conhecer melhor as pessoas, sair do mundo do doméstico, viver melhor. (M-AFRODITE, 2007)

Eu acho que o coletivo é muito importante para que as mulheres fiquem sabendo dele, venham sempre para estar sempre aprendendo [...]. Se não fosse o coletivo, eu não teria conhecido meus direitos para ter dado uma queixa, para ter terminado tudo [...]. Antes eu não sabia de nada, não tinha entendimento de nada... (M-GAIA, 2007)

As falas mostram que as mulheres percebem o *Deusa* como um espaço de crescimento e enquanto oportunidade de conquista de seus direitos. Estes espaços, por estarem localizados dentro da comunidade, favorecem uma melhor percepção acerca dos problemas sociais e familiares vivenciados pelas mulheres, além da viabilidade de acesso a qualquer dia e horário, considerando que a violência conjugal acomete as mulheres a qualquer momento, principalmente nos fins de semana, quando a maioria dos serviços não está disponível. A isso se soma a confiança que as mulheres da comunidade têm nas integrantes do *Deusa*, permitindo um vínculo com a associação.

Vale ressaltar que, embora não seja sua finalidade, o *Deusa* também acolhe mulheres quando estas são obrigadas a sair de suas casas e não têm para onde ir. Algumas permanecem lá até encontrar espaço para morar, como o caso de Hera e Circe.

No entanto, as mulheres apontam para as dificuldades enfrentadas pelo *Deusa*.

Para mim, o Deusa tem muita importância. Mas, hoje o Deusa passa por muitas dificuldades. Eu acho que o que precisa mais é uma infra-estrutura melhor, um curso profissionalizante, ter uma oportunidade pra procurar o mercado de trabalho. (M-GAIA, 2007)

Neste sentido, as mulheres sinalizam para a necessidade de melhoria na infraestrutura, bem como para a articulação com outros setores a fim de possibilitar o seu fortalecimento. É importante pensar que as mulheres e homens entrevistados estão inseridos no contexto de violação de seus direitos básicos, que nega o desenvolvimento humano e configura uma violência do Estado para com essas pessoas. A isso se soma a violência urbana que permeia as relações na comunidade e intensifica os conflitos conjugais.

Segundo Taquette et al. (2007), a construção de uma rede requer um corpo integrado e articulado de ações e um mapeamento das entidades, instituições, políticas públicas, organizações governamentais e não-governamentais, conselhos de direitos, fóruns de debates e recursos a fim de garantir proteção integral aos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à liberdade, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O estudo traz a valorização da intersetorialidade em rede enquanto estratégia para melhor atender às necessidades apresentadas pelas mulheres, para isso sendo indispensável a articulação com as políticas públicas. Vale ressaltar que as ações políticas devem estar de acordo com o princípio constitucional da equidade, devendo, no sentido de criar caminhos para diminuir as desigualdades, privilegiar pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Desta forma, as mulheres do estudo, por meio da interseção entre a vivência de violência conjugal e as categorias gênero, raça e classe social, mostram necessidade de priorização.

Nesse contexto, as instituições que integram a *rede* de atendimento à mulher em situação de violência ocupam posição privilegiada na identificação de mulheres com esse grau de prioridade e, estrategicamente articulados com os programas governamentais, poderão integrá-las em um conjunto de ações políticas que vinculem benefícios financeiros

com compromissos que atendam às suas necessidades, como por exemplo integração ao Bolsa Família, que garante acesso à saúde e à educação no sentido de buscar reduzir as desigualdades sociais; participação em projetos de geração de renda, que permitam a elas assumir sua família com mais dignidade e elevar sua auto-estima; e a integração do casal ou da mulher, caso esta se decida pela separação, em atividades sócio-educativas que oportunizem a reflexão acerca de suas relações conjugais e familiares, bem como o seu fortalecimento para que ela se torne capaz de tomar decisões, experiência que trouxemos nesse estudo e defendemos como estratégia de empoderamento das mulheres em situação de violência. Essa proposta também contempla a orientação prevista na Lei Maria da Penha, que prevê o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, se determinado pelo juiz, o que demonstra uma maior clareza por parte dos formuladores de políticas públicas na percepção da violência contra a mulher.

O estudo mostra que as políticas públicas de atenção à mulher em situação de violência devem pensar na mulher de forma holística, no sentido de contemplar diversos campos de necessidades. Para tal, a articulação da rede de atendimento por si só não permite que a mulher seja contemplada em todas as suas necessidades, o que sinaliza para a importância da articulação com as políticas públicas nas áreas de saúde, educação, social, habitacional e de geração de renda.

4.3.7 Formação com um olhar para a complexidade da violência conjugal

O atendimento prestado à mulher em situação de violência está ancorado na representação que os profissionais têm acerca do fenômeno. A formação com um olhar para a complexidade da violência conjugal daria espaço a manifestações de solidariedade durante a assistência e favoreceria, de fato, um cuidado integral à mulher.

Pela própria especificidade do fenômeno da violência conjugal, a mulher se acha fragilizada e com baixa auto-estima, necessitando de uma escuta que valorize sua fala. No entanto, o que as mulheres revelam é exatamente o oposto, a saber, uma relação de desrespeito durante o atendimento nos serviços

[...] quando a gente foi lá (delegacia), o homem disse: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher [...] tem muita gente que vem pra cá, faz a queixa e depois tira. Daqui a 15 dias ou menos de 15 dias, você mesmo vem e tira..”. (M-ÁRTEMIS, 2007)

No momento que eu fui (na delegacia), eu queria que me dessem palavras de incentivo [...]. O cara que estava fazendo a ficha disse que isso era só no momento de raiva e que, com o tempo, eu ia voltar pra ele de novo [...]. Pegou e falou para a minha mãe: “ela estava precisando era de uma boa surra da senhora porque ela mesmo gosta”. Eu não gostei, mas também não falei nada. Minha mãe também não falou nada. (M-HESTIA, 2007)

Os discursos das mulheres deixam claro o despreparo por parte das pessoas que atendem às mulheres, ao emitirem juízos de valor. Essa conduta está orientada pela percepção que eles têm acerca da violência, sendo indispensável a transformação da representação de que “mulher gosta de apanhar”, para o que é necessário compreender o fenômeno da violência conjugal, a fim de desconstruir e reconstruir novas representações que orientem para um atendimento que valorize a fala e as especificidades de cada mulher, de modo que o julgamento dê lugar a um posicionamento de solidariedade, por meio da qual se estabelecem relações de confiança, favorecendo a continuidade da assistência e aumentando a credibilidade no serviço.

Boas e Souza (2007) acreditam que as representações sociais refletem as crenças, valores, conhecimento e percepções acerca do objeto social. Segundo Moscovici (2003), as ações e comunicações se ancoram em representações que orientam o repertório comum de interpretações e explicações aplicadas à vida cotidiana. Neste sentido, as condutas dos profissionais desconsideram a dimensão histórico-social da violência contra a mulher e as especificidades do outro, sendo orientada pela percepção de que é fácil, para a mulher, romper com a relação de violência conjugal. O estudo mostra que muitos profissionais ainda não compreendem que a violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado e com raízes históricas, socialmente arraigado, acabando por culpabilizar e julgar a mulher.

Estudo realizado por Kiss, Schraiber e D’Oliveira (2007) mostra que os profissionais da assistência psicossocial defendem a necessidade de uma maior sensibilidade no acolhimento à mulher no espaço das delegacias, sobretudo na valorização de suas queixas e do seu contexto de vida. É importante considerar que apesar de o quadro profissional das Delegacias de Defesa da Mulher ser constituído por mulheres, estas, assim como os homens, foram socializadas dentro de uma visão patriarcal, reproduzindo a

mesma atenção preconceituosa que os profissionais do sexo masculino. Ou seja, a assistência de qualidade não está no sexo e sim na visão de mundo das pessoas. Vale dizer que esse aspecto não é característico do atendimento policial, sendo, infelizmente, uma realidade observada nos mais diversos espaços de atendimento, inclusive no setor saúde.

[...] as pessoas que trabalham nesses serviços (de saúde) ainda criticam [...]. Se a mulher volta para o agressor é um conjunto de preconceitos em cima da mulher que sofre violência que, as vezes, deixa ela mais para baixo [...]. Os profissionais não estão preparados e até eles mesmos vivem situações de violência. (M-HERA, 2007)

[...] eu achei o atendimento do posto de saúde um pouco demorado e a enfermeira me destratou [...]. Ela falou assim: “quem fez isso? Eu falei: “foi meu marido”. Ela falou: “foi seu marido mesmo? Se fosse ele que tivesse feito isso comigo, eu não chamava mais ele de meu”. Eu acho que ela não deveria ter feito esse comentário [...] não é papel dela [...] Eu me senti julgada (M-GAIA, 2007)

As falas acima mostram que as mulheres percebem a inconveniência do atendimento profissional e retratam, claramente, o constrangimento a que são submetidas as mulheres em situação de violência, mostrando uma compreensão de que essa forma de relação não é institucionalmente apropriada. Essas situações interferem negativamente em seu processo de enfrentamento da violência, já que há a tendência de elas não buscarem mais o apoio institucional.

[...] o acolhimento da delegacia é o que afasta você porque você vai toda magoada lá, toda confusa, se quer ou não quer denunciar [...] chega e te julgam: “ah! como é que você não sai disso” (M-HERA, 2007)

[...] não era pra dizer que estava com ele porque eu gostava de apanhar [...]. Eu não tenho coragem de ir mais (no posto de saúde da comunidade), não. Eu tenho vergonha. (M-HESTIA, 2007)

As falas evidenciam que o atendimento profissional inapropriado compromete a instituição, uma vez que inibe as mulheres fazendo com que elas deixem de buscar este serviço em caso de outras agressões. Silva, Coelho e Caponi (2007) sustentam a necessidade de se trabalhar preventivamente a fim de evitar situações de violência nas instituições que assistem à mulher, de modo que estas recebam assistência resolutiva e sem acusações.

Percebe-se, nas falas das mulheres que buscaram assistência no serviço de saúde

em consequência da violência conjugal, que o atendimento desrespeitoso não se limita ao espaço da delegacia, fazendo-se presente também na relação com os profissionais de saúde, com o agravante de que estes não reconhecem a violência como objeto do seu trabalho.

O não reconhecimento da violência como um fenômeno multifacetado com repercussões imensuráveis para a vida da mulher, da família e de toda a sociedade leva a um atendimento fragmentado, uma vez que a assistência nos serviços de saúde restringe-se ao seu 'pedaço', não compreendendo o indivíduo em seus aspectos biopsicossociais. Acreditamos ser necessária uma assistência focada no todo e não nas partes, de modo que os profissionais valorizem o contexto socioeconômico e familiar no processo de compreensão das necessidades do usuário, cuidando daquilo para o que tem competência técnica-legal e encaminhando as demais necessidades identificadas para outros espaços, considerando os aspectos referentes a falta de recurso para transporte e a não compreensão de que a violência conjugal é um problema de saúde para as mulheres. O cuidar dessas mulheres também exige melhor articulação política por parte dos serviços e o preparo dos profissionais nos mais diversos espaços para que o processo de referência e contra-referência possam se tornar, de fato, uma realidade efetiva.

Vale assinalar que embora não reconhecida enquanto objeto da saúde, a violência conjugal está presente a todo instante no setor da saúde, principalmente nas unidades de emergência, sendo de extrema importância que os profissionais estejam preparados para assistir às mulheres. O caso da assistente social agredida pelo companheiro também chegou aos serviços de saúde. A vítima, foi baleada, teve os dedos das mãos cortados e sofreu queimaduras de cigarro, água fervente, golpes de jiu-jitsu, facadas e tiros, foi socorrida pelo SAMU e levada para o Hospital Geral do Estado (HGE), sendo depois transferida para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Espanhol, o que nos faz refletir acerca do papel dos serviços de saúde, públicos e privados, na identificação, cuidado e encaminhamento das mulheres em situação de violência que dão entrada nesse setor, bem como na formação dos profissionais que devem ser mais bem preparados ainda na graduação (FRAGA, 2009). A assistente social, bem como muitas mulheres em situação de violência, nunca denunciou o companheiro, contribuindo, assim, para o mascaramento do fenômeno. Essa realidade reforça o compromisso do setor saúde, uma vez que nem todos os casos chegam às delegacias, com maior possibilidade de entrarem nos serviços de saúde, o que aponta para o compromisso e a responsabilidade dos profissionais de saúde na

identificação das situações que têm como causa principal a violência doméstica, a fim de evitar complicações mais graves, entre as quais a morte.

Segundo Jacobucci (2004), as mulheres que denunciam a violência e permanecem na relação conjugal estão mais propensas a manifestar problemas de saúde física e mental do que aquelas que rompem com o vínculo conjugal. As mulheres em situação de violência conjugal também apresentam maior probabilidade de pensar em suicídio e utilizar medicamentos para dormir (ADEODATO et al., 2005). Assim, em todo e qualquer serviço, ainda que a mulher não o busque por causa primeiramente da violência vivenciada, os profissionais devem estar preparados para identificar a história de violência e oferecer melhor assistência. No entanto, eles não sabem como proceder com relação às vítimas de violência (OLIVEIRA E FONSECA, 2007; SALIBA et al., 2007; GALVÃO e ANDRADE, 2006).

Os avanços nas políticas públicas no sentido de a violência doméstica ser reconhecida como objeto da saúde estão explicitados na Lei Maria da Penha. Todavia, os estudos revelam que os profissionais não estão sensibilizados para a importância de se investigar e registrar a violência doméstica no prontuário, o que contribui para a não identificação do problema (SALIBA et al., 2007; PEREIRA et al., 2007; DINIZ et al., 2006; GOMES, MINAYO e SILVA, 2005; BATISTA, 2005; BRASIL, 2003; DINIZ et al., 2002).

Com a Lei Maria da Penha, os registros passam a ser documentos passíveis de serem incluídos nos autos do inquérito policial. A Lei prevê a criação, pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Assim, os profissionais dos serviços deverão estar preparados para dispor destas informações, que poderão ser utilizadas judicialmente. Conforme regulamenta o Art. 30, cabe a esta equipe “fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente, em audiência”. A Lei Maria da Penha assinala ainda como cabendo ao Ministério Público a fiscalização dos serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, sejam eles públicos ou privados, e assegura a aplicação de medidas administrativas ou judiciais no caso de irregularidades (BRASIL, 2006a). Nesta perspectiva, torna-se importante que as instituições de saúde se organizem para atender às orientações dispostas na Lei e preparar seus profissionais para o registro adequado das

situações reais que levam as mulheres ao serviço de saúde.

Segundo Jodelet (1998, p.26)

[...] a abordagem das Representações Sociais leva a insistir que, numa área como a da saúde, para apreender o processo da assimilação (ou não assimilação) das informações, necessário se faz considerar os sistemas de noções, valores e modelos de pensamento e de conduta que os indivíduos aplicam para se apropriar dos objetos de seu ambiente [...]

Nas relações sociais, as representações passam por um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, tendo a sociedade como espaço de formação, sustentação e transformação de objetos, na medida em que suas representações se modificam. Neste caso, modifica-se também o mundo dos seres humanos em busca de uma nova práxis, ancorada no cuidado através de um espaço de acolhida e escuta que promova a interação entre os sujeitos. Para Moscovici (2003), é importante a natureza da mudança a partir da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento de um grupo, orientando em direção àquilo a que temos de responder. Assim, o que parece abstrato em uma geração pode se tornar concreto na geração seguinte. Espera-se, desta forma, que os profissionais percebam e reconheçam a violência como objeto da saúde, de modo que possam ser capazes de oferecer à mulher uma assistência solidária, respeitando sua dor, seus limites e ajudando-a a partir de seu encaminhamento a serviços especializados.

Nesta perspectiva, o estudo oferece subsídios para se pensar no melhor preparo por parte dos profissionais das diversas áreas de atuação. Acredito que o Ministério da Educação tenha condições de incentivar a discussão, nos espaços de formação para profissionais da área da saúde, educação, jurídica, assistência social e policial, acerca das questões que norteiam o complexo fenômeno da violência conjugal. Essa primeira aproximação, enquanto profissionais, possibilitará enxergar, além das fragilidades emocionais, financeiras, sociais e políticas que envolvem as mulheres em situação de violência, com mais cuidado as mulheres e, conseqüentemente, dar a elas uma assistência mais integral e resolutiva. Essa aproximação pode ser viabilizada a partir da inserção da temática violência contra a mulher e contra a criança e o adolescente no currículo de formação, mas não como carga horária teórica destinada à explanação acerca da temática em uma disciplina, e sim transversalmente, principalmente nos espaços de prática e estágio, a partir do exercício de identificação, notificação, além da assistência específica

por parte da instituição procurada.

Vale salientar que o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, inclusive nas diretrizes curriculares dos diversos cursos na área de saúde, para os conteúdos relativos à violência contra a mulher, à equidade de gênero e de raça já está contemplado como umas das medidas integradas de prevenção para a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, devendo ser viabilizadas ações nesse sentido. Os grupos de pesquisas vinculados às Instituições de Ensino Superior podem e devem apoiar o processo de discussão da incorporação da temática na formação dos profissionais.

5 ENCONTRANDO A TESE

Os sujeitos do estudo são constituídos por mulheres negras (90%) e homens negros (96%) vivendo em união estável permeada por relações de violência.

O estudo mostrou que a violência se expressa simultaneamente sob as formas patrimonial, psicológica, moral, física e sexual, de início sutilmente, mas chegando até o desencadeamento de situações menos veladas “... *Ele estava sempre me oprimindo... De querer me proibir de andar com minhas amigas... De eu sair... Teve ato sexual que eu não queria... Ele me bate...*” (M-Gaia). Já se percebe a violência nos primeiros meses de relacionamento: “*Ficamos juntos cinco anos... A gente tinha sete meses quando teve a violência física. Agora, a violência psicológica a gente tinha uns três meses...*” (M-Afrodite), ocorrendo também durante o ciclo gestacional “... *Ele me trancava dentro do quarto e me batia... Eu estava no início da gravidez...*” (M-Hestia) com sérias complicações para a saúde: “... *Eu fiquei doente... Eu fiquei na pele e no osso. Eu tive dor de cabeça, tontura, a pressão ficava alta constantemente, insônia... Abala com você, com seu corpo, com sua estrutura... Eu perdi minha auto-estima... Isso tudo dói e machuca...*” (M-Perséfone).

Por conta das implicações diretas para a saúde da mulher, o setor saúde vem se revelando uma porta de entrada para a identificação e o encaminhamento das mulheres em situações de violência conjugal, já que nem todas buscam suporte da delegacia, mas a sintomatologia da violência traz problemas de saúde como consequência direta da agressão física “... *Eu fui para um posto de saúde para fazer o ponto que estava aberto ainda...*” (M-Gaia) ou pela somatização da experiência traumática que se manifesta, no corpo, em sinais e sintomas característicos de estresse pós-traumático “... *Eu ainda não me superei... Já tem uns três anos que eu tô separada dele... Mas eu vou confessar, até hoje quando eu me bato com ele, meu corpo fica todo tremendo... Tenho pavor... Trauma...*” (M-Deméter). Nesta perspectiva, a enfermagem, pelo cuidado contínuo com o usuário, está mais bem posicionado para identificar, cuidar dessas pessoas e encaminhá-las e, assim, exercer a profissão a serviço da humanidade, atuando para alcançar a melhoria do nível de vida da população e manter elevados os ideais da profissão, conforme o que está dito no ‘Juramento de Enfermagem’.

No entanto, a falta de compreensão do fenômeno da violência conjugal e o não reconhecimento deste enquanto objeto da saúde se refletem no despreparo das pessoas que

atendem as mulheres: ao emitirem juízo de valor (“... *A enfermeira me destratou... Eu me senti julgada*” (M-Gaia)), a busca pelo apoio institucional é inibida: “... *Eu não tenho coragem de ir mais não... Eu tenho vergonha...*” (M-Hestia). É necessária uma formação que contemple a complexidade da violência conjugal, de modo que a conduta de julgamento dê lugar ao posicionamento de solidariedade, o que favorecerá a continuidade da assistência e aumentará a credibilidade no serviço.

Como meio de garantir maior suporte à mulher, torna-se também importante que os serviços estejam articulados, para os encaminhamentos institucionais em rede “*Eu fui na DEAM... Lá mesmo me deram a ficha de encaminhamento para eu ir ao IML... Depois, eu fui para um posto de saúde... Me deram também um papel para eu ir para a defensoria pública e eu fui...*” (M-Gaia). Embora essas falas traduzam um fluxo organizado, a busca pelos serviços requer segurança para o trajeto, pelo temor de novas agressões, e gera gastos financeiros, sinalizando para a necessidade de se pensar em estratégias que assegurem, pelo menos para as mulheres com maior fragilidade e risco, o transporte com acompanhamento de pessoas capacitadas.

A situação de vulnerabilidade social se dá devido a sérias dificuldades financeiras, relacionadas com a baixa escolaridade, o alto índice de desemprego e de dependência econômica de terceiros, principalmente do companheiro. Estas situações potencializam o sofrimento “... *Só esperei meu filho parar de mamar e dei... Não tava trabalhando, não tinha como me sustentar... Eu tô sofrendo com isso*” (M-Nemesis). A isso se acrescenta o fato de que, por não ter onde morar, a violência conjugal “obriga” a mulher a viver no dia-a-dia, situações de pânico e medo “... *Eu fui dormir com uma peixeira debaixo do travesseiro porque eu fiquei com medo dele levantar e querer fazer alguma coisa comigo...*” (M-Deméter). Em resumo, o estudo sinaliza a importância da articulação com as políticas públicas na área jurídico-policia, da saúde, educação, social, habitacional e de geração de renda, no sentido de contemplar as mulheres em situação de violência, pela interseção entre a vivência de violência conjugal e as categorias gênero, raça e classe social, acatando o princípio constitucional da equidade e também da integralidade, já que se deve buscar atendê-las em diversos campos de necessidades.

No que tange ao sistema jurídico-policia, o estudo mostra uma representação enquanto algo demorado e que não dá em nada. Essa representação foi elaborada tanto por homens (“... *Não deu em nada... Mas aqui no Brasil é assim mesmo...*” (H-Hermes)) quanto por mulheres (“... *A gente vai dar queixa, aí marca pra daqui a um mês... É uma*

enrolação...” (M-Ártemis)). É importante mostrar que a Lei Maria da Penha, de fato, aumentará o rigor nas punições, por meio da agilidade e da eficiência dos processos, favorecendo a transformação das representações dos homens, para que, pelo temor de serem punidos, eles passem a dar credibilidade ao poder legal, diminuindo a prática de violência contra suas companheiras e também as representações das mulheres a fim de que estas tenham coragem de denunciar, visto as medidas protetivas.

O estudo revela ainda que as mulheres trazem percepções acerca do papel da delegacia no sentido de fazer com que seus parceiros, por meio de punições, não mais a violentem: “... *Acho que a gente devia ir na delegacia e vir com os homens para pegar ele para prender, bater...*” (M-Medusa) ou aconselhá-los “... *só queria que desse um conselho pra ele mudar...*” (M-Hera) a fim de cessar, como “num passe de mágica”, a violência conjugal. Assim, algumas mulheres já dão um salto na percepção do caráter relacional da violência conjugal como forma de resolver os conflitos, o que também é percebido pelos homens, que clamam por um espaço de escuta e valorização de suas falas “... *Ninguém vê que a mulher também é violenta... Ninguém vê o que o homem quer falar, nem na delegacia, nem na televisão...*” (H-Jasão). Tornam-se indispensáveis mobilizações sociais no sentido de cobrar do Estado políticas públicas que permitam atender aos apelos de mulheres e homens em situação de violência conjugal, com a criação de novos espaços, mediante a reorganização dos serviços já existentes ou a reorientação por parte dos profissionais que atendem. Nesta perspectiva, consideramos essenciais espaços onde se trabalhe o processo educativo para evitar reincidências de violência conjugal e, em caso de separação, o surgimento de novas vítimas, como *Circe*, que sofreu violência por parte dos quatro companheiros.

Entre os 100 sujeitos do estudo, 80% das mulheres e 56% dos homens declararam vivenciar ou ter vivenciado a violência na relação conjugal. Deve-se considerar que nem sempre há uma percepção da vivência de violência conjugal por parte do homem: “... *Ela sabe que se eu prendo, tranco ela é para o bem dela. Nem sabia que isso era violência...*” (H-Apolo) ou mesmo por parte da mulher: “... *Ele me xingava... Me maltratava... Me batia... Para mim era besteira... Não era nada demais...*” (M-Circe). Daí a necessidade de espaços que possibilitem a percepção da vivência de violência, uma maior compreensão acerca do fenômeno, e que se viabilize o processo de rompimento das relações desrespeitosas “... *Enquanto a gente não perceber que vive violência a gente nunca vai sair porque a gente sempre vai achar que é normal*” (M-Afrodite). A construção da relação

homem/mulher está ancorada na visão hierárquica do poder masculino sobre o feminino, gerando uma relação de dependência que impede a percepção da vivência de violência e a construção de relações conjugais mais simétricas.

Ainda que haja igualdade nos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres, esta, por si só, não garante relações conjugais livres de violência. Homens e mulheres que não apreenderam a dialogar nem aprenderam outra estratégia pacífica de resolução de problemas, diante dos conflitos conjugais respondem à violência com violência “... *A gente estava perdendo o respeito um com o outro... Se ele me xingava, eu xingava ele, se ele me bateu, eu descontei. Todos os dois estavam errados*” (M-Atena). Fica claro que a dificuldade de se relacionar de forma respeitosa não é característica do masculino nem do feminino. Deve-se, portanto, dar enfoque ao modo como são construídos os relacionamentos e viabilizar um melhor acompanhamento das famílias, sobretudo das relações conjugais.

Esse processo requer paciência, e o tempo e a escolha de cada sujeito devem ser respeitados: “...*É um processo lento... É um trabalho de muita escuta...*” (M-Hera). As mulheres mostraram a importância do apoio religioso, da família, de amigos e também do *Deusa* para o fortalecimento delas, sobretudo no processo de rompimento da relação de violência. O *Deusa*, para o qual há mais de 10 anos a Escola de Enfermagem da UFBA vem contribuindo, através de projetos de extensão, deu oportunidade para que as mulheres refletissem sobre sua relação conjugal e familiar, pensassem em saídas para não mais se permitir viver relações de violência, recuperassem a auto-estima, conseguissem forças para tomassem a decisão de romper a relação de violência e descobrissem estratégias de resolução de conflitos com base em novos moldes de relações interpessoais ancoradas em valores humanos, morais e éticos, de respeito ao outro e de dignidade.

Desta forma, o *Deusa*, mediante as estratégias de oficinas, também se revelou uma rede social que favoreceu a escuta e o acolhimento à mulher em situação de violência conjugal e o seu fortalecimento para tomar a decisão “*O Deusa também me apoiou com essas reflexões que sempre traz para reuniões... Eu diria para as mulheres que estão passando por violência que elas têm que ter, primeiramente, força de vontade, olhar primeiro para si mesmo e refletir se aquela relação que ela está levando com esse homem está fazendo bem pra ela... Eu era uma pessoa que eu não tinha uma felicidade como eu sinto hoje... Eu acho que antes eu não vivia... (M-Afrodite); “... Eu perdi minha auto-estima... Só vim recuperar no final do ano. Mas, essa evolução toda aconteceu depois que*

eu entrei no Deusa... Eu agradeço muito a Normélia⁶² porque foi ela quem abriu a minha mente... (M-Perséfone)

As entrevistas com mulheres e homens serviram de base para os dados encontrados através do TALP, que permitiu identificar os elementos que compõem o núcleo central da representação de mulheres sobre a violência conjugal – *briga, dor, falta de respeito e traição* – e da representação de homens – *agressão, matarem, proibido e raiva* –. Considerando que os indivíduos agem de acordo com as representações construídas, a identificação dessas representações tem importância fundamental no sentido de se compreender e transformar as significações dadas ao objeto, ou seja, re-significar o objeto a fim de se construírem representações mais próximas do respeito e da solidariedade com o outro.

Com base no exposto, **defendo a tese** de que o processo de enfrentamento da violência conjugal é lento, passa pela compreensão da complexidade do fenômeno, pelo saber interdisciplinar, pelo fazer intersetorial, pelas conquistas políticas e pela oportunidade de refletir sobre os valores sociais e encontrar, através do diálogo, estratégias pacíficas para a resolução de conflitos sob novos moldes de relações interpessoais na família, na escola, no trabalho, na sociedade.

⁶² Coordenadora dos Projetos de Extensão vinculados ao Grupo de Pesquisa sobre Saúde da Mulher da escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, desenvolvidos no espaço do *Deusa* de 1997 até a presente data.

6 CONSIDERAÇÕES

A violência conjugal compromete a saúde não só das mulheres, mas da família de uma forma geral, sobretudo dos filhos. Assim sendo, a luta contra esse tipo de violência não é uma luta de mulheres contra homens. É sim, uma luta da sociedade por um mundo melhor para todos: mulheres, homens e crianças.

Mulheres em vivência de violência conjugal apresentam problemas de saúde físico e mental – cefaléia, hipertensão, distúrbios do sono, depressão. Esses sinais e sintomas são característicos de stress-pós-traumático. Necessário se faz que os profissionais de saúde reconheçam e valorizem essa síndrome a fim de que esta seja diagnosticada precocemente e se evite comprometimento ainda maior para a saúde da mulher. Ainda que os dados até então apresentados se restrinjam aos sintomas de estresse pós-traumático manifestados por mulheres em situação de violência conjugal, é importante salientar a necessidade de estudos que identifiquem como a vivência deste fenômeno se manifesta para os homens.

É importante salientar que o cenário do estudo vem se tornando uma questão conflituosa e bastante delicada. Os projetos de pesquisa revelam que alguns residentes da comunidade fazem parte de atividades ilícitas. Alguns, inclusive, estão envolvidos com o crime organizado, o tráfico ou outros crimes de alto poder ofensivo. Percebe-se esta situação também se faz presente nos espaços das oficinas: no decorrer de 10 anos trabalhando junto a mulheres dessa comunidade elas vêm compartilhando, cada vez mais, cenas que traduzem um cotidiano violento, recheado de atividades ilícitas, inclusive com histórias de assassinatos envolvendo os membros de suas famílias: filhos, irmãos e companheiros. Vale salientar que as mulheres percebem que seus familiares estão exercendo atividades ilegais, perigosas, embora considerem a dificuldade de inserção deles no “mercado de trabalho legal”. Essa experiência eleva o risco de estresse, comprometendo a saúde mental e física dessas mulheres. A isso se soma o fato de essa situação colocar em risco a segurança pessoal do pesquisador, mostrando a necessidade de reflexão na busca de estratégias de minimizar tais riscos, como por exemplo associando nossos projetos à ações que já venham sendo desenvolvidas nesses espaços.

Além disso, trabalhar com a temática violência conjugal requer bastante preparo emocional por parte do pesquisador, porque estamos, a todo instante, em contato com vidas. Vidas que, muitas vezes, não têm “vida”. A violência conjugal baixa a auto-estima, interfere negativamente na qualidade de vida e pode levar à morte, mas quase sempre essa

morte é simbólica, porque magoa a alma, destrói os sonhos, rouba a esperança e a vontade de viver. Rouba também os sonhos das crianças e com isso a possibilidade de uma nova realidade. Difícil não se sensibilizar, até se emocionar. Impossível não se indignar.

Nós, enquanto pesquisadoras, nos comovemos, em menor ou maior grau, com o sofrimento trazido à tona, seja pelas mulheres seja pelos homens. Conhecemos suas histórias. Presenciamos alguns conflitos conjugais. Acompanhamos as inquietações, o choro, o sofrimento, o desespero, as decisões difíceis: Denunciar? Sair de casa? Reatar? Dar o filho para não ter que vê-lo passar fome? Essa vivência, ao mesmo tempo em que nos fortalece no sentido de continuarmos empenhadas e comprometidas na busca de subsídios que levem ao enfrentamento deste fenômeno, nos leva a um grande sentimento de impotência, abalando-nos emocionalmente. O compartilhamento com as demais integrantes do grupo de extensão possibilita apoiarmos umas às outras. Considerando que a assistência passa pelo cuidado das pessoas que cuidam, torna-se importante a existência de espaços para que os profissionais, sobretudo aqueles que mesmo indiretamente assistem pessoas em situação de violência, compartilhem seus sentimentos com relação ao processo assistencial nos diversos campos de trabalho.

Essas intervenções sociais e educacionais em comunidade vêm nos proporcionando um melhor conhecimento de nós mesmas, pois instiga à reflexão sobre nossas histórias de vida, impotências e limitações. Para Fleury (2005), as práticas vivenciais através de metodologias criativas consistem em instrumentos eficazes para se trabalhar a inclusão social de populações que vivem em contextos de conflito, pois favorecem a criação e a recriação de significados do próprio grupo e, assim, aumentam a possibilidade de se formular respostas, incorporando a aprendizagem e a reflexão de questões sociais em uma perspectiva de educação para a cidadania. Neste sentido, essa experiência nos coloca numa posição diferenciada, permitindo uma maturidade profissional nos diversos campos das relações sociais.

Acredito que o estudo contribui, acadêmica e socialmente, para o desenvolvimento do conhecimento teórico acerca da violência conjugal e do seu processo de enfrentamento, pois **permite** maior clareza da magnitude do fenômeno para a vida das mulheres e implicações nas diversas esferas; **orienta** a possibilidade de ações que fortaleçam a mulher e a levem a romper com a relação de violência conjugal, sobretudo no campo da interdisciplinaridade e intersetorialidade, além **de oferecer** subsídios valiosos para se

repensar a formação dos cuidadores e o processo de cuidar, sinalizando para a necessidade do cuidado às mulheres, aos homens e às relações familiares de uma forma geral.

É preciso rever as metodologias de não-violência no processo educativo, sobretudo no preparo de recursos humanos que não sabem lidar com questões da subjetividade, até porque, se não estivermos preparados para a escuta, a *dor* do outro nos mobiliza no sentido contrário, levando-nos a fazer julgamentos, a negar ou a não nos aproximarmos, o que inviabiliza o cuidado.

Na enfermagem, esse cuidado deve se refletir na identificação precoce das situações de violência conjugal e doméstica e no encaminhamento para os serviços da *rede* de atenção a pessoas em situação de violência a fim de evitar maiores agravos à saúde, inclusive a morte. Para isso, as pessoas que cuidam precisam desenvolver a capacidade de escuta e confiança no sentido de acolher as mulheres e os homens nos aspectos técnicos e da subjetividade.

Esperamos que o estudo leve a refletir sobre a complexidade do fenômeno e sobre o papel das instituições educacionais e dos serviços na abordagem da violência conjugal e doméstica. A violência conjugal precisa ser inserida transversalmente nas diversas áreas e disciplinas acadêmicas. Esse processo não deve se limitar a aulas teóricas estanques, para isso os docentes devem criar condições para que os discentes tenham a oportunidade de refletir sobre as relações interpessoais, inclusive as familiares e conjugais. Essa experiência permite ao grupo trazer histórias de violência doméstica e conjugal, que podem ser dramatizadas a partir de técnicas específicas como o sociodrama e o psicodrama, sensibilizando-os para a *dor* e os limites do outro, favorecendo, portanto, uma sensibilidade para a escuta e o posicionamento de solidariedade na ação do cuidar. Torna-se urgente que as instituições de ensino superior considerem essa abordagem no processo de formação de seu corpo docente e discente a fim de que a violência conjugal seja mais claramente reconhecida como uma questão de saúde pública complexa, que requer a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, o que pode e deve ser contemplado a partir da interação entre comunidade, serviço e universidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. L. M. La violencia de género: Entre el concepto jurídico y la realidad social. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología* (en línea). LOCAL n. 08-02, p. 2-1 - 2-13, 2006. Disponível em: < <http://criminet.ugr.es/recpc/08/recpc08-02.pdf> >. Acesso em: 02 fev. 2008.
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos Interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.
- ADEODATO et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v.39, n.1, p. 108-113, fev, 2005.
- AGUIAR C. *Guia de serviços de atenção à pessoas em situação de violência*. Salvador, Grupo de trabalho Rede de Atenção/ Fórum Comunitário de combate à violência, 2002.
- AGUIAR, N. *Teatro espontâneo e psicodrama*. São Paulo: Agora, 1998.
- ALMEIDA, G. J. As Representações Sociais, O Imaginário e a Construção Social da Realidade. In: SANTOS, M. F. S., ALMEIDA, L. M. *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Alagoas: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 200 p.
- ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v.7, n.2, p.171-206, dez. 2005.
- ARAÚJO, A. J. S. et al. Incidência de violência contra a mulher no bairro João de Deus no município de Petrolina. In: GOMES, N. P.; RAMOS, P. R. (Org.). *Saúde e enfermagem: a pesquisa como valor na formação profissional*. Rio de Janeiro: Booklink, Petrolina: Univasf, 2008. 168 p.
- ARCOS G. E. et al. Perspectiva de género en la formación de profesionales de la salud: Una tarea pendiente. *Revista Médica do Chile*, Chile, v.135, p. 708-717, 2007.
- ARNOLD, M. W. et al. Anos potenciais de vida perdidos por mulheres em idade fértil na cidade do Recife, Pernambuco, vítimas de morte por homicídio nos anos de 2001 e 2002. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, Recife, v.7 (Supl. 1), p. S23-S28, nov., 2007.
- BALLONE, G. J. *Violência doméstica*. 2003. Disponível em: < <http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html> >. Acesso em: 17 abr. 2007.
- BANCHS, M.A. Representações sociais e trabalho comunitário: seu estudo a partir de uma perspectiva etnográfica. In: MOREIRA, A.S.P.; CAMARGO, B.V. (Org.). *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p.269-95.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: edições 70. 2004. 224 p.

BARROS, A. R. *Perfil das mulheres que sofrem violência doméstica e repercussões à saúde reprodutiva*. (Relatório de pesquisa/TCC). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BATISTA, K.B.C. Violência contra a mulher e Programa Saúde da Família: a emergência da demanda na visão dos profissionais. In: Villela, W.; Monteiro, S. *Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em Questão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arbeit Factor, 2005. p.119-137.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUN, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes, 2002. p. 17-36.

BIANCHETTI, L; JANTSCH, A. P. *Interdisciplinarietà e práxis pedagógica emancipadora*. 2002. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/showprod.php?id=246>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

BLAY, E. P. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Mulher, Mulher*. São Paulo, vol. 17, n.49, p. 1-10, 2003.

BOAS, L.P.S.V. e SOUSA, C. P. Representações sociais e história: limites e possibilidades. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); CAMARGO, B.V. (Org.). *Contribuições para a Teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p. 153-80.

BORN, L.; PHILLIPS, S. D.; STEINER, M. *et al*. Trauma & the reproductive lifecycle in women. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 27, n.2, p. 65-72, 2005.

BRANCO, C. S. C. *Sexualidade e Violência: as instituições como lugar de sua perpetuação*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1999.

BRASIL. *Código Civil (Revogado)*. Lei Nº 3.071 - de 1º de janeiro de 1916 - DOU DE 05/01/1916. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/11/1916/3071.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. *Código Penal. 1940*. Disponível em:<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2007.

BRASIL. *Lei n. 6.259 - de 30 de outubro de 1975* - DOU de 31/10/75. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6259.htm>>. Acesso em: 28 maio 2007.

BRASIL. *Lei da Anistia*. Lei da Anistia. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. - DOU DE 28/8/79 – Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1979/6683.htm>>. Acesso em: 15 maio 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2007.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm> >. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 196*. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Revista Bioética. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Medicina, v.4, 1996, p. 15-25.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Conferência Nacional de Saúde. *A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública*, 1998. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm>. Acesso em: 17 maio 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviços*. Cadernos de Atenção Básica n. 8. Série A – Normas e manuais técnicos, n.131. Brasília, 2001, 96p.

BRASIL. *Lei de Notificação Compulsória da Violência*. Lei n. 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.778.htm>. >. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica*. 2ª ed. atual. e ampl. Brasília, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras*. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2005b. 20 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Enfrentando a Violência contra a Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005c. 64 p.

BRASIL. *Lei n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes*. Editora do Ministério da Saúde: Brasília, 2006b, 64 p.

BRASIL. *Brasil terá Observatório para monitorar a implantação da Lei Maria da Penha*, 25 de novembro de 2006c. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/noticias_24_11_06/>. Acesso em: 25 jun. 2007.

BRASIL. *Enfrentamento à violência contra a mulher: balanços de ações 2006-2007*. 2007. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/violencia_2007.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Manual instrutivo de preenchimento da Ficha de notificação/investigação individual violência doméstica*,

sexual e/ou outras violências. DASIS/CGDANT: set. 2008a, 34 p. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/nive/Instru_violenciav30.doc>. Acesso em: 22 out. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direitos Humanos e Mediação de conflitos*. ITS Brasil: 2008b. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127:curso-qdireitos-humanos-e-mediacao-de-conflitosq&catid=36:noticias&Itemid=61>. Acesso em: 15 out. 2007.

BRUSCHI, A.; PAULA, C. S. de; BORDINM, I. A. S. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v.40, n.2, p.256-264, abr. 2006.

CAMARGO, C.L. de. *Violência física familiar contra crianças e adolescentes: recorte localizado*. 1996, 207f. Tese de doutorado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

CARDILLO, A. *Como surgiu a expressão “Sem eira nem beira”*. 2008. Disponível em: <http://www.amigosdolivro.com.br/materias.php?cd_secao=551&codant=>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

CARNEIRO, A. O.; GOMES, N. P. Ações intersetoriais para promoção da saúde. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 30, p. 88-90, 2004.

CGT BRASIL. *A Discriminação de gênero entre os jovens*. 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/doc/cgt_brasil.doc>. Acesso em: 17 mar. 2007.

CIM. Comissão Interamericana de mulheres. *Relatório Nacional: Brasil*. Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas, Salvador-BA, 2006. Disponível em: <<http://74.125.93.132/search?q=cache:jKkIag7LDCUJ:www.oas.org/cim/XXXIII%2520Asamblea%2520de%2520Delegadas/CIM-doc.20.Brasil.port.doc+COMISS%3%83O+INTERAMERICANA+DE+MULHERES+TRIG%3%89SIMA+TERCEIRA+aSSEMBL%3%89IA+DE+DELEGADAS+OEA/Ser.L/II.2.33+13+a+15+de+novembro+de+2006+CIM/doc.20/06&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 maio 2008.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995, 1994.

CORREIO DA BAHIA. *Denúncias de violência contra mulher crescem 32% em 2008*. 12 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4838&Itemid=2>. Acesso em: 14 de jun. 2009.

COSTA, D. *Percepção social de mulheres vítima de violência conjugal: estudo exploratório realizado no Conselho de Lisboa*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005. 423 p.

COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

- COSTA, M.; GOMES, G.. *Dia Internacional de Luta pela não violência à mulher*. 2007. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/paginas/pauta.view.php?id_pauta=42>. Acesso em: 11 jul. 2007.
- CREPSCHI, J. L. B. *Significações psicológicas dadas à violência sexual por mulheres atendidas em ambulatório especializado universitário – um estudo clínico-qualitativo*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.
- DAVIS, N. W.; MEYER, B. B. Qualitative data analysis: a procedural comparison. *Journal of Applied Sport Psychology*, Milwaukee, v. 21, pag 116–124, Jan, 2009.
- DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, RS, n.25 (suplemento 1) p. 9-21, abril, 2003.
- DANTAS-BERGER, S.M. e GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade invisibilidade e banalização da violência sexual? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 417-425, abr. 2005.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.129-137, jan-mar, 2000.
- DINIZ, N. M. F.; MONTEIRO, A. P. *O ciclo da violência conjugal: mulheres na busca por atendimento na saúde e na Delegacia Especial de Apoio à Mulher – DEAM*. (Relatório de pesquisa/PIBIC/GEM). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- DINIZ, N. M. F., SANTOS, M. F. S., LOPES, R. L. M. Representações sociais de família e violência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto, v.15, p.1184-89, dez. 2007.
- DINIZ, N.M.F et al. Violência doméstica: assistência à mulher com lesões corporais. *Revista Baiana de Enfermagem Salvador*, Salvador, v.15, n.12, jan/ago. 2002.
- DINIZ, N. M. F. et al. Violência conjugal e suas implicações na prevenção de DST/HIV. *Revista de Enfermagem da UERJ*. Salvador, n.11, p. 80-4, 2003a.
- DINIZ, N. M. F. et al. Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 80-88, 2003b.
- DINIZ, N. M. F. et al. O aborto provocado e a violência doméstica entre mulheres atendidas em maternidade pública do município de Salvador-BA. *Revista Paulista de Enfermagem*, São Paulo, 2009. (No prelo).
- DINIZ, S.G. A violência contra as mulheres como questão de saúde no Brasil. In: DINIZ, S. G.; SILVEIRA, L. P.; MIRIM, LIZ A. (Org.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p.168-208.
- DOU - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, *Decreto Lei* n.7.353 de 29-08-1985.

DREZZET, J. Violência sexual como problema de saúde pública. In: TAQUETTE, S.R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.31-34.

ELLSBERG, M. C.; HEISE, L. *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC, United States: World Health Organization, PATH; 2005. 259 p.

ELSEN, I. et al. *Um marco conceitual para o trabalho com famílias*. Florianópolis: GAPEFAM/UFSC, Mimeografado, 1992.

FAGUNDES, N. C.; BURNHAM, T. F. Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo. *Revista da FACED*, Bahia, v.6, n.5, p. 39-55, 2001.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, Abr, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2007.

FARIA, C. de. *Estudo do aspecto odonto-legal das lesões corporais decorrentes de violência doméstica*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

FCCV. *Fórum Comunitário de Combate à Violência*. 1996. Disponível em: URL:<<http://www.fccv.ufba.br>>. Acesso em: 06 mai. 2007.

FERNANDES, M.P.M. *Sobrevivi, posso contar*. Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) e da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. 1994. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/belem/docs/Caso%20maria%20da%20penha.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, C.D.F. *Discriminação e preconceito*. 2002. Disponível em: <<http://www.familianegrabrazil.com.br/menu/direitos/direitos.html>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

FLEURY, H.J.; MARRA, M.M. *Intervenções grupais na educação*. São Paulo: Ágora, 2005, 166 p.

FOELKEL, A. *Violência sexual e doméstica contra as mulheres no Brasil: reflexão sobre o quadro atual e a atuação de Ipas Brasil*. 2004. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/arquivos/Foelkel2004_violencia.doc>. Acesso em: 16 maio 2007.

FONTES, A. C. et al. Mulheres profissionais do direito e a violência contra a mulher na Bahia. In: Simpósio baiano de pesquisadores sobre a mulher e relações de gênero, Salvador-Ba, *Anais*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 1998, p. 5-20.

FRAGA, A. Lutador foge após torturar esposa em Villas do Atlântico. *Jornal A Tarde*. Salvador, 29 de Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1175510>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saber necessário à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Violência contra a mulher* [Pesquisa] out. 2001, 6p. Disponível em: <www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf> Acesso em: 13 set. 2007.

GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. *Revista de Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n.2, p.89-99, maio-ago 2004.

GARBIN, C. A. S. et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.22, n.12, p. 2567-2573, dez, 2006.

GASTALDO, D. Interdisciplinariedade: questões conceituais e aplicadas. *Texto Contexto Enfermagem*, Santa Catarina, n. 14, vol. 3, p. 317-318, jul-set 2005.

GODOY, A. S.; LAGE, M. C. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes computer-aided qualitative data analysis: emerging questions. *Revista de Administração Mackenzie*. São Paulo, v. 9, n. 4, edição especial, p. 75-98, 2008.

GOMES, N. P. *Violência conjugal e suas implicações para prevenção de DST/HIV: discurso masculino*. (Relatório de pesquisa/TCC). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

GOMES, N.P. *Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003a, 154p.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Vivência de Violência Familiar: Homens que Violentam suas Companheiras. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Salvador, v. 58, p. 176-179, 2005.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Compreendendo o ciclo da violência conjugal: representações masculinas. *Revista Paulista de Enfermagem*, Salvador, v. 27, n.1, 2008a.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Homens desvelando as formas da violência conjugal. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 21, n.2, p. 262-7, 2008b.

GOMES, N. P. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, pág. 504-508, 2007.

GOMES, N. P. et al. Violência contra a mulher no município de Juazeiro, BA: autores e recidiva. *Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)*, Juazeiro, v. 31, n.75/76/77, p. 107-115, 2008.

GOMES, R. A mulher em situações de violência sob a ótica da saúde. In: MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. 20.ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003b. Cap. 7, p. 199-222.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, p. 117-140, 2005.

GONZÁLEZ, O. M. G. Violencia Intrafamiliar: un daño de incalculables consecuencias. *Revista CENIPEC*, Venezuela, n.25, p. 223-245, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. L. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002, p.80-82.

GUEDES, R.N.; SILVA, A.T.M.C.; CARDOSO, E.A. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v.9, n.2, p.362-378, 2007. Disponível em:<www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/v9n2a06.htm>.

GUIMARÃES, R.F.; ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho social com família. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002. p. 63-76.

HEISE, L. Violência e gênero: uma epidemia global. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.10 supl.1, p.135-145, 1994.

IBOPE/ Instituto Patrícia Galvão. *Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher*, 2006, 22p Disponível em :<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/pesquisa_ibope_2006-versao_site.pdf> Acesso em: 08 set. 2006.

JACOBUCCI, P. G. *Estudo psicossocial de mulheres vitimas de violência doméstica, que mantêm o vínculo conjugal após terem sofrido as agressões*. (Dissertação de Mestrado). 2004. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2004.

JACOBUCCI, P.G; CABRAL, M.A.A. Depressão e traços de personalidade em mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo, v.26.n.3. p.215-215, set. 2004.

JODELET, D. Representações do contágio e a AIDS. In: JODELET, D.; MADEIRA, M. (orgs). *Aids e representações sociais: à busca de sentidos*. Natal: EDUFRN, 1998, p. 17-45.

JODELET, D. Imbricações entre representações sociais e intervenção. In: MOREIRA, A.S.P.; CAMARGO, B.V. (Org.). *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p.45-74.

KISS, L.B.; SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.11, n.23, p.485-501, set/dez 2007.

LACERDA, L. *Gênero e raça: Mulheres Negras*. 2005. Disponível em: <<http://www.psol.org.br/nacional/mulheres/409-gro-e-ra-mulheres-negras>>. Acesso em: 05 maio 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

LIMA, V. C. *Família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intra-grupais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 1977.

- LISBOA, C. et al. Estratégias de Coping de Crianças Vítimas e Não Vítimas de Violência Doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.15, n.2, p. 345-362, 2002.
- LISBOA, M. (Coord.). *Inquérito Violência de Gênero*. SociNova/CesNova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2008. 20 p.
- LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002, pág. 63-76.
- LOURENÇO, M. A. *A experiência da gestação e amamentação sobre a ótica de mulheres vítimas de violência conjugal*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Fernandes Frigueira. Fundação Osvaldo Cruz, o de Janeiro-RJ, 2006. 124 p.
- MALDONADO, D. P. A.; WILLIAMS, L. C. A. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em estudos*, Maringá, v. 10, n.3, p.353-62, set./dez. 2005.
- MATTAR, R. et al. A violência doméstica como indicador de risco no rastreamento da depressão pós-parto. *Revista Brasileira de Ginecologia Obstétrica*. Rio de Janeiro, v.29, n. 9, p.470-7, set. 2007.
- MENEGAZZO, C.M.; TOMASINI, M.A. e ZURETTI, M.M. *Dicionário de psicodrama e sociodrama*. São Paulo: Ágora, 1995.
- MENEGHEL, S. N. et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.747-757, jul-set, 2000.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004. 255 p.
- MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para a saúde do brasileiro In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-42.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-32, 1999.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* (tradução: Eloá Jacobina). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 128 p.
- MOSCOVICI, S. A relatividade tem 100 anos. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.); CAMARGO, B.V. (Org.). *Contribuições para a Teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007. p. 21-43.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2003.
- MOURA, A. T. M. S. de.; REICHENHEIM, M. E. estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do rio de janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.21, n4. p.1124-33, jul-ago, 2005.

- MULLER, J.M. *Não-violência na educação*. [tradução de Tônia Van Acker]. São Paulo: Palas Athena, 2006. 110 p.
- OLEGÁRIO, M. L.; GALDINO, A. S. Gênero e violência contra a mulher além dos muros da universidade e aquém do direito. In: III Encontro de Extensão da UFCG, 2006, Campina Grande, 4 p. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~proex/III%20ENC.%20EXT/ResumoIII%20ENC%20EXT/DIREITOS%20HUMANOS/genero%20e%20violencia.pdf>> Acesso em: 07 set. 2008
- OLIVEIRA, C. C.; FONSECA, R. M. G. S. Práticas dos profissionais das equipes de saúde da família voltadas para as mulheres em situação de violência sexual. *Revista da Escola de Enfermagem*, São Paulo, v.41, n.4, p. 605-12, 2007.
- OLIVEIRA, D. C. et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das Representações Sociais. In: PAREDES, A. S. *Metodologia de estudo das Representações Sociais*. Ed. UFPB/Portugal, João Pessoa e Lisboa: Editora UBPB/Portugal, 2003.
- OLIVEIRA, M. B. de. *Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.
- OLIVEIRA, M.C. et al. *Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho e situações de conflito de gênero*. São Paulo: NEPO/PMFC, 2007.
- OMS. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Organização Mundial da Saúde. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Genebra, 2002.
- PADOVANI, R.C.; WILLIAMS, L.C. A intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. *Psicologia em estudo*. Maringá, v.7, n.2, p.13-17 jul/dez.2002.
- PAREDES, E.C.; SAUL, L.L.; BIANCHI, K.S.R. *Violência: o que tem a dizer alunos e professores da rede pública de ensino cuiabana*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2006, 261p.
- PENTEADO, F. G. et al. *Análise bioética da percepção da solidariedade e na ação do voluntariado na abraça*. 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/viewFile/122/106>>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- PEREIRA, A. de S. et al. Produção sobre acidentes e violência apresentada em encontros de iniciação científica. *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.218-22, 2007.
- PÉREZ, B.A.G. *Aborto provocado: Representações Sociais de mulheres*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2006.
- PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75. abr. 2004.
- PNAD. *Mercado de trabalho, trabalho infantil e previdência*. v.2, 23p. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_09_30_Pnad_PrimeirasAnalises_N10MT.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

- PORTUGAL. *Plano Nacional Contra a Violência Doméstica*. 2007. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/DA3EF4A0-74A1-4531-BC08-6A8714E295AB/0/III_PNCVD.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- PORTUGAL. *Violência doméstica: números em Portugal são intoleráveis*. 2008. Disponível em: <http://www.mp.gov.pt/mp/pt/GabImprensa/NoticiasLusa/GC15/20031125_Violencia_Domestica.htm>. Acesso em: 05 nov. 2008.
- QUEIROZ, F. M. de. Violência contra a mulher: o “pessoal é político”. *Revista Expressão*, Mossoró, v.32, n.1-2, p.29-42, 2002.
- REIS, I.C.F. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- RIBEIRO, B.C.S.; FREITAS, D.S. *Violência contra a mulher: produção científica dos grupos de pesquisa da Bahia*. (Relatório de pesquisa/TCC). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. revisada. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.
- ROCHA, M. M. da. Vigilância em saúde e a violência contra adolescentes. In: TAQUETTE, S.R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.91-96 .
- SÁ, C. P. *Núcleo central das Representações Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 189 p.
- SALIBA, O.; GARBIN, C.A.S.; GARBIN, A.J.I.; DOSSI, A.P. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n.3, p. 472-477, jun, 2007.
- SALVADOR. *Diagnóstico de saúde da população negra de Salvador*. Prefeitura Municipal de Salvador/Secretaria Municipal de Saúde/Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra. Salvador, 2006.
- SALVADOR. *SPM promovendo políticas para todas as mulheres: dados estatísticos*. 2009. Disponível em: <http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002. p. 21-36.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.3 , n.5, p.11-26, ago 1999.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 5, p.797-807, out, 2007.

- SILVA, E. B. *Aparando as arestas, tecendo o fio: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista*. In: Simpósio Internacional, 1, 2000, *O Desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe*. 2000.
- SILVA, I. V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.19, n.2, 2003.
- SILVA, L.L.; COELHO, E.B.S.; CAPONI, S.N.C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*. Botucatu, v.11, n.21, p. 93-103, jan./abr. 2007
- SIM. *Sistema de Informação Municipal de Salvador*. 2009. Disponível em :<<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>> Acesso em: 11 jun. 2009.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCUI, P.; JOVCHELOVITCH, S (org). *Textos em Representações Sociais*. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995. p. 117-45.
- SULLCA, T. F.; SCHIRMER, J. Violencia intrafamiliar en la adolescencia en la ciudad de Puno – Peru. *Revista Latino-am Enfermagem*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 124-131, jul.-ago.2006.
- TAQUETTE, S. et al. *Mulher adolescente/jovem em situação de violência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. 128 p.
- TAVARES, D. M. C. *Violência doméstica: uma questão de saúde pública*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo, São paulo-SP, 2000.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.107 p.
- VALOURA, L. C. *Paulo Freire: o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador*. 5f. 2006. Disponível em: <http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire> acesso em: 04 maio 2009.
- VENDRELL, M. *ONU denuncia fracasso de políticas para proteger as mulheres*. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1305742-5602,00.html>> acesso em: 18 jun. 2009.
- VENTURA, M. et al. *Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos: síntese para gestores, legisladores e operadores do direito*. Rio de Janeiro: ADVOCACI, 2003.
- VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, vol. 11, n.4, jul/ago, 2003.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ESCOLA DE ENFERMAGEM

A/O Sra (Sr.) está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa intitulada “Processo de enfrentamento da violência conjugal” que tem como objeto de estudo o processo de enfrentamento da violência conjugal e o objetivo de analisar o processo de enfrentamento da violência conjugal. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por mim, Nadirlene Pereira Gomes, como atividade do Curso de Doutorado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Profa. Dra. Normélia Maria Freire Diniz.

A/O Sra (Sr.) poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase do estudo, sem qualquer prejuízo. Caso a/o Sra (Sr.) aceite, todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais, de modo que os sujeitos serão identificados por nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato e assegurando a privacidade.

As informações poderão ser gravadas com o auxílio de um gravador portátil em um local onde a/o Sra (Sr.) poderá falar livremente sobre a sua experiência, caso aceite. A coleta dos dados será realizada de acordo com a sua disponibilidade e mediante a sua prévia autorização por escrito. Concordando em participar da entrevista, a/o Sra (Sr.) poderá ouvir a fita e retirar ou acrescentar quaisquer informações. O material da gravação será por mim arquivado por 5 (cinco) anos e após esse período será destruído.

Ao participar desta pesquisa, a/o Sra (Sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Também não haverá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior compreensão acerca do fenômeno da violência conjugal, de forma a contribuir com subsídios para a discussão de ações possíveis de serem desenvolvidas nos serviços de atenção à mulher em situação de violência. Os resultados deste estudo serão publicados na tese e artigos científicos e divulgados em instituições de atenção à mulheres em situação de violência e em entidades de organização de mulheres.

Os aspectos acima mencionados respeitam a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da instituição vinculada a pesquisadora (71) 3263-7600 ou do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa – Hospital Santo Antônio que aprovou o projeto sob nº 31/07 (71)3310-1278.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Confirmando ter compreendido todas as informações acima descritas e, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura da/o entrevistada/o

Nadirlene Pereira Gome

APÊNDICE B – Formulário - Entrevista I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Idade:

Cor ou raça: () preta () branca () amarela () parda () indígena

Grau de escolaridade:

() Nunca estudou () Alfabetizada () Antigo primário
 () Fundamental ou 1º grau incompleto () Fundamental ou 1º grau completo
 () Ensino médio ou 2º grau incompleto () Ensino médio ou 2º grau completo
 () Superior incompleto () Superior completo

Situação Conjugal: () casada(o) () solteira(o) () união consensual
 () viúva(o) () divorciada(o) () desquitada(o) ou separada(o)

Trabalho

Trabalho fora de casa? () Sim () Não

O que faz? _____

Onde? _____

Trabalha em casa com remuneração? () Sim () Não

O que faz? _____

Condição financeira

Vive às próprias custas, sem depender de ninguém? () Sim () Não

Se não: () parcialmente dependente () totalmente dependente

Quem ajuda você financeiramente? () seu marido/esposa/companheiro () seu Pai / Mãe

() parentes () amigos () outros _____

Vivência de violência na relação conjugal

() SIM () NÃO

Expressão da violência: (moral, patrimonial, psicológica, sexual, física)

Data: ____/____/200

APÊNDICE C – Formulário - TALP**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM****PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL****1. ESTÍMULO INDUTOR**

Que palavras vêm na sua cabeça quando digo expressão “VIOLÊNCIA ENTRE O CASAL”?
Diga-me 5 palavras (colocar na ordem que ela disser)

- 1^a _____
2^a _____
3^a _____
4^a _____
5^a _____

Dessas palavras que você me disse, coloque na ordem da mais importante para a menos importante para você (escrever na ordem que ela disser)

- 1^a _____
2^a _____
3^a _____
4^a _____
5^a _____

Escolha 2 palavras que melhor definem expressão “VIOLÊNCIA ENTRE O CASAL” para você?

- 1^a _____
2^a _____

Agora me diga por que você escolheu essas 2 palavras? Justifique.

Data: ____/____/200

APÊNDICE D – Formulário - Entrevista II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL**Questões norteadoras:**

1. “Me fale de sua relação com seu companheiro”
2. “Como é, para você, viver em situação de violência doméstica?”
3. “Como você está enfrentando a violência doméstica?”

Data: ____/____/200

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM



HOSPITAL SANTO ANTÔNIO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CEP - 091

Salvador, 08 de agosto de 2007.

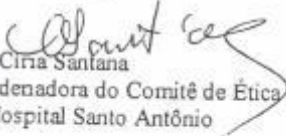
Sra. Nadirlene Pereira Gomes
Pesquisadora Responsável

Prezada Senhora:

Cumpre-nos informar que o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Santo Antônio aprovou o Projeto de Pesquisa nº 31/07, intitulado "**Representações e Vivências do Enfrentamento da Violência Doméstica contra Mulher**", na reunião do dia 07 do corrente.

Reiteramos a necessidade de ser encaminhado relatório periódico até 07/02/2008 (06 meses após aprovação) ou relatório final, se o término ocorrer antes dessa data.

Atenciosamente,


Dra. Ciria Santana
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Do Hospital Santo Antônio

ANEXO B – Dicionário de termos evocados por mulheres e homens EVOC 2005

- 1; tristeza; falta-de-respeito; dor; falta-de-caráter; sofrimento-oculto
- 2; agressão; dor; desanimada; falta-de-respeito; forçada
- 3; briga; violência; agressão-física; falta-de-respeito; ódio
- 4; raiva; emoção; tristeza; vontade-de-ação; rejeição
- 5; falta-de-caráter; infantilidade; imoralidade; falta-de-respeito; abuso
- 6; briga; discussão; desentendimento; desconfiança; desprezo
- 7; medo; pavor; agressão; raiva; ódio
- 8; agressão; traição; ódio; tristeza; morte
- 9; ódio; covardia; indignação; ignorância; medo
- 10; pancada; maus-tratos; estupro; tristeza; desentendimento
- 11; angustia; raiva; absurdo; ódio; vingança
- 12; exploração; briga; machucar; espancamento; ferir
- 13; agressão-física; agressão-moral; agressão-verbal; humilhação; agressão-sexual
- 14; ignorância; falsidade; inimigos; morte-de-sentimentos; medo
- 15; difícil; revolta; complicado; triste; desumano
- 16; tristeza; impotência; falta-de-carinho; falta-de-amor; falta-de-compreensão
- 17; decepção; insegurança; dor; medo; ódio
- 18; medo; agressivo; dor; traição; revolta
- 19; agressão-física; raiva; falta-de-amor-próprio; injustiça; solução
- 20; rancor; agressão; medo; briga; maldade
- 21; falta-de-respeito; baixa-auto-estima; escravidão; morte-de-sentimentos; dependência
- 22; desunião; tristeza; desamor; pais-separados; pai-que-batia-na-mãe
- 23; murro-na-cara; ofensas; humilhação; escravidão; xingamento
- 24; falta-de-dinheiro; falta-de-equilíbrio; falta-de-religião; falta-de-estudo; falta-de-família
- 25; barbaridade; canalha; mau-caráter; tristeza; agressão
- 26; espancamento; maldade; terror; ignorância; covardia
- 27; desunião; desamor; infelicidade; briga; violência
- 28; ódio; dor; preocupação; morte; matar
- 29; dor; maus-tratos; falta-de-diálogo; falta-de-amor; machismo
- 30; dor; humilhação; vergonha; medo; solidão
- 31; destruição; insegurança; agressão; infelicidade; discórdia-no-lar
- 32; destruição; tristeza; briga; rancor; pavor
- 33; tantas-coisas; não-poderia-existir; violência-só-gera-violência; não-leva-a-lugar-nenhum; tragédia
- 34; morte; assassinato; falta-de-amor; brutalidade; confusão
- 35; ruim; raiva; depressão; agressão-física; destruição
- 36; traição; agressão; raiva; rancor; inveja
- 37; covardia; ódio; raiva; desprezo; revidar
- 38; desespero; desprezo; descarração; raiva; angustia
- 39; violência; morte; doença; denunciar; ódio
- 40; maus-tratos; estupro; tristeza; rancor; raiva
- 41; dor; necessidade; vingança; reação; briga
- 42; falta-de-respeito; desentendimento; desilusão; falta-de-caráter; desespero
- 43; apanhar; abandono; violentar; maus-tratos; desprezo
- 44; espancamento; agredir; explorar; estupro; ofender
- 45; falta-de-respeito; agressão; falta-de-compreensão; falta-de-diálogo; falta-de-harmônia
- 46; raiva; omissão; dor; triste; queixa
- 47; xingamento; agressão; machucar; ofender; diminuir
- 48; apanhar; bater; ferir; cair; dor
- 49; separação; traição; tristeza; desunião-dos-filhos; ajudar
- 50; infelicidade; falta-de-companheirismo; falta-de-amor; desigualdade; raiva
- 51; não-pode; violência; feio; melhorar; ajudar
- 52; bater; falta-de-respeito; ciúme; triste; falta-de-confiança
- 53; tráfico; discussão; magoado; tristeza; não-ajudar
- 54; discussão; briga; agressão; difamação; culpa
- 55; agressão; mulher; criança; agressão-corporal; inadequado
- 56; agressão; sem-palavras; indignação; tristeza; dor

57;xingamento;traição;agressão;revolta;espancamento
 58;errado;murro;prostituição;agressão;não-era-para-existir
 59;bater;garrafada;facada;murro;água-quente
 60;cacetada;ajoelhada;bolo;surra;murro
 61;não-existe;ruim;proibido;contra;detesta
 62;desgosto;contra;proibido;raiva;tristeza
 63;contra;desgosto;falta-de-apoio;ajudar;lutar
 64;raiva;nervoso;atingir;jamais;omissão
 65;raiva;monte-de-coisa;sem-palavras;absurdo;covardia
 66;xingamentos;torturas;espancamento;abuso;perversidade
 67;violência;desunião;briga;covardia;falta-de-paz
 68;discordo;acabar;não-deveria-acontecer;direito;violência
 69;falta-de-acordo;falta-de-discórdia;ignorância;autoridade;murro
 70;facada;cacetada;brigar;murro;tiro
 71;covarde;bater;difícil;traição;estrangular
 72;nunca;bater;mulher;raiva;momento
 73;matar;murro;facada;cacetada;discussão
 74;homem;bater;mulher;escravidão;prazer
 75;raiva;murro;tapa;bater;agressão
 76;nunca;agressão;preguiça;porcaria;covardia
 77;delegacia;obrigação;separação;errado;vergonha
 78;raiva;indignação;perdição;ladrão;ódio
 79;revolta;nervosismo;bater;falta-de-paciência;falta-de-diálogo
 80;murro;ferida;falta-de-controle;desespero;agressão
 81;violência;morte;matar;morror;balas
 82;prisão;pavor;engano;socorro;sofrimento
 83;desespero;medo;bebida;drogas;sobreviver
 84;bater;murro;ferida;sujeira;aflição
 85;pior;escuridão;bala;chantagem;maltratar
 86;angustia;sofrimento;dor;desemprego;imaturidade
 87;decadência;raiva;justiça;tristeza;pobreza
 88;maldade;traição;destruição;infidelidade;mentira
 89;assassinato;prisão;solidão;tortura;difamação
 90;proibido;destratar;maldade;miserável;não-admito
 91;briga;violência;morro;tapa;beliscão
 92;raiva;defender;abandono;insegurança;justiça
 93;matar;queimar;vingança;discussão;ruim
 94;raiva;defender;abandono;insegurança;justiça
 95;impaciência;burrice;delegacia;roubo;agressão
 96;murro;tapa;xingar;humilhar;beliscão
 97;agressão;xingamento;desemprego;murro;facada
 98;fúria;briga;nervoso;tráfico;incompreensão
 99;péssimo;violência;não-deve-acontecer;briga;matar
 100;raiva;destruição;agressão;violência;covardia

Agressão (bater, facada, murro, cacetada, tapa e violência)

Briga (discussão, desentendimento)

Proibido (contra)

Raiva (ódio e rancor)

ANEXO C – Distribuição das palavras evocadas por mulheres e homens por frequência e ordem média EVOC 2005

ENSEMBLE DES MOTS		RANGS				
	FREQ.	1 *	2 *	3 *	4 *	5 *
abandono	: 3 :	0*	1*	2*		
moyenne :	2.67					
absurdo	: 2 :	0*	0*	1*	1*	
abuso	: 2 :	0*	0*	0*	1*	1*
acabar	: 1 :	0*	1*			
aflição	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agressao-fisica	: 2 :	0*	0*	1*	1*	
agressao-moral	: 1 :	0*	1*			
agressao-sexual	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agressao-verbal	: 1 :	0*	0*	1*		
agressão	: 64 :	16*	21*	10*	8*	9*
moyenne :	2.58					
agressão-corporal	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
agressão-física	: 1 :	1*				
ajudar	: 3 :	0*	0*	0*	1*	2*
moyenne :	4.67					
ajuelhada	: 1 :	0*	1*			
angustia	: 3 :	2*	0*	0*	0*	1*
moyenne :	2.33					
apanhar	: 2 :	2*				
assassinato	: 2 :	1*	1*			
atingir	: 1 :	0*	0*	1*		
autoridade	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
baixa-auto-estima	: 1 :	0*	1*			
bala	: 1 :	0*	0*	1*		
balas	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
barbaridade	: 1 :	1*				
bebida	: 1 :	0*	0*	1*		
beliscão	: 2 :	0*	0*	0*	0*	2*
bolo	: 1 :	0*	0*	1*		
briga	: 20 :	4*	5*	4*	4*	3*
moyenne :	2.85					
brutalidade	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
burrice	: 1 :	0*	1*			
cair	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
canalha	: 1 :	0*	1*			
chantagem	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
ciume	: 1 :	0*	0*	1*		
complicado	: 1 :	0*	0*	1*		
confusao	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
covarde	: 1 :	1*				
covardia	: 7 :	1*	1*	0*	1*	4*
moyenne :	3.86					
criança	: 1 :	0*	0*	1*		
culpa	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
decadencia	: 1 :	1*				
decepcao	: 1 :	1*				
defender	: 2 :	0*	2*			
delegacia	: 2 :	1*	0*	1*		
denunciar	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
dependencia	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
depressao	: 1 :	0*	0*	1*		
desamor	: 2 :	0*	1*	1*		
desanimada	: 1 :	0*	0*	1*		

descaracao	:	1	:	0*	0*	1*		
desconfianca	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
desemprego	:	2	:	0*	0*	1*	1*	
desespero	:	4	:	2*	0*	0*	1*	1*
moyenne :		2.75						
desgosto	:	2	:	1*	1*			
desigualdade	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
desilusao	:	1	:	0*	0*	1*		
desprezo	:	4	:	0*	1*	0*	1*	2*
moyenne :		4.00						
destratar	:	1	:	0*	1*			
destruição	:	5	:	2*	1*	1*	0*	1*
moyenne :		2.40						
desumano	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
desuniao	:	3	:	2*	1*			
moyenne :		1.33						
desuniao-dos-filhos	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
detesta	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
dicussao	:	1	:	0*	1*			
difamação	:	2	:	0*	0*	0*	1*	1*
difícil	:	2	:	1*	0*	1*		
diminuir	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
direito	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
discordia-no-lar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
discordo	:	1	:	1*				
doenca	:	1	:	0*	0*	1*		
dor	:	12	:	3*	2*	5*	0*	2*
moyenne :		2.67						
drogas	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
emocao	:	1	:	0*	1*			
engano	:	1	:	0*	0*	1*		
errado	:	2	:	1*	0*	0*	1*	
escravidao	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
escravidão	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
escraviza	:	1	:	0*	0*	1*		
escuridao	:	1	:	0*	1*			
espancamento	:	5	:	2*	0*	1*	1*	1*
moyenne :		2.80						
estupro	:	3	:	0*	1*	1*	1*	
moyenne :		3.00						
exploracao	:	1	:	1*				
explorar	:	1	:	0*	0*	1*		
extrangular	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falsidade	:	1	:	0*	1*			
falta-de-acordo	:	1	:	1*				
falta-de-amor	:	4	:	0*	0*	2*	2*	
moyenne :		3.50						
falta-de-amor-próprio	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-apoio	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-carater	:	3	:	1*	0*	0*	2*	
moyenne :		3.00						
falta-de-carinho	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-companheirismo	:	1	:	0*	1*			
falta-de-compreensao	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
falta-de-confiaca	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-controle	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-dialogo	:	2	:	0*	0*	1*	1*	
falta-de-dinheiro	:	1	:	1*				
falta-de-discordia	:	1	:	0*	1*			
falta-de-diálogo	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-equilíbrio	:	1	:	0*	1*			

falta-de-estudo	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
falta-de-familia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-harmonia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-paciência	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
falta-de-paz	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-religiao	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-respeito	:	7	:	2*	2*	0*	3*	
moyenne :		2.57						
falta-de-respetito	:	1	:	1*				
feio	:	1	:	0*	0*	1*		
ferida	:	2	:	0*	1*	1*		
ferir	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
forcada	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
furia	:	1	:	1*				
garrafada	:	1	:	0*	1*			
homem	:	1	:	1*				
humilhacao	:	3	:	0*	1*	1*	1*	
moyenne :		3.00						
humilhar	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
ignorancia	:	4	:	1*	0*	1*	2*	
moyenne :		3.00						
imaturidade	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
imoralidade	:	1	:	0*	0*	1*		
impaciencia	:	1	:	1*				
impotencia	:	1	:	0*	1*			
inadequado	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
incompreensao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
indignacao	:	1	:	0*	0*	1*		
indignação	:	2	:	0*	1*	1*		
infantilidade	:	1	:	0*	1*			
infelicidade	:	3	:	1*	0*	1*	1*	
moyenne :		2.67						
infidelidade	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
inimigos	:	1	:	0*	0*	1*		
injustiça	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
inseguranca	:	3	:	0*	2*	0*	1*	
moyenne :		2.67						
insegurança	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
inveja	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
jamais	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
justica	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
justiça	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
ladrão	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
lutar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
machismo	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
machucar	:	2	:	0*	0*	2*		
magoadado	:	1	:	0*	0*	1*		
maldade	:	4	:	1*	1*	1*	0*	1*
moyenne :		2.75						
maltratar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
matar	:	5	:	2*	0*	1*	0*	2*
moyenne :		3.00						
mau-carater	:	1	:	0*	0*	1*		
maus-tartos	:	1	:	0*	1*			
maus-tratos	:	3	:	1*	1*	0*	1*	
moyenne :		2.33						
medo	:	8	:	2*	1*	1*	2*	2*
moyenne :		3.13						
melhorar	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
mentira	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
miseravel	:	1	:	0*	0*	0*	1*	

momento	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
monte-de-coisa	:	1	:	0*	1*			
morrer	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
morro	:	1	:	0*	0*	1*		
morte	:	5	:	1*	2*	0*	1*	1*
moyenne :		2.80						
morte-de-sentimentos	:	2	:	0*	0*	0*	2*	
mulher	:	3	:	0*	1*	2*		
moyenne :		2.67						
murro-na-cara	:	1	:	1*				
nao-ajudar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
nao-existe	:	1	:	1*				
nao-pode	:	1	:	1*				
necessidade	:	1	:	0*	1*			
nervosismo	:	1	:	0*	1*			
nervoso	:	2	:	0*	1*	1*		
nunca	:	2	:	2*				
não-admito	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
não-deve-acontecer	:	1	:	0*	0*	1*		
não-deveria-acontecer	:	1	:	0*	0*	1*		
não-era-para-existir	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
não-leva-a-lugar-nenhum	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
não-poderia-existir	:	1	:	0*	1*			
obrigacao	:	1	:	0*	1*			
odio	:	9	:	2*	1*	1*	1*	4*
moyenne :		3.44						
ofender	:	2	:	0*	0*	0*	1*	1*
ofensas	:	1	:	0*	1*			
omissao	:	1	:	0*	1*			
omissão	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pai-que-batia-na-mae	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pais-separados	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
pancada	:	1	:	1*				
pavor	:	3	:	0*	2*	0*	0*	1*
moyenne :		3.00						
perdição	:	1	:	0*	0*	1*		
perversidade	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pior	:	1	:	1*				
pobreza	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
porcaria	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
prazer	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
preguiça	:	1	:	0*	0*	1*		
preocupacao	:	1	:	0*	0*	1*		
prisão	:	2	:	1*	1*			
proibido	:	3	:	1*	0*	2*		
moyenne :		2.33						
proibição	:	3	:	1*	1*	0*	1*	
moyenne :		2.33						
prostituicao	:	1	:	0*	0*	1*		
péssimo	:	1	:	1*				
queimar	:	1	:	0*	1*			
queixa	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
raiva	:	25	:	10*	4*	2*	7*	2*
moyenne :		2.48						
reacao	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
rejeicao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
revidar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
revolta	:	4	:	1*	1*	0*	1*	1*
moyenne :		3.00						
roubo	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
ruim	:	3	:	1*	1*	0*	0*	1*

	moyenne :	2.67										
sem-palavras	:	2	:	0*	1*	1*						
separacao	:	2	:	1*	0*	1*						
sobreviver	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
socorro	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
sofrimento	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*				
sofrimento-oculto	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
solidao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
solidão	:	1	:	0*	0*	1*						
solução	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
sujeira	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
surra	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
tantas-coisas	:	1	:	1*								
terror	:	1	:	0*	0*	1*						
tiro	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
tortura	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
torturas	:	1	:	0*	1*							
trafico	:	2	:	1*	0*	0*	1*					
tragédia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
traição	:	7	:	1*	4*	0*	2*					
	moyenne :	2.43										
tristeza	:	17	:	2*	2*	3*	9*	1*				
	moyenne :	3.29										
vergonha	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*				
vinganca	:	3	:	0*	0*	2*	0*	1*				
	moyenne :	3.67										
violência-só-gera-violência	:	1	:	0*	0*	1*						
vontade-de-acao	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
xingamento	:	6	:	3*	1*	1*	0*	1*				
	moyenne :	2.17										
águaquente	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
ódio	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				

DISTRIBUTION TOTALE	:	500	:	100*	100*	100*	100*	100*				
RANGS 6 ... 15		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*						

Nombre total de mots differents : 232
Nombre total de mots cites : 500

moyenne generale : 3.00

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq. *	nb. mots	* Cumul	evocations et	cumul inverse
1 *	164	164	32.8 %	500 100.0 %
2 *	31	226	45.2 %	336 67.2 %
3 *	16	274	54.8 %	274 54.8 %
4 *	6	298	59.6 %	226 45.2 %
5 *	4	318	63.6 %	202 40.4 %
6 *	1	324	64.8 %	182 36.4 %
7 *	3	345	69.0 %	176 35.2 %
8 *	1	353	70.6 %	155 31.0 %
9 *	1	362	72.4 %	147 29.4 %
12 *	1	374	74.8 %	138 27.6 %
17 *	1	391	78.2 %	126 25.2 %
20 *	1	411	82.2 %	109 21.8 %
25 *	1	436	87.2 %	89 17.8 %
64 *	1	500	100.0 %	64 12.8 %

**ANEXO D – Distribuição das palavras evocadas por mulheres por frequência e ordem
média EVOC 2005**

ENSEMBLE DES MOTS	:FREQ.:	RANGS				
		1 *	2 *	3 *	4 *	5 *
abandono	: 1 :	0*	1*			
absurdo	: 1 :	0*	0*	1*		
abuso	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agredir	: 1 :	0*	1*			
agressao-fisica	: 2 :	0*	0*	1*	1*	
agressao-moral	: 1 :	0*	1*			
agressao-sexual	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agressao-verbal	: 1 :	0*	0*	1*		
agressão	: 5 :	1*	1*	2*	0*	1*
moyenne :	2.80					
agressão-fisica	: 1 :	1*				
ajudar	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
angustia	: 2 :	1*	0*	0*	0*	1*
apanhar	: 2 :	2*				
assassinato	: 1 :	0*	1*			
baixa-auto-estima	: 1 :	0*	1*			
barbaridade	: 1 :	1*				
bater	: 1 :	0*	1*			
briga	: 21 :	5*	7*	4*	2*	3*
moyenne :	2.57					
brutalidade	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
cair	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
canalha	: 1 :	0*	1*			
complicado	: 1 :	0*	0*	1*		
confusao	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
covardia	: 3 :	1*	1*	0*	0*	1*
moyenne :	2.67					
decepcao	: 1 :	1*				
denunciar	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
dependencia	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
depressao	: 1 :	0*	0*	1*		
desamor	: 2 :	0*	1*	1*		
desanimada	: 1 :	0*	0*	1*		
descaracao	: 1 :	0*	0*	1*		
desconfianca	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
desespero	: 2 :	1*	0*	0*	0*	1*
desigualdade	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
desilusao	: 1 :	0*	0*	1*		
desprezo	: 4 :	0*	1*	0*	1*	2*
moyenne :	4.00					
destricao	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
destruicao	: 2 :	2*				
desumano	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
desuniao	: 2 :	2*				
desuniao-dos-filhos	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
dicussao	: 1 :	0*	1*			
dificil	: 1 :	1*				
diminuir	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
discordia-no-lar	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
doenca	: 1 :	0*	0*	1*		
dor	: 10 :	3*	2*	4*	0*	1*
moyenne :	2.40					
emocao	: 1 :	0*	1*			

escravidao	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
escraviza	:	1	:	0*	0*	1*		
espancamento	:	2	:	1*	0*	0*	1*	
espancamentp	:	1	:	1*				
estupro	:	3	:	0*	1*	1*	1*	
moyenne :		3.00						
exploracao	:	1	:	1*				
explorar	:	1	:	0*	0*	1*		
falsidade	:	1	:	0*	1*			
falta-de-amor	:	4	:	0*	0*	2*	2*	
moyenne :		3.50						
falta-de-amor-próprio	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-carater	:	3	:	1*	0*	0*	2*	
moyenne :		3.00						
falta-de-carinho	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-companheirismo	:	1	:	0*	1*			
falta-de-comprensao	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
falta-de-dialogo	:	2	:	0*	0*	1*	1*	
falta-de-dinheiro	:	1	:	1*				
falta-de-equilíbrio	:	1	:	0*	1*			
falta-de-estudo	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
falta-de-familia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-harmonia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-religiao	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-respeito	:	6	:	2*	1*	0*	3*	
moyenne :		2.67						
falta-de-respetito	:	1	:	1*				
ferir	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
forcada	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
humilhacao	:	3	:	0*	1*	1*	1*	
moyenne :		3.00						
ignorancia	:	3	:	1*	0*	0*	2*	
moyenne :		3.00						
imoralidade	:	1	:	0*	0*	1*		
impotencia	:	1	:	0*	1*			
indignacao	:	1	:	0*	0*	1*		
infantilidade	:	1	:	0*	1*			
infelicidade	:	3	:	1*	0*	1*	1*	
moyenne :		2.67						
inimigos	:	1	:	0*	0*	1*		
injustiça	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
inseguranca	:	2	:	0*	2*			
inveja	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
machismo	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
machucar	:	2	:	0*	0*	2*		
maldade	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*
matar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
mau-carater	:	1	:	0*	0*	1*		
maus-tartos	:	1	:	0*	1*			
maus-tratos	:	3	:	1*	1*	0*	1*	
moyenne :		2.33						
medo	:	7	:	2*	0*	1*	2*	2*
moyenne :		3.29						
morte	:	4	:	1*	1*	0*	1*	1*
moyenne :		3.00						
morte-de-sentimentos	:	2	:	0*	0*	0*	2*	
murro-na-cara	:	1	:	1*				
necessidade	:	1	:	0*	1*			
não-leva-a-lugar-nenhum	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
não-poderia-existir	:	1	:	0*	1*			
ofender	:	2	:	0*	0*	0*	1*	1*

ofensas	:	1	:	0*	1*							
omissao	:	1	:	0*	1*							
pai-que-batia-na-mae	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
pais-separados	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
pancada	:	1	:	1*								
pavor	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*				
preocupacao	:	1	:	0*	0*	1*						
queixa	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
raiva	:	24	:	5*	4*	3*	6*	6*				
moyenne :		3.17										
reacao	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
rejeicao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
revidar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
revolta	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*				
ruim	:	1	:	1*								
separacao	:	1	:	1*								
sufrimento-oculto	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
solidao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
solução	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
tantas-coisas	:	1	:	1*								
terror	:	1	:	0*	0*	1*						
tragédia	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*				
traicao	:	4	:	1*	2*	0*	1*					
moyenne :		2.25										
tristeza	:	12	:	2*	2*	3*	5*					
moyenne :		2.92										
vergonha	:	1	:	0*	0*	1*						
vinganca	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*				
vontade-de-acao	:	1	:	0*	0*	0*	1*					
xingamento	:	2	:	1*	0*	0*	0*	1*				

DISTRIBUTION TOTALE	:	250	:	50*	50*	50*	50*	50*				
RANGS 6 ... 15		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*						

Nombre total de mots differents : 126
Nombre total de mots cites : 250

moyenne generale : 3.00

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq. *	nb. mots	* Cumul	evocations et	cumul inverse
1 *	88	88	35.2 %	250 100.0 %
2 *	20	128	51.2 %	162 64.8 %
3 *	7	149	59.6 %	122 48.8 %
4 *	4	165	66.0 %	101 40.4 %
5 *	1	170	68.0 %	85 34.0 %
6 *	1	176	70.4 %	80 32.0 %
7 *	1	183	73.2 %	74 29.6 %
10 *	1	193	77.2 %	67 26.8 %
12 *	1	205	82.0 %	57 22.8 %
21 *	1	226	90.4 %	45 18.0 %
24 *	1	250	100.0 %	24 9.6 %

**ANEXO E – Distribuição das palavras evocadas por homens por frequência e ordem
média EVOC 2005**

ENSEMBLE DES MOTS	:FREQ.:	RANGS				
		1 *	2 *	3 *	4 *	5 *
abandono	: 2 :	0*	0*	2*		
absurdo	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
abuso	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
acabar	: 1 :	0*	1*			
aflição	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
agressão	: 44 :	12*	12*	6*	7*	7*
moyenne :	2.66					
agressão-corporal	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
ajudar	: 2 :	0*	0*	0*	1*	1*
ajuelhada	: 1 :	0*	1*			
angustia	: 1 :	1*				
assassinato	: 1 :	1*				
atingir	: 1 :	0*	0*	1*		
autoridade	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
bala	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
bebida	: 1 :	0*	0*	1*		
beliscão	: 2 :	0*	0*	0*	0*	2*
bolo	: 1 :	0*	0*	1*		
briga	: 10 :	2*	3*	2*	2*	1*
moyenne :	2.70					
burrice	: 1 :	0*	1*			
chantagem	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
ciume	: 1 :	0*	0*	1*		
covarde	: 1 :	1*				
covardia	: 4 :	0*	0*	0*	1*	3*
moyenne :	4.75					
criança	: 1 :	0*	0*	1*		
culpa	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
decadencia	: 1 :	1*				
defender	: 2 :	0*	2*			
delegacia	: 2 :	1*	0*	1*		
desemprego	: 2 :	0*	0*	1*	1*	
desespero	: 2 :	1*	0*	0*	1*	
desgosto	: 2 :	1*	1*			
destratar	: 1 :	0*	1*			
destruicao	: 2 :	0*	1*	1*		
desuniao	: 1 :	0*	1*			
detesta	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
difamacao	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
difamaçã	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
difícil	: 1 :	0*	0*	1*		
direito	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
discordo	: 1 :	1*				
dor	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
drogas	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
engano	: 1 :	0*	0*	1*		
errado	: 2 :	1*	0*	0*	1*	
escravidão	: 1 :	0*	0*	0*	1*	
escuridao	: 1 :	0*	1*			
espancamento	: 2 :	0*	0*	1*	0*	1*
extrangular	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-acordo	: 1 :	1*				
falta-de-apoio	: 1 :	0*	0*	1*		
falta-de-confiaca	: 1 :	0*	0*	0*	0*	1*

falta-de-controle	:	1	:	0*	0*	1*		
falta-de-discordia	:	1	:	0*	1*			
falta-de-diálogo	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-paciência	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
falta-de-paz	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
falta-de-respeito	:	1	:	0*	1*			
feio	:	1	:	0*	0*	1*		
ferida	:	2	:	0*	1*	1*		
furia	:	1	:	1*				
garrafada	:	1	:	0*	1*			
homem	:	1	:	1*				
humilhar	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
ignorancia	:	1	:	0*	0*	1*		
imaturidade	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
impaciencia	:	1	:	1*				
inadequado	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
incompreensao	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
indignação	:	2	:	0*	1*	1*		
infidelidade	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
inseguranca	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
insegurança	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
jamais	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
justica	:	2	:	0*	0*	1*	0*	1*
justiça	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
ladrão	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
lutar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
magoado	:	1	:	0*	0*	1*		
maldade	:	2	:	1*	0*	1*		
maltratar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
matar	:	4	:	2*	0*	1*	0*	1*
moyenne :		2.50						
medo	:	1	:	0*	1*			
melhorar	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
mentira	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
miseravel	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
momento	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
monte-de-coisa	:	1	:	0*	1*			
morrer	:	1	:	0*	0*	0*	1*	
morro	:	1	:	0*	0*	1*		
morte	:	1	:	0*	1*			
mulher	:	3	:	0*	1*	2*		
moyenne :		2.67						
nao-ajudar	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
nao-existe	:	1	:	1*				
nao-pode	:	1	:	1*				
nervosismo	:	1	:	0*	1*			
nervoso	:	2	:	0*	1*	1*		
nunca	:	2	:	2*				
não-admito	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
não-deve-acontecer	:	1	:	0*	0*	1*		
não-deveria-acontecer	:	1	:	0*	0*	1*		
não-era-para-existir	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
obrigacao	:	1	:	0*	1*			
omissão	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pavor	:	1	:	0*	1*			
perdição	:	1	:	0*	0*	1*		
perversidade	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
pior	:	1	:	1*				
pobreza	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*
porcaria	:	1	:	0*	0*	0*	1*	

prazer	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*			
preguiça	:	1	:	0*	0*	1*					
prisão	:	2	:	1*	1*						
proibido	:	6	:	2*	1*	2*	1*				
moyenne :		2.33									
prostituicao	:	1	:	0*	0*	1*					
péssimo	:	1	:	1*							
queimar	:	1	:	0*	1*						
raiva	:	11	:	7*	1*	0*	2*	1*			
moyenne :		2.00									
revolta	:	2	:	1*	0*	0*	1*				
roubo	:	1	:	0*	0*	0*	1*				
ruim	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*			
sem-palavras	:	2	:	0*	1*	1*					
separacao	:	1	:	0*	0*	1*					
sobreviver	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*			
socorro	:	1	:	0*	0*	0*	1*				
sofrimento	:	2	:	0*	1*	0*	0*	1*			
solidão	:	1	:	0*	0*	1*					
sujeira	:	1	:	0*	0*	0*	1*				
surra	:	1	:	0*	0*	0*	1*				
tapa	:	3	:	0*	1*	1*	1*				
moyenne :		3.00									
tiro	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*			
tortura	:	1	:	0*	0*	0*	1*				
torturas	:	1	:	0*	1*						
trafico	:	2	:	1*	0*	0*	1*				
traição	:	3	:	0*	2*	0*	1*				
moyenne :		2.67									
tristeza	:	5	:	0*	0*	0*	4*	1*			
moyenne :		4.20									
vergonha	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*			
vinganca	:	1	:	0*	0*	1*					
xingamento	:	2	:	1*	1*						
xingamentos	:	2	:	1*	0*	1*					
águaquente	:	1	:	0*	0*	0*	0*	1*			
DISTRIBUTION TOTALE				:	250	:	50*	50*	50*	50*	50*
RANGS 6 ... 15		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*					
Nombre total de mots differents :				140							
Nombre total de mots cites :				250							
moyenne generale :				3.00							
DISTRIBUTION DES FREQUENCES											
freq. *	nb. mots	* Cumul	evocations	et	cumul	inverse					
1 *	103	103	41.2 %	250	100.0 %						
2 *	27	157	62.8 %	147	58.8 %						
3 *	3	166	66.4 %	93	37.2 %						
4 *	2	174	69.6 %	84	33.6 %						
5 *	1	179	71.6 %	76	30.4 %						
6 *	1	185	74.0 %	71	28.4 %						
10 *	1	195	78.0 %	65	26.0 %						
11 *	1	206	82.4 %	55	22.0 %						
44 *	1	250	100.0 %	44	17.6 %						

ANEXO F – Lista das palavras comuns evocadas por mulheres e homens EVOC 2005

fichier initial 1 : fem.IDE
 fichier initial 2 : hom.IDE
 Nombre de mots differents : 124 140

Decompte des mots n'appartenant qu'a un fichier

Nombre de mots uniquement dans le fichier 1 : 92
 Nombre de mots uniquement dans le fichier 2 : 108
 Nombre de mots commun aux deux fichiers : 32

Nombre de mots de frequence > 5 uniquement dans le fichier 1 : 3
 Nombre de mots de frequence > 5 uniquement dans le fichier 2 : 4
 Nombre de mots de frequence > 5 commun aux deux fichiers : 4

Liste des mots communs aux deux fichiers

1	2	abandono
1	1	absurdo
1	1	abuso
17	47	agressão
1	2	ajudar
2	1	angustia
1	1	assassinato
10	10	briga
3	4	covardia
2	2	desespero
3	2	destruição
2	1	desuniao
1	1	dificil
10	2	dor
3	2	espancamento
6	1	falta-de-respeito
3	1	ignorancia
2	1	inseguranca
2	2	maldade
1	4	matar
7	1	medo
4	1	morte
2	1	pavor
15	10	raiva
2	2	revolta
1	2	ruim
1	1	separacao
4	3	traição
12	5	tristeza
1	1	vergonha
2	1	vinganca
2	4	xingamento

CALCUL DES SPECIFICITES

mots commun aux deux listes :

mot : agressão 17 47
 mot specifique superieur fichier 2 : 2.65 agressão

```
mot specifique inferieur fichier 1 : -2.65  agressão
difference superieure a 10% t de Student = 3.75  agressão
mot : briga                                10   10
mot : raiva                                 15   10
mot : tristeza                              12   5
difference superieure a 10% t de Student = 1.70  tristeza
fin de la comparaison
nombre des evocations des fichiers initaux : 250 250
```

ANEXO G – Distribuição dos termos evocados por mulheres segundo quadrantes do quadro de quatro casas EVOC 2005

Les 3 colonnes correspondent respectivement :
 au Mot
 à sa Fréquence
 à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 3

Cas ou la Fréquence ≥ 4
 et
 le Rang Moyen $< 2,7$

briga	21	2,571
dor	10	2,400
falta-de-respeito	6	2,667
traicao	4	2,250

Cas ou la Fréquence ≥ 4
 et
 le Rang Moyen $\geq 2,7$

agressão	5	2,800
desprezo	4	4,000
falta-de-amor	4	3,500
medo	7	3,286
morte	4	3,000
raiva	24	3,167
tristeza	12	2,917

Cas ou la Fréquence < 4
 et
 le Rang Moyen $< 2,7$

covardia	3	2,667
infelicidade	3	2,667
maus-tratos	3	2,333

Cas ou la Fréquence < 4
 et
 le Rang Moyen $\geq 2,7$

estupro	3	3,000
falta-de-carater	3	3,000
humilhacao	3	3,000
ignorancia	3	3,000

ANEXO H - Distribuição dos termos evocados por homens segundo quadrantes do quadro de quatro casas EVOC 2005

Les 3 colonnes correspondent respectivement :
 au Mot
 à sa Fréquence
 à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 3

Cas ou la Fréquence ≥ 4
 et
 le Rang Moyen $< 2,7$

agressão	44	2,659
matar	4	2,500
proibido	6	2,333
raiva	11	2,000

Cas ou la Fréquence ≥ 4
 et
 le Rang Moyen $\geq 2,7$

briga	10	2,700
covardia	4	4,750
tristeza	5	4,200

Cas ou la Fréquence < 4
 et
 le Rang Moyen $< 2,7$

mulher	3	2,667
traição	3	2,667

Cas ou la Fréquence < 4
 et
 le Rang Moyen $\geq 2,7$

tapa	3	3,000
------	---	-------